



Universidade Federal de Santa Catarina  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
**Programa de Pós-graduação em Psicologia**

Dissertação de Mestrado

*Tecendo a urdidura comum com os fios específicos:  
Sentidos de gênero em mulheres chefes de família  
das camadas populares*

**Raquel Jaqueline Freiburger Testoni**

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria Juracy Filgueiras Tonelli

Florianópolis

2005

Raquel Jaqueline Freiburger Testoni

**Tecendo a urdidura comum com os fios específicos:  
Sentidos de Gênero em Mulheres Chefes de Família  
das camadas populares.**

Dissertação apresentada como requisito para aprovação no Programa de Pós-graduação, Curso de Mestrado em Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, na Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Juracy Filgueiras Tonelli

Banca examinadora:  
Prof.<sup>a</sup> Dra. Marlene de Fáveri  
Profa. Dra. Mara Coelho de Souza Lago.  
Profa. Dra. Kátia Maheirie (suplente)

Florianópolis, janeiro de 2005.

---

## SUMÁRIO

Epígrafe.....	v
Agradecimentos.....	vi
Resumo.....	vii
Introdução.....	01
Capítulo 1. Famílias em Camadas Populares e Chefias Femininas.....	10
1.1. Famílias em camadas populares: lugares sociais, laços conjugais.....	10
1.2. Mulheres chefes de família: problematizando o conceito.....	21
Capítulo 2. Refletindo sobre o Conceito de Gênero.....	25
2.1. Considerações iniciais.....	25
2.2. Gênero: reflexões a partir da sociologia, antropologia e história.....	28
2.3. “Fazendo gênero” na psicologia.....	32
Capítulo 3. Método.....	39
3.1. Caminhos Metodológicos.....	42
3.1.1. Passos percorridos.....	43
3.1.2. Especificando a coleta de narrativas.....	47
3.2. Procedimentos de Análise.....	50
Capítulo 4. Contextualizando o Universo de Pesquisa.....	54
4.1. Do geral ao particular, do particular ao geral.....	54
4.2. Revelando um pouco da história de Balneário Camboriú.....	55
4.3. Caracterizando a cidade hoje.....	58
4.4. Sobre o bairro.....	61
Capítulo 5. Apresentação e análise do material pesquisado.....	68
5.1. Três mulheres chefes de família: suas histórias e singularidades.....	70
5.1.1. Laura.....	70
5.1.2. Mirtes.....	80
5.1.3. Maria.....	88
5.2. Tecendo a urdidura comum com os fios específicos: mulheres do seu tempo..	108

---

Conclusão.....	129
Referências Bibliográficas.....	134
Bibliografia Consultada.....	141
Anexos.....	143
Anexo 1 – Mapa ilustrativo da região de Camboriú no começo do Século XX.....	144
Anexo 2 - Roteiro de questões para entrevista.....	145
Anexo 3 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	146

---

## Sobre os sentidos...

Ao contrário do que em geral se crê, sentido e significado nunca foram a mesma coisa, o significado fica-se logo por aí, é directo, literal, explícito, fechado em si mesmo, unívoco, por assim dizer; ao passo que o sentido não é capaz de permanecer quieto, ferveilha de sentidos segundos, terceiros e quartos, de direcções irradiantes que se vão dividindo e subdividindo em ramos e ramilhos, até se perderem de vista, o sentido de cada palavra parece-se com uma estrela quando se põe a projectar marés vivas pelo espaço fora, ventos cósmicos, perturbações magnéticas, aflições.

José Saramago

Todos os Homens

---

## AGRADECIMENTOS:

A Profa. Dra. Maria Juracy F. Tonelli, a qual, com carinho, sabedoria e conhecimento, conduziu a orientação deste trabalho.

Às mulheres entrevistadas, pela confiança em me abrirem suas casas e concederem a possibilidade de “entrar” em seus universos.

Ao Giovani, companheiro de todas as horas, por seu amor. Aquele que, incansavelmente, incentiva a realização de meus objetivos e vibra com todas as conquistas.

A Nicolas e Isabela, meus filhos amados, os quais imprimem em minha trajetória um constante questionamento sobre o constituir-se mulher.

À minha família – pai, mãe, irmãs e irmão – pelo constante apoio, amor e amizade.

---

## RESUMO:

Este trabalho resultou de estudo realizado com três mulheres chefes de família residentes em um bairro popular de uma cidade catarinense. Considerando a complexa construção ao longo da história de tudo o que se refere ao masculino e ao feminino, este trabalho pretendeu investigar de que forma constroem-se os sentidos de gênero na trajetória de vida destas mulheres. As entrevistas confirmam os dados estatísticos gerais: famílias chefiadas por mulheres sem marido são as mais pobres, são cada vez mais jovens e o grau de analfabetismo é elevado. Dentre o material analisado, constatou-se a forte presença de uma moral sexual conservadora e a importância delegada pelas entrevistadas à maternidade. Refletir como estes sentidos posicionam os sujeitos na trama das relações sociais e, portanto, nas relações de gênero, implica considerar que são nestas relações que os sujeitos constituem-se em homens e mulheres. Como metodologia de pesquisa para a coleta das narrativas, foram realizadas entrevistas recorrentes e em profundidade, e para a análise, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo temática. Privilegiar processos discursivos remete a indagações sobre a subjetividade e suas formas científicas de interpretá-las, entre estas, o lugar da psicologia na construção e manutenção dos discursos sobre “ter ou fazer” o gênero.

Palavras-chave: Gênero, mulheres chefes de família, histórias de vida.

## ABSTRACT:

This work resulted of study accomplished with three women heads of family resident in a popular quarter of a catarinense city. Considering the complex construction to the long one of the history of everything what if it relates to the masculine and the feminine one, this work intended to investigate of that it forms construct the significations of gender in the life history of these women. The interviews confirm the general statistical date: families commanded for women without husband are poor, are each time younger, the illiteracy degree are raised. Amongst the analyzed material, it was evidenced strong presence of a sexual conservative moral and the importance delegated for them to the maternity. To reflect as these significations they locate the subjects in the tram of social relations and, therefore, in the gender relations, it implies to consider that they are in these relations that the subjects constitute in men and women. As methodology of research for the collection of the narratives, recurrent interviews and in depth had been carried through, and for the analysis, it was used technique of thematic analysis of content. To privilege speeches processes sends to the investigations on the subjectivity and its scientific forms to interpret them, between these, the place of psychology in the construction and maintenance of the speeches on "having or making" the gender.

Key words: Gender, women heads of family, life history.

---

## INTRODUÇÃO

Delimitar ou recortar da realidade um problema/pergunta de pesquisa exige clareza, que esta seja concisa, exequível e pertinente (Castro, Carlos M. de 1978). Além destes aspectos é de suma importância que, para o pesquisador, esta seja realmente uma pergunta de pesquisa que o envolva, que o motive pessoal e profissionalmente a tentar respondê-la. Ao revelar a minha pergunta, gostaria de poder remetê-la um pouco às suas origens, não no sentido de início ou gênese, mas da proveniência e da trajetória seguida até sua emergência<sup>1</sup>.

Minhas primeiras incursões como pesquisadora aconteceram quando realizei uma especialização na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), em Metodologia de Atendimento a Crianças e Adolescentes em Situação de Risco. Envolvida nesta temática e com as questões que surgiam de minha prática profissional (relacionadas com o Conselho Tutelar de Balneário Camboriú e políticas públicas de atendimento às famílias de camadas populares), o tema de pesquisa inicialmente focou a família, as relações familiares e representações destas pelos sujeitos pesquisados. O universo pesquisado era o de famílias pertencentes às camadas populares<sup>2</sup>.

Após a realização da pesquisa como requisito para conclusão do curso de especialização, continuei inquieta com o tema “Famílias e representações das relações familiares”, que ainda me trazia muitas interrogações. Esta foi uma das razões que me levou a freqüentar, como aluna especial, a disciplina Psicologia e Estudos de Gênero no Mestrado em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). A disciplina,

---

<sup>1</sup> Utilizo aqui o sentido foucaultiano de proveniência e emergência trabalhados em aula pelo prof. Kleber Prado Filho e presente nas obras de Michel Foucault (1979).

<sup>2</sup> O conceito de “popular” conforme Fonseca (1995b) “... designa um recorte analítico que enfoca grupos de baixa renda. O conceito, tal como o empregamos, não implica nem homogeneidade nem isolamento dos sistemas simbólicos deste universo social” (Fonseca, Cláudia 1995b, p.15).



através das leituras, estudos, debates e posicionamentos das docentes, foi decisiva para um novo olhar sobre a realidade a ser pesquisada. Percebi então que, apesar de manter como universo de pesquisa famílias das camadas populares, a inserção do gênero como categoria de análise<sup>3</sup> norteadora do trabalho de pesquisa é extremamente útil porque possibilita uma análise mais complexa acerca dos sujeitos e da constituição da subjetividade, enfatizando assim, a importância do caráter relacional pressuposto no conceito de gênero, bem como dos seus aspectos social, cultural e histórico. Estes promovem um certo afastamento de uma lógica dicotômica e bipolar característica da modernidade e de “armadilhas de modelos analíticos fixos” (Siqueira, Maria Juracy T. 1997a), que consideram a primazia do individualismo e das buscas por respostas lineares e causais. Inserir o conceito de gênero, especialmente na pesquisa em psicologia, proporciona um “despir-me” de resquícios naturalizantes construídos historicamente sobre o que é ser homem e o que é ser mulher.

Vários estudos vêm sendo realizados sobre gênero e famílias de camadas populares. A importância que esta temática representa na contemporaneidade está registrada nas muitas produções científicas e acadêmicas, articuladas com outros temas. Para citar alguns deles: educação (Louro, 2000), trabalho (Costa & Bruschini, 1992), papéis sociais e sexuais (Heilborn, 1997 e 1998), sexualidade (Siqueira, 1997; Heilborn, 2004), organizações familiares (Fonseca, 1997 e 1995; Mello, 1988), moral e valor familiar (Sarti, 1996), cidadania (Bruschini e Unbehaum, 2002), políticas públicas para mulheres (Castro, 1990), saúde (Bilac, 1995), entre outros<sup>4</sup>. O caráter multidisciplinar, pelo qual esta temática é atravessada por ciências como a sociologia, história, antropologia, psicanálise, pedagogia, psicologia é revelador não só da pertinência como foco de pesquisa, mas

---

<sup>3</sup> Conforme Joan Scott (1990) define o conceito em seu texto.

<sup>4</sup> De acordo com pesquisa realizada em banco de dados e acervo bibliotecário.

também da contribuição que cada uma das áreas disciplinares busca proporcionar através das suas especificidades científicas.

É justamente sobre a conjunção entre o terreno multidisciplinar e o resgate da especificidade da psicologia que esta pesquisa se propõe refletir. O terreno ao qual me refiro diz respeito à complexidade que envolve hoje qualquer análise dos sujeitos contemporâneos e seus modos de vida, e requer um estudo que deva considerar não só a contemporaneidade e suas características, como e principalmente, o caráter histórico, a historicidade como característica fundamental de todas as coisas (Bock, Ana 2000). Neste sentido, a especificidade da psicologia seria considerar, no contexto de pesquisa, a experiência do sujeito – a constituição de sua subjetividade – representada na pergunta de pesquisa sobre os sentidos atribuídos pelos sujeitos sobre gênero em suas trajetórias de vida. Subjetividade entendida como constituída através das relações sociais mediadas pela linguagem e cultura, reconhecendo o sujeito como ativo e histórico.

Relevar a linguagem como constituidora e constituinte do sujeito é, conforme Susana Molon (1997, p.26), entender que “o sujeito é constituído pelas significações culturais e é constituinte de significações sociais. A mediação pelos signos possibilita e sustenta a relação social, pois é o processo de significação – significado e sentido – que permite a comunicação entre as pessoas”. Seguindo as concepções vygotskianas, a autora ainda aponta que:

O sujeito é, pois, compreendido enquanto um ‘quase social’ e a sua subjetividade enquanto fronteira, indicando com isto que o sujeito não expressa ou coloca o social para dentro de si em situações artificiais, mas nas e pelas relações com os outros, na e pela linguagem. A subjetividade está, portanto, na interface do psicológico e das relações sociais. (Molon, 1997, p.26).

Ao eleger a constituição da subjetividade como dimensão categórica de pesquisa em psicologia, há que se elucidar que o sujeito em questão não está sendo considerado ‘separado’ do caráter objetivo de sua existência. Katia Maheirie (1997), ao discorrer sobre a complexidade vivida no momento histórico presente, alerta para a necessidade de não pautarmos nossas reflexões em bases consideradas antagônicas da realidade, como indivíduo/coletivo, subjetividade/objetividade, sentimento/razão.

Complementando esta perspectiva, Bader Sawaia (1997) aponta para o sujeito como aquele que

(...) não é uma mônada que conhece e interpreta o mundo, prisioneiro solitário da própria racionalidade; nem é uma ‘tabula rasa’ ou receptáculo passivo do texto social e condenado à pura repetição (...) O sujeito não é substância, é processo sempre inacabado, resultado fugaz e transitório do processo de subjetivação em curso, e mais, o sujeito se constitui pelo reconhecimento do outro. (Sawaia, 1997, p.83).

O outro é entendido como toda a rede social e cultural na qual o sujeito se insere e é inserido ao nascer, pois é ser ativo que não existe em si, mas a partir do momento em que estabelece relações sociais e afetivas no campo da intersubjetividade, construindo significados e sentidos para si e para as coisas. Assim, o sujeito não está nunca fora da sociedade e nem diluído nela (Sawaia, 1997). O sujeito insere-se na trama dialética na qual sujeito individual e realidade social implicam-se mutuamente, tendo neste processo a mediação semiótica um papel fundamental. Para Siqueira (1997a),

A linguagem e os fenômenos de natureza representacional, incluindo aqui as significações atribuídas pelo sujeito (que nunca são de natureza individual, ou seja, as significações têm sua gênese inscrita no social), funcionam como determinantes

do processo de constituição do mundo interno a partir das interações do sujeito. (p.8).

Resgata-se para o campo da psicologia a necessidade, através de pesquisas e produções científicas, de reconstruir caminhos, práticas e referenciais teóricos que proporcionem o entendimento do ser humano, de sua subjetividade/afetividade, de suas relações sociais, familiares e de gênero, descoladas das noções normalizadoras, normatizadoras e essencializantes, presentes no decorrer de sua história enquanto ciência e profissão. Conforme Bock (2000), a história da psicologia confunde-se, nos diferentes momentos da organização social, com os interesses de determinados grupos sociais e lança mão de seus instrumentos e saberes para responder a esses interesses. Este fator torna-se ainda mais saliente quando são analisados os modos de vida nas camadas populares.

O objetivo desta investigação foi abarcar, ao entender os sentidos de gênero construídos nas experiências de vida das mulheres a serem entrevistadas, o estudo da emergência da “família” como sistema simbólico que se constituiu nas e pelas escolhas das relações conjugais. Considerada como um ‘lócus’ onde se torna possível abordar o cotidiano dos múltiplos e singulares sujeitos sociais, assim como considerar que muitas das relações sociais do processo de constituição da subjetividade – em especial, com os “outros significativos” - acontecem na família, torna-se fundamental privilegiá-la neste contexto de estudo. Neste sentido, busca-se não apenas retratar a realidade, mas compreender a lógica da constituição dos sentidos de gênero neste contexto e a relação com a configuração familiar, assim como as possíveis implicações daí advindas, uma vez que os sujeitos da pesquisa estão posicionados enquanto ‘mulheres chefes de família’.

Ao tentar desvelar os sentidos atribuídos sobre gênero e as formações familiares em camadas populares, faz-se necessário privilegiar a dimensão histórica – a historicidade – assim como, o aspecto cultural e relacional. Os estudos históricos possibilitam uma

reflexão sobre a construção de lógicas e discursos, e das práticas deles provenientes, entendendo sempre que o próprio resgate histórico não se pretende como ‘verdade’ dos fatos passados, mas como uma reconstrução – que não deixa de ser também uma interpretação –, e nem por isto perde sua validade e importância enquanto subsídio para uma reflexão mais aprofundada acerca da realidade. Utilizou-se como recorte de pesquisa o estudo com mulheres chefes de família, reconhecendo que esta forma de organização não é privilégio ou invenção da modernidade (Fonseca, Cláudia 1995a), mas tem se mostrado como um fenômeno crescente na contemporaneidade. Os **dois primeiros capítulos** foram estruturados com o intuito de conceituar e situar as principais categorias de análise – chefias familiares femininas em camadas populares e gênero –, trazendo uma reflexão sobre famílias em camadas populares e sobre o conceito de gênero a partir das contribuições das ciências sociais e humanas.

Elza Berquó (2002), ao realizar a análise do perfil demográfico das chefias femininas no Brasil, objetivando atualizar as informações a respeito destas mulheres, revela que as chefias femininas crescem no país, como comprovam os dados mais recentes de 1998 do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. “De 13,0% em 1970, passaram a representar 26,0% em 1999 demonstrando que nos últimos trinta anos praticamente dobrou a intensidade deste fenômeno” (Berquó, 2002, p.245). Segundo esta autora, a importância em recorrer aos dados estatísticos fundamenta-se em que, uma certa conformação familiar, em um momento dado, é resultado de processos estruturais interativos de variadas índoles. Do ponto de vista demográfico, interação nesta conformação de família os quatro elementos básicos que definem a estrutura e a dinâmica de uma população: mortalidade, nupcialidade, fecundidade e migração. Acrescenta ainda que o vigor dos processos decorrentes destes elementos depende, por sua vez, de

transformações econômicas, sociais, culturais e comportamentais que vão se sucedendo ao longo do tempo.

Vale lembrar que as definições de “chefe de família” nos censos demográficos referiam-se a diferentes situações no decorrer dos anos, e no último censo (1998) remete à “Pessoa de referência: pessoa responsável pela unidade domiciliar (ou pela família) ou que assim fosse considerada pelos seus membros” (Berquó, 2002, p.245). Uma chefia feminina tem vários significados<sup>5</sup>, mas o que importa para a presente pesquisa são as mulheres chefes de famílias separadas ou viúvas, com filho, tendo ou não parentes e/ou agregados em casa, morando no mesmo domicílio.

Conforme a análise realizada a partir dos dados do IBGE (censos de 1995 e 1998), constatou-se que o crescimento das chefias femininas é generalizado em todas as cinco grandes regiões do país, destacando-se, de um lado, o Centro-Oeste, pelo aumento de 35% nos últimos dez anos e, de outro, a região Sul, que a despeito de acompanhar o crescimento geral, continua mantendo o menor percentual. Um exame das “estruturas domésticas”<sup>6</sup> com chefias femininas mostra que dois terços são do tipo monoparental, isto é, a mãe e seus filhos, com ou sem parentes e agregados, morando no mesmo domicílio.

Outros dados revelam características importantes deste fenômeno. Desagregando essa informação por situação de domicílio, nota-se que o crescimento foi tipicamente urbano, o que pode estar refletindo desde a situação em que a mulher é a única ou a mais importante provedora da família até um ligeiro indício de maior simetria de gênero no

---

<sup>5</sup> Ela pode referir-se a: “uma mulher solteira, separada ou viúva, com filhos, tendo ou não parentes e/ou agregados; mulher solteira, separada ou viúva, sem filhos morando em casa, ou porque não os teve, ou porque, adultos, já saíram de casa ou já faleceram, tendo ou não parentes e/ou agregados vivendo no domicílio; mulher solteira, separada ou viúva, morando sozinha, ou mulher casada chefiando a família mesmo tendo um marido ou companheiro morando em casa” (Berquó, 2002, p.246).

<sup>6</sup> Termo utilizado pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no censo de 1995 e PNAD – Programa Nacional de Amostras por Domicílio, de 1998, tomadas como referência por Berquó (2002) em suas análises.

casal<sup>7</sup>. As mulheres chefes de família monoparental são cada vez mais jovens, e estas famílias, quando contrastadas com a situação de rendimento das chefias de outros arranjos, revelam que as chefiadas por mulheres sem marido e com filhos são as mais pobres. Em 1998, 45.2% viviam sem rendimentos ou com menos de um salário mínimo e apenas 23.1% tinham três ou mais salários. Este dado revela como a categoria “classe social” é significativa e deve ser levada em conta no processo analítico durante o estudo deste fenômeno. Esta situação desfavorável das famílias monoparentais ganha força quando se leva em conta que o número de pessoas nestas famílias é bem maior do que naquelas constituídas por outros arranjos chefiados por mulheres. Apresentam ainda, como dado relevante, um grau de analfabetismo superior ao da população feminina em geral.

Diante dos pressupostos aqui descritos, esta pesquisa pretendeu elucidar quais os sentidos de gênero constituídos nas experiências de vida das mulheres chefes de famílias do bairro São Judas Tadeu de Balneário Camboriú. Para tanto, descrevo no **capítulo três**, o caminho de pesquisa, desde a escolha dos sujeitos até a definição dos procedimentos de análise. O **quarto capítulo** foi desenvolvido considerando a complexidade dos aspectos culturais, sociais, históricos e geográficos que envolvem o sujeito na sua cotidianidade, portanto, na própria constituição de sua subjetividade, abarcando a contextualização não só do bairro estudado, como da cidade na qual está inserido. Contextualizar, no âmbito desta pesquisa é descrever o geral para inserir nele o particular, é resgatar e buscar singularidades no particular que se manifestem no geral.

Desvendar os sentidos de gênero neste universo - mulheres chefes de família em camadas populares – demonstra a atualidade não só da temática e do fenômeno, como a relevância social em estudar e pesquisar sobre estes sujeitos; produtores e produtos de sua história de vida assim como da história de seu bairro, comunidade, cidade, país. Estudar,

---

<sup>7</sup> Conforme Berquó (2002, pg. 248-249).

portanto, o que é aparentemente comum, cotidiano. Por outro lado, se trata de um processo que visa “captar a lógica do outro” (Fonseca, 1995a), na medida em que se põe o desafio de sair de um sistema simbólico próprio – no qual se está envolvida intrinsecamente – para tentar desvendar e penetrar no sistema simbólico dos sujeitos a serem entrevistados. É reconhecer que neste ato, o mais importante é “que nosso sistema de pensamento – científico, moral e intelectual - longe de ser o supra-sumo do desenvolvimento humano, é um sistema entre outros” (Fonseca, 1995a, p.20). Esta tentativa de “desvendar” e “penetrar” no sistema simbólico das mulheres pesquisadas está descrita no **quinto capítulo**, onde apresento o material pesquisado e as análises que dele foram provenientes.

Tratou-se de pesquisar, portanto, para produzir conhecimento; conhecimento este que deve ser socializado na academia, entre os pares, como resultado de uma produção científica, assim como, contribuir com o compromisso social da psicologia enquanto ciência. Esta produção científica poderá fundamentar futuras e possíveis práticas, ao inserir uma outra perspectiva ou possibilidade em docência no espaço acadêmico da graduação. Além disso, acredito que uma pesquisa deste teor revela uma possível contribuição social e política de forma direta, oportunizando e instrumentalizando a elaboração de políticas públicas de atendimento na qual o psicólogo pode e deve estar inserido. Neste sentido, trata-se de assumir o papel transformador do pesquisador social, que é diferente da militância. Seria, nas palavras de Maria Laura Franco (1988), “(...) admitir que todo conhecimento é comprometido com um ponto de vista determinado, não pela subjetividade do investigador, mas pela própria totalidade (de uma formação social determinada), na qual ele, investigador, ocupa uma posição social e política”.(p.79).

E como parte final do trabalho, **a conclusão**, trazendo as últimas reflexões efetuadas sobre o universo pesquisado.



## CAPÍTULO 1: FAMÍLIAS EM CAMADAS POPULARES E CHEFIAS FEMININAS

### 1.1. Famílias em camadas populares: lugares sociais e laços conjugais

O estudo de formas familiares que se diferenciam daquela considerada dominante (padrão nuclear burguês), principalmente nas sociedades ocidentais complexas, apresenta-se como um especial desafio. Para Fonseca (2000), se já é difícil um “distanciamento necessário” ao pesquisador diante de grupos populares de sua sociedade, estudar o comportamento familiar destes grupos torna-se um desafio em dobro. Afirma isto ao olhar para o percurso histórico deste campo de análise, conduzindo à reflexão do quão difícil é conceber a alteridade em termos de comportamentos familiares, sendo que, a despeito de já se ter obtido certa relativização, a tolerância pela diversidade parece ainda tropeçar na barreira da família.

Ao contrário do que possa parecer aos que associam o conceito de família a valores eternos, atemporais e imutáveis, a universalidade desta – uma vez que parece não existir cultura que não tenha alguma forma de família reconhecida e legitimada socialmente - não se trata de algo “natural”, mas inerente à ordem cultural e simbólica que homens e mulheres instauram sobre a natureza. A família, tal qual se concebe hoje, firma-se como uma superação da família biológica – macho/fêmea/crias - pois é uma construção social, em que seus membros mostram-se unidos por uma complexa e precisa rede de direitos e proibições sexuais, de direitos e obrigações econômicas; e, mais modernamente, por laços afetivos comumente acompanhados por laços religiosos e legais (Coutinho, Maria Lúcia 1994). Historiadores sociais e estudiosos contemporâneos das ciências sociais e humanas<sup>8</sup>

---

<sup>8</sup> Ver, entre outros, trabalhos de Ariés (1986), Shorter (1975), Firestone (1976), Macfarlane (1990), Pateman (1993), Senett (1988), D’Incao (1997), Priore (1997).

demonstram que o modelo familiar moderno, apesar de sua grande influência como ideal, é uma construção histórica e necessita ser revisitado.

A transição da família feudal para a família burguesa moderna foi bastante ampla, não se atendo apenas à história da vida cotidiana. Estendeu-se, além de outras questões, às relações de produção, e a constituição de subjetividades, em que irão se acentuar a intimidade e as individualidades (Coutinho, 1994). Com o advento da sociedade industrial, estas temáticas começam a se desenvolver, surgindo, por volta do século XVII, o embrião do que é conhecido como família moderna. Esta é caracterizada por alguns elementos: a livre escolha do cônjuge e a incorporação do amor romântico ao laço conjugal; o aconchego da unidade doméstica que se torna um refúgio contra as pressões do mundo público; e a importância central dos filhos e da mãe como socializadora deles. (Fonseca, 1995 b). A prioridade sobre os afetos nas relações familiares implicou, no que se refere à conjugalidade, no processo de construção social de um novo conceito de amor entre homens e mulheres – o amor romântico. Neste quadro, instala-se um dispositivo que organizará uma nova distinção dos prazeres, discursos, verdades e poderes sobre os sujeitos, reorganizando e definindo os espaços públicos e privados (Coutinho, 1994).

O historiador Philippe Ariès (1981)<sup>9</sup>, em seu estudo realizado principalmente com fontes francesas, traz importantes reflexões capazes de proporcionar uma “desconstrução” de idéias e imagens sobre a infância e a família. A partir do século XV, as realidades e os sentimentos da família se transformariam com um fato essencial bastante evidente: a extensão da frequência escolar. Situa ainda que foi apenas do fim do século XVII a meados do século XVIII, que se iniciou o que viria a ser o futuro recolhimento da família longe da rua, da praça e da vida coletiva, e de sua retração dentro de uma casa defendida contra os

---

<sup>9</sup> Ariès, P. (1981). *História Social da criança e da família*. Rio de Janeiro, LTC.

intrusos e melhor preparada para a intimidade. Revela o quanto a família era uma realidade moral e social muito mais do que sentimental. O estudo iconográfico realizado pelo autor mostrou o novo lugar assumido pela família na vida sentimental e é significativo que, nessa mesma época, tenham ocorrido mudanças importantes da família para com a criança.

As reflexões proporcionadas por este autor complementam-se com estudos realizados no Brasil. Maria D’Incao (1997), resgatando fatos do século XIX e início do século XX, aponta que, nesta época,

A sociedade brasileira sofreu uma série de transformações: a consolidação do capitalismo; o incremento de uma vida urbana que ofereciam novas alternativas de convivência social; a ascensão de uma nova mentalidade – burguesa – reorganizadora das vivências familiares e domésticas, do tempo e das atividades femininas (D’Incao, 1997, p.223).

Para a obtenção de uma compreensão mais crítica, interessa saber como este novo processo de “modernização da cidade”, resultado tanto da constituição do estado moderno quanto das mudanças na economia, afetaram a vida familiar, sua organização, as relações conjugais e a relativização de concepções como as de “papéis sociais”<sup>10</sup>. Baseada em conceitos higienistas, a burguesia brasileira buscava ser “civilizada” como os europeus,

---

<sup>10</sup> É importante salientar que, embora o conceito de “papel social” seja um conceito funcionalista, esteja sendo relativizado e até mesmo abandonado por importantes vertentes teóricas, ele ainda marca os estudos de gênero e o cotidiano das pessoas. O gênero enquanto categoria analítica tem origem justamente na tentativa de dissolver qualquer vinculação linear com a designação “natural” de funções e papéis sexuais e/ou sociais, pois gênero não diz respeito à função, e, portanto, não remete à atribuição de papéis masculinos ou femininos. Porém, o que se percebeu no decorrer da pesquisa é que o conceito de “papel” ainda é referendado em alguns estudos e utilizado enquanto matriz no cotidiano, como uma consideração por parte dos sujeitos de características e comportamentos que entendam como adequados ao lugar definido socialmente para sua categoria sexual, elucidando assim, a permanência de uma lógica normativa mesmo com os avanços teóricos. A partir destas considerações, toda vez que o termo “papel” aparecer no corpo deste trabalho, estará entre aspas e deverá ser considerado como uma forma de atentar criticamente para a importância em desnaturalizar e desvincular funções sexuais e/ou sociais das categorias “homem” e “mulher”, acentuando o caráter cultural e histórico na sua constituição. O que se procura sustentar na análise deste trabalho são posições generificadas dos sujeitos contemporâneos.

proclamando uma espécie de hegemonia entre as classes e como estas deveriam se organizar (D’Incao, 1997).

Estudando a conjugalidade entre homens e mulheres no século XIX, Jurandir Freire Costa (1999) aborda esta questão na chamada “família higiênica”, considerando as importantes influências que as definições sobre casamento, contrato conjugal e “papéis” sociais de homens e mulheres deste período histórico exerceram e exercem sobre o nosso cotidiano.

A higienização das famílias surge como alternativa no Brasil Colônia para conter o caos urbano que se instalava com o crescimento das cidades e o descontentamento com a corte portuguesa. Assim, “administrando antigas técnicas de submissão, formulando novos conceitos científicos, transformando uns e outros em tática de intervenção, a higiene congregou harmoniosamente interesses de corporação médica e objetivos da elite agrária” (Costa, 1999, p.28). A intervenção normativa aconteceu sob duas formas: uma através da medicina doméstica no interior da burguesia, reorganizando o casal e a família em torno da educação das crianças; a outra, dirigida às camadas populares, sob a forma de higiene coletiva e campanhas de moralização.

Conforme Sohiet (1997), as mulheres e famílias pobres viviam de acordo com os padrões das camadas mais favorecidas. Ou melhor, eram “instruídas” a viver conforme este modelo. As famílias de camadas populares que se formavam e ocupavam as cidades não possuíam necessariamente um modelo patriarcal de organização, mas iam sendo influenciadas pelos novos padrões, sentindo os reflexos das transformações sociais.(Costa, 1999).

Os estudos de Irene Rizzini (1997) também revelam como as crianças e suas famílias pobres eram consideradas inaptas, perigosas ou problemáticas por não conduzirem

as suas vidas conforme o referencial moral estabelecido, sendo o critério para estas conclusões apenas a condição sócio-econômica destas famílias.

Essa mentalidade ainda permeia com força o ideário lançado sobre as famílias de camadas populares e seus modos de vida, baseados em modelos ideais de família conjugal/nuclear e de modos de ser homem e de ser mulher. Citando Luís Fernando Duarte (1995, pg.33), “A maior parte das afirmações de senso comum relativo à família no mundo ocidental moderno refere-se às suas características dentro do universo das camadas médias”. Sendo assim, outros formatos da família contemporânea somente podem ser reconhecidos de forma mais profunda através de resultados de pesquisas específicas, principalmente ao considerar que no espaço urbano presencia-se a convivência de diferentes códigos culturais, os quais irão caracterizar as múltiplas inserções que uma sociedade complexa e heterogênea apresenta (Heilborn, Maria Luíza 1998b). Deve-se atentar para fugir de armadilhas analíticas e de conclusões fáceis, pois muitas análises ainda estão atreladas na “camisa de força da família nuclear” (Fonseca, 1997). Conforme esta autora, “... pesquisas sobre a especificidade familiar em grupos populares só ganharam ímpeto nos últimos anos e ainda surtiram relativamente pouco efeito em termos de estudos empíricos ou de novos métodos de pesquisa adaptada à realidade brasileira” (Fonseca, 1995a, p.545).

Criticando a lógica evolucionista na pesquisa de organizações familiares ao citar estudos sobre o tema no Brasil Colonial, Fonseca (1995a, p.71) afirma que “(...) a família patriarcal extensa não parece ter sido muito mais comum no passado do que hoje; assim como as famílias nucleares e as mulheres chefes de família não são nenhuma invenção da modernidade”. A lógica que deve ser considerada é aquela que rege a organização e a moral nos arranjos dessas famílias, pois é justamente esta lógica, fundada em preceitos historicamente construídos – e nunca de forma linear – que conduz as práticas cotidianas

dos seus integrantes. A maioria dos estudiosos da história social<sup>11</sup> trata este modelo como consequência de um determinado contexto histórico que implica, entre outros aspectos, em um nível mínimo de segurança econômica, um Estado central capaz de disciplinar e controlar, e o surgimento da escola como instituição. Portanto, não se trata de um “avanço” moral como modelo, nem tampouco natural ou universal (Fonseca, 1995 b).

Ao pontuar aspectos históricos da organização da família, torna-se importante ressaltar que a maioria dos estudos foi realizada tendo como parâmetro o que se convencionou chamar de “modelo hegemônico”, e, portanto, sobre valores dominantes de uma classe também dominante. Uma leitura analítica crítica, no entanto, não deve privilegiar a causalidade entre fenômenos, mas sim seus nexos significativos ou elos de propiciamento (Heilborn, 1998b). Somente em anos recentes, os pesquisadores assumem trabalhar com a hipótese de modelos familiares distintos para as diferentes classes, considerando que a família popular, como salienta Fonseca (1995 a), longe de ser uma antecedente à família moderna, consolidou-se na trama histórica simultaneamente à ela. Sob este enfoque, tem-se o estudo de dinâmicas familiares alternativas, multiplicando as possíveis “variantes” familiares, que poderá dar conta de questões relativas à família na complexa sociedade na qual estamos inseridos.

Maria Gabriela Hita (2001), a partir de resultados de estudos etnográficos e de reflexões antropológicas sobre um grupo popular do nordeste, aponta que o estilo de vida neste grupo é marcado pela ampla rede de relações sociais que se estabelecem com vizinhos e parentes que vivem na redondeza, salientando a importância que estas interações ocupam na vida dos pesquisados. Segundo a autora (Hita, 2001), esta atividade é desenvolvida principalmente por mulheres. O desempenho de distintas funções no interior da família parece, em um primeiro momento, claramente definido com a alocação de

---

<sup>11</sup> Ver Fonseca (1989) para uma resenha da literatura da história social européia.

funções diferenciadas entre homens, mulheres e crianças. Remete-se ao divisor homem/sustento/trabalho/rua, mulher/família/cuidado/casa e, às crianças, a relação de respeito e obrigação para com os mais velhos e familiares. Este modelo vigora no discurso e na expectativa de alguns entrevistados pela pesquisadora que, no entanto, constatou na vida cotidiana de algumas das mulheres entrevistadas, marcadas contradições em relação a este discurso. Este fato converge com o que Klaus Woortmann (1987) identificou em sua pesquisa sobre mulheres e suas famílias populares no bairro urbano de Alagados, em Salvador/Bahia. Neste estudo, fortes características matrifocais aparecem, tendo como base de argumentação o fato de que o modelo patriarcal não se fixou por dificuldades econômicas. Lá, as mulheres são peças centrais do arranjo familiar, sendo estas quem mantêm a rotina com as crianças, gerenciam o orçamento doméstico, contribuem para ele e têm autonomia imediata sobre a vida dos filhos. Nesta abordagem, privilegia-se a centralidade da mulher e das relações com sua rede de parentesco. Lá, “o homem perde toda a sua força, não é ninguém no mundo da casa (‘O terreiro onde o galo não canta’) e não é ninguém no mundo da rua (‘um explorado no sistema e mercado de trabalho’), fica deslocado do seu papel central de provedor que lhe outorga autoridade” (Hita, 2001, p.36).

Esta análise contrapõe-se a outra, a da presença da moralidade, do modelo tradicional de família, abordado principalmente nos trabalhos com camadas populares de Cíntia Sarti (1996). Para Hita (2001), Sarti reconhece uma esfera de autoridade feminina no âmbito da casa e da família e situa a do homem na relação do grupo com o mundo externo.

Ele é a autoridade legítima para fora, no nível simbólico, e é o representante da família frente à sociedade. Seu modelo (o de Sarti) questiona posturas românticas e ingênuas de ver nos modelos matrifocais uma sobredeterminação voluntarista e emancipada de mulheres fortes e autônomas. Mas, sem o pretender, termina caindo

nas armadilhas dos grandes modelos, qual seja, a de reduzir e homogeneizar as distintas manifestações e formas de ser de cada grupo social em um marco geral totalizador. (Hita, 2001, pg. 38).

Para esta mesma autora, uma postura mediadora entre ambas perspectivas é a de Alba Zaluar (1995), que em seus trabalhos reconhece a perda da autoridade masculina e uma certa tendência a uma organização mais matrifocal de lares populares, não despindo, entretanto, totalmente o homem urbano e pobre de sua autoridade na família.

Elisabete Bilac (1995), ao discutir a constituição e a transformação da família nas camadas populares no Brasil, indica que, apesar da existência de algumas ambigüidades nas análises empíricas sobre estas famílias e também das categorias estudadas, há uma certa generalização em termos de um possível retrato destas camadas. Através de um olhar sociológico, suas reflexões partem do pressuposto de que as mediações mais significativas para a estrutura e organização destas famílias – que estariam ordenadas por uma “lógica da solidariedade” em oposição a uma “lógica do individualismo” nas famílias de camadas médias – são aquelas que se estabelecem com a esfera do trabalho e do consumo, bem como com o Estado. Assim, é possível se pensar que,

Seriam exatamente [as] fronteiras borradas entre o trabalho e o não-trabalho, entre trabalho/consumo, entre cidadania/exclusão que forneceriam matéria-prima para a elaboração de práticas familiares de reprodução cotidiana que já foram denominadas de ‘estratégias de sobrevivência. (Bilac, 1995, p.49).

Através da conexão destas esferas se garantiria a permanência do grupo familiar. É nestes ‘limites borrados’ que as famílias criam um espaço de ação, o seu “agir sobre si mesma”. Alerta, porém, que a “lógica da solidariedade”, que caracteriza a ação da família perante a sociedade, antes de ser uma forma ‘idílica ou funcional’ entendida como sinônimo de harmonia e consenso entre os atores individuais, é muito mais uma



“interdependência necessária com o outro” (p.50). Sem esquecer também que esta rede de solidariedade não está marcada com a mesma intensidade em todas as comunidades dos grupos populares, pois ela se manifesta com muitas nuances.

Em estudo etnográfico de grupos populares porto-alegrenses, Fonseca (2000) constatou que o modelo familiar dessa população mostrou-se nitidamente diferente do das camadas médias: prevalência de uniões consensuais, frequência de famílias compostas de mãe sozinha e seus filhos, alta taxa de circulação de crianças. Objetivando melhor entender esta configuração, revisitou conceitos ligados ao estudo da família em grupos populares como o de “estratégia de sobrevivência”, “mulher chefe-de-família” e “família matrifocal”. Concluiu, entretanto, que a complexidade do material de campo colocou em questão os próprios termos da análise. Para explorar a lógica particular que subjaz à organização familiar nestes segmentos, lançou mão dos dados, enfatizando que a principal contribuição de seu estudo não é, por exemplo, esmiuçar os motivos de instabilidade conjugal, mas dar vida à trama cotidiana de relações sociais e colocar em relevo “outras lógicas menos esperadas”. (Fonseca, 2000, p. 54).

Análises antropológicas realizadas sobre segmentos de camadas médias<sup>12</sup> salientam que mudanças nos valores relativos à família englobam significativas alterações nos laços conjugais e nas relações familiares. Estas alterações seriam expressivas de uma ideologia igualitarista que, opondo-se a um certo caráter ‘tradicional’, vem crescendo no país. Para Heilborn (1998b), os traços que caracterizam tal ideário estão explicitados na contestação das distinções de gênero na conformação da dinâmica conjugal, na aceitação do divórcio, na possibilidade de um livre exercício da sexualidade para os dois sexos fora dos padrões de uma relação estável, nos múltiplos arranjos conjugais e, também, na possibilidade da

maternidade fora do casamento. O sistema de valores gira, portanto, em torno de conceitos individualistas. Na perspectiva adotada por esta autora, os processos de constituição do sujeito – de sua visão de mundo e ethos – são diferentes nas duas culturas (camadas populares e camadas médias), originando formas específicas de modelação da subjetividade. Assim, o valor da família nas camadas populares ganha ênfase no que se refere à prevalência do grupo sobre o indivíduo na constituição de suas identidades.

Estruturada em termos de uma relação hierárquica entre os sexos e as categorias de idade, essa ordenação simbólica da família ganha maior nitidez quando confrontada com o modo individualizante do modelo presente entre os segmentos de camadas médias na sociedade brasileira.(Heilborn, 1998b, p.26).

Nesta mesma linha de pensamento, Duarte (1986) afirma que a configuração dos valores dos grupos populares pode ser resumida em três pilares: família, trabalho e localidade. Heilborn (1998b) complementa que o modelo dos segmentos de camadas médias tem, por sua vez, no indivíduo, na sociabilidade e na ocupação, o eixo de estruturação dos sujeitos sociais. Para esta autora, a postura analítica adotada é a de “assumir a existência de sistemas simbólicos distintos no interior de uma sociedade complexa, que mantêm relação entre si, mas não se confundem em suas lógicas mais profundas”. (Heilborn, 1998b, p.27)

A cultura dos grupos populares não se encontraria como um conjunto separado da modernidade, tendo em vista que estes estão de modo bastante intenso expostos à presença de um sistema cultural hegemônico, representado pela ideologia individualista não só nas organizações familiares, mas também presente no ordenamento político-jurídico da nação. O que se presencia, então, é um atravessamento parcial da cultura individualista no

---

<sup>12</sup> Velho, 1985 e 1997; Salém, 1985 e 1989; Russo, 1993.

contexto cultural dos grupos populares. (Heilborn, 1998 b). Assim, não existe um ponto de vista certo ou mais próximo do que seja o modo ou “padrão popular” de família, mas

diferentes pontos de vista e incorporação de modelos dominantes, representando distintas formas de situar-se no mundo, de interesses, de experiências (...) isto pode ser lido como a existência de um certo campo de escolha ou liberdade individual, entre pessoas de um mesmo contexto social, na construção de suas próprias trajetórias vitais (Hita, 2001, pg. 32).

Vera da Silva Telles (1992), ao discutir sobre a experiência de insegurança referente ao trabalho e da conseqüente necessidade de sobrevivência das famílias deste segmento, conclui que, para além da sua importância enquanto garantidora da sobrevivência material, as pesquisas mostram que a família, quando estruturada e hierarquizada em seus “papéis” tradicionais, acaba por definir um paradigma de moralidade e um conseqüente modelo de autoridade centrado na figura do chefe provedor. É certo que este paradigma tem as marcas de uma tradição privatista de uma sociedade hierárquica e autoritária nas suas formas de estruturação, e que as constatações presentes carregam sempre os registros de um certo “ordenamento das relações sociais historicamente construídas”. (i.d.). Porém, para esta mesma autora,

(...) para além das continuidades e da persistência de tradições, seria interessante investigar o que, hoje, numa sociedade complexa e diferenciada, urbanizada e industrializada, constrói a família como valor, como cultura, como sociabilidade. E, sobretudo, como espaço por onde se faz uma experiência específica da sociedade. (Telles, 1992, p. 56).

## **1.2. Mulheres Chefes de Família: problematizando o conceito.**

Quando se realiza um estudo sobre determinados objetos tidos como “problemas” ou “manifestações” sociais, depara-se com o fato de que estes já estão situados num determinado discurso pré-construído. Isto faz alertar que os “problemas sociais” não são decorrência de características inerentes ou intrínsecas a eles mesmos ou de determinadas populações, mas são instituídos histórica e socialmente. As crescentes visibilidade e legitimidade do fenômeno da chefia de núcleos domésticos/familiares por mulheres demandam que este seja encarado como fruto, portanto, de vários fatores. Maria Macedo (2001) destaca entre eles: os processos de independentização feminina pelos movimentos sociais, a entrada significativa da mulher no mercado de trabalho (aumentando o número de divórcios e separações pela independência financeira), o crescimento do número de mães solteiras e suas produções ‘independentes’, a questão da sobremortalidade masculina comprimindo as possibilidades de matrimônio/recasamento, e, as crises econômicas. Tudo isso somado às situações onde a precariedade das condições de vida tende a gerar a instabilidade familiar e ruptura nas relações pessoais.

A autora (id.) aponta que um dos primeiros aspectos a ser considerado ao estudar o fenômeno, é o reconhecimento da persistência e da força das ideologias familistas na formação de nossa visão de mundo. Esta nos leva inexoravelmente a pensar em uma noção dominante de divisão de “papéis”, como a de chefia/provisão da família e administração doméstica, imbricada à própria forma socialmente instituída de divisão sexual do trabalho entre homens e mulheres, o que remeteria, conseqüentemente, às ideologias de gênero.

A reflexão sobre articulação de categorias significa o reconhecimento da relevância de uma análise capaz de compreender a interconexão de fatores como gênero, classe e geração. Adotar esta perspectiva representa um esforço de pensar os sujeitos situados

social e historicamente, considerando, assim, que não existe uma mulher chefe de família “genérica”.

Leila Barsted (1995), ao avaliar as permanências e as mudanças na inserção social das mulheres, argumenta que o aumento de mulheres chefes de família – em especial nas camadas populares – faz repensar sobre a dinâmica das relações familiares e sobre o deslocamento de padrões hierárquicos nas relações de gênero. Salienta que as famílias chefiadas por mulheres não superaram, necessariamente, as assimetrias de gênero. A valorização do masculino em casa não se justifica apenas pela presença do homem produtivo, pois mesmo as que não dependem de homem para o seu sustento e de seus filhos, em alguns casos, continuam a representá-los como “chefes”. Para a autora, estas mulheres percebem que necessitam se reapropriar de um padrão de autoridade masculina – a fantasia do “homem provedor” - para serem valorizadas, respeitadas e, também, para que outro homem não invada o espaço familiar. Assim como, se não há o “homem” dentro de casa, a mulher muitas vezes se vê impelida a assumir o lugar moral da “boa mãe”, o que pode significar até mesmo abrir mão de exercer a sua sexualidade fora de um espaço conjugal.

Há que se romper, portanto, com a tentação de enxergar alguma fixidez nas dimensões sociais, pois elas se realizam em contextos de plena relacionalidade, na dinâmica da múltipla pertinência de categorias. Estas, por sua vez, “não podem ser entendidas como se fossem ‘camadas’ que se sobrepõem umas às outras, como se o sujeito fosse se fazendo somando-as ou agregando-as. Se interpenetram e se articulam”. (Macedo, 2001, p.61-62). Este entrecruzamento de dimensões e categorias é o que pode possibilitar a criação de espaços para o surgimento de outras e novas lógicas, e até mesmo de proporcionar a convivência de ambigüidades e contradições nas diferentes trajetórias de

vida, tornando o sujeito capaz de exercer transformações no seu cotidiano e por ele ser transformado.

Ao pensar a mulher localizada na posição de “chefe de família”, deve-se ter em mente que esta localização já parte de uma determinada discursividade. Esta posição é marcada, então, por um discurso social que, entre outras questões, aponta também para as possibilidades de construção de subjetividades femininas. Tal discurso, tomado muitas vezes como “natural”, desempenha um importante papel na construção das subjetividades das mulheres, e conseqüentemente, tem força para mantê-las em uma posição de subordinação. Coutinho (1994) assinala que toda construção identitária é sempre uma entidade abstrata, uma construção operada por agentes históricos que dissolvem as heterogeneidades, as diferenças, na univocidade de um discurso ideológico totalizador. A condição subjetiva feminina é, desta forma, “Uma construção discursiva que transcende as particularidades dos indivíduos e dos grupos restritos para inseri-los em um projeto globalizante e totalizador, em consonância com os anseios e mitos de uma sociedade em um tempo determinado” (Coutinho, 1994, p. 49).

O discurso científico, como parte do discurso social, tem ao mesmo tempo refletido e dado suporte para valores culturais dominantes em épocas determinadas. Portanto, o conhecimento científico precisa ser compreendido como poder social, não como a expressão de leis universais ou parcelas de afirmação da realidade. Faz-se necessário, neste contexto, explicitar que “mulheres chefes de família” já constitui um lugar discursivo. Necessário, portanto, abordar estas mulheres nas suas relações com os homens e com outras mulheres, e, simultaneamente, explicitar o lugar que o masculino ocupa em um certo momento histórico e em um certo recorte social, de classe, visto que a marca da construção

discursiva social e científica tem sua tradição na posição masculina. Colocar, enfim, as condições do “pré-construído” deste lugar e falar das mulheres a partir destas considerações, lugar este do qual podem derivar múltiplas posições masculinas e femininas, múltiplos sentidos de ser “mulher chefe de família”.

## **CAPÍTULO 2:**

### **REFLETINDO SOBRE O CONCEITO DE GÊNERO.**

#### **2.1.Considerações Iniciais**

A construção ao longo da história de tudo o que se refere ao masculino e ao feminino é extremamente complexa. Elucidar o conceito de gênero possibilita um olhar mais atento e profundo na análise da constituição do sujeito, tornando possível o afastamento de explicações simplificadoras sobre o constituir-se homem e mulher, sobre a relação que homens e mulheres estabelecem entre si e seus pares, nas mais diversas idades e classes sociais.

Conceitos, como bem definiu Mara Lago (1999, p.119), “(...) são nossos instrumentos/imagens para significar, organizar, representar, falar, enfim, simbolizar nossas percepções sobre o mundo de que somos parte (físico, social, psicológico.)”. Sendo assim, necessitam, conforme a autora, ser funcionais para comunicar as formas como significamos o mundo, favorecendo a interação em qualquer discurso, seja ele científico ou do senso comum. Isto é especialmente pertinente no mundo acadêmico, pois são os conceitos, devidamente esclarecidos e definidos, que possibilitam a análise e a interpretação das questões estudadas, de que lugar e a que discurso nos referimos. Seria, enfim, elucidar o “locus epistemológico” do qual se parte e se fundamenta uma discussão.

Ao propor uma reflexão epistemológica sobre o conceito de gênero, partindo das contribuições das ciências humanas e sociais, deparamo-nos com a multiplicidade de visões sobre o mesmo objeto de estudo, visões estas que ora se entrelaçam ora se diferenciam (Lago, 1999), evidenciando epistemes e concepções subjacentes a cada matriz disciplinar. Além disso, os paradigmas epistemológicos novos e antigos convivem no contexto atual (definido por muitos autores como “pós-moderno”), em um processo que



incorpora concepções conflitantes, não ocorrendo necessariamente à suplantação de um paradigma por outro, mas a coexistência de diferentes paradigmas no mesmo tempo histórico. Assume-se, portanto, a existência de “regionalidades epistemológicas”<sup>13</sup> e a impossibilidade da ciência dar conta da complexa realidade através da busca por verdades universais, necessitando o pesquisador/cientista utilizar-se do recurso da interdisciplinaridade e do “recorte metodológico” para, então, compreender e explicar a realidade a partir de um determinado objeto, localizado e datado historicamente. Isto não significa assumir uma postura eclética, a qual pressupõe unir posições antagônicas e de forma acrítica<sup>14</sup>, mas considerar as particularidades de cada campo de conhecimento existentes no espaço do debate científico, que podem contribuir para a compreensão da realidade.

A emergência do conceito de gênero ocorre em um período histórico de profundas transformações, situando-se em meio às discussões dos novos movimentos sociais do final dos anos 60 do século XX. Lígia Amâncio (2001a) destaca o ressurgir do movimento feminista, após um período de desmobilização social ocasionado pelas duas grandes guerras e a chegada significativa das mulheres ao mundo acadêmico, como dois fatores de destaque no contexto do despertar para os “gender studies”<sup>15</sup>. Inicialmente, os estudos feministas pautavam-se nos estudos sobre ‘mulher’. Houve, neste período, uma vasta manifestação de estudos que procuravam identificar as causas das desigualdades entre os sexos e as conseqüências que estas traziam para a situação das mulheres (Amâncio, 2001a).

---

<sup>13</sup> Conceito desenvolvido em aula expositiva (19/03/2003) pelo professor Kleber Prado Filho, na disciplina Fundamentos Epistemológicos em Psicologia, Mestrado em Psicologia, UFSC.

<sup>14</sup> Debate a partir dos conceitos de Kuhn, T. (1969/2000). Posfácio In: A estrutura das revoluções científicas. SP, Perspectiva. Aula expositiva, 09/04/2003, Fundamentos epistemológicos em Psicologia, Mestrado em Psicologia, UFSC.

<sup>15</sup> Estudos de Gênero.

Os “woman studies”<sup>16</sup> tanto desempenharam papel indiscutível e fundamental na recolocação das mulheres na teoria e na pesquisa, como demonstraram a inadequação de sustentar diferenças entre homens e mulheres pautadas nas diferenças sexuais, ao desconsiderarem a construção social destas diferenças. Surgem os primeiros estudos de gênero, inicialmente entre as feministas norte-americanas, que queriam insistir sobre o caráter fundamentalmente social das distinções fundadas sobre o sexo (Scott, 1990). Na psicologia da década de 70, a grande maioria dos trabalhos centrou-se nos estereótipos sexuais. Conforme Amâncio (2001a),

(...) foi preciso esperar algum tempo até se descobrir que o gênero não tem que ver apenas com as mulheres, que é um factor estrutural e não uma característica dos indivíduos e, finalmente, que ele está necessariamente ligado a outras matrizes de desigualdade – como a cor da pele, a orientação sexual e a classe social (Amâncio, 2001a, p.03).

A utilização do termo gênero surge com o objetivo de enfatizar o aspecto relacional da construção de feminilidades e masculinidades, rejeitando o determinismo biológico implícito em termos como “diferença sexual” e “sexo”, pois nenhuma compreensão sobre homens e mulheres poderia ser alcançada por um estudo separado, definindo-os apenas em termos recíprocos (Scott, 1990). Além disso, as pesquisadoras feministas acreditavam que a proposição do termo “gênero” transformaria fundamentalmente os paradigmas no interior de cada disciplina, na medida em que ele não somente acrescentaria novos temas à pesquisa científica, mas imporá um reexame crítico das premissas e critérios existentes (Scott, 1990). Inscrever, portanto, as mulheres na história implica não somente uma “nova história das mulheres, mas igualmente uma nova história” (p.6); e a maneira pela qual esta

---

<sup>16</sup> Estudos sobre mulher.

nova história daria conta de incluir a experiência das mulheres “dependia da medida na qual o gênero podia ser desenvolvido como uma categoria de análise” (p.6) .

## **2.2.Gênero: reflexões a partir da sociologia, antropologia e história.**

Estudos etnográficos iniciados pela antropóloga Margareth Mead (1988) - teórica da Escola de Cultura e Personalidade - realizados com três povos indígenas, os Arapesh, Mundugumur e Tchambuli da Nova Guiné, deram origem ao livro “Sexo e Temperamento”, no qual a pesquisadora desenvolve o conceito de papéis sexuais. Apesar da ênfase do aspecto cultural na determinação do tipo de personalidade (feminina e masculina) ou “temperamento” - o que certamente resultou em críticas pelo determinismo cultural implícito em suas colocações - iniciou-se com Mead uma importante reflexão sobre a definição das diferenças individuais. Ao questionar o “inatismo” dos papéis sexuais, a autora propõe uma reflexão de cunho relacional ao conceito de papéis sexuais. Considerando a contextualização histórica destes trabalhos, pode-se perceber a importância dos estudos comparativos de culturas na medida em que estes mostram que, comportamentos considerados masculinos ou femininos, irão variar de uma cultura para outra (Grossi, Miriam & Miguel, Sônia 1995). Porém, mesmo negando-a, este campo de estudos tendia para uma visão da “naturalidade da condição feminina”, o que resultou em um rompimento com esta tradição de pesquisa no intuito de construir um novo conceito que pudesse dar conta da relativização destas questões. A noção de gênero é então prefigurada nas análises antropológicas comparativas, porém o que esta noção necessitou ampliar e precisar em relação ao conceito de papel sexual “foi a idéia de assimetria nas relações entre homens e mulheres, não descartando ainda a dimensão das relações de poder, de prestígio ou de hierarquia” (Grossi & Miguel, 1995, p.21).

A partir da década de 70, antropólogas feministas começam a criticar o viés androcêntrico da maior parte dos estudos antropológicos, e a introdução da noção de gênero “liga-se então com a preocupação em desnaturalizar e dessubstancializar a noção de feminino e masculino nas análises que vinculam os papéis sexuais ao seu substrato biológico” (Grossi & Miguel, 1995, p.21). Aliada a esta premissa, de que as noções de gênero são produtos de processos culturais e sociais, a crítica aos estudos anteriores sobre a condição feminina implicou a idéia de que o gênero se constitui de forma relacional e dinâmica, portanto, mutável e conjuntural.

Aceitar estas idéias pode contribuir para a não utilização do conceito de gênero apenas como substituto da “condição feminina”, assim como coloca em questão a noção do feminino como algo substanciável ou que exista por si só (Grossi & Miguel, 1995). A antropologia, ao utilizar a categoria gênero trabalha com as construções simbólicas do feminino e do masculino em cada sociedade, justamente com a preocupação de relativizar o isolamento da “condição feminina”. Ao contrastar permanentemente várias formas do masculino e do feminino, questionou a idéia de que haveria apenas um masculino e um feminino, afirmando-se assim, a não universalidade na constituição das identidades de gênero.

Heilborn (1998a), aponta para a inadequação e a incapacidade das metateorias em almejarem explicações gerais acerca do mundo, pois estas não dão conta da variabilidade e da instabilidade das definições estampadas em um mundo multifacetado e veloz. Através de um olhar estruturalista, a autora, com base na proposição “dumontiana” da “universalidade da hierarquia como ordenamento do mundo social” (p.47) argumenta que o gênero, enquanto categoria, comporta hierarquia, ou seja, elucida a assimetria como uma constante estrutural na montagem das relações entre os gêneros. Esta afirmação “sustenta o princípio de que tudo que é da ordem do humano é marcado”, e que o plano da significação

é concebido a partir da noção de valor; “valor entendido como o operador da diferença, ordenamento que configura a hierarquia” (p.47). Neste sentido, o dimorfismo sexual, ou a existência de dois sexos na natureza, não impede que o sexo possa ser uma categoria historicamente datada, assim como não implica uma característica substantiva universal, mas que a estrutura subjacente à montagem das relações de gênero mantém um pendor assimétrico. A autora afirma que as propriedades simbólicas particulares à constituição do masculino e do feminino são fenômenos da relação hierárquica entre eles. (Heilborn, 1998a)<sup>17</sup>.

Heleieth Saffioti (1994), pesquisadora dos estudos de gênero na vertente teórica da sociologia marxista, ao se referir ao acervo de estudos realizados já por três décadas de pesquisas feministas, não só justifica como advoga pela postura da construção social do gênero. Segundo a autora, ao se aceitar o gênero como imutável, naturaliza-se a diferença. Para ela,

não se trata de buscar qualquer outra igualdade fora do campo social, na medida em que isto levaria, inexoravelmente, a uma essência masculina e uma essência feminina. Tampouco se trata de negar as diferenças entre homens e mulheres, o que representaria intolerância (Saffioti, 1994, p. 272).

No entanto, propõe entender estas diferenças como fruto de uma convivência social mediada pela cultura. Como o gênero é relacional, quer enquanto categoria analítica quer enquanto processo social, o conceito de relações de gênero deve ser capaz de captar a trama das relações sociais, bem como as transformações historicamente por elas sofridas, através dos mais diferentes processos sociais. As relações de gênero, portanto, inserem-se na trama das relações sociais, o que implica que é nela que os sujeitos são transformados em homens e mulheres, em um processo que vai do geral ao particular, do social para o individual.

---

<sup>17</sup> Para um maior aprofundamento destas idéias, ver Heilborn 1993, 1995, 1998.

Homens e mulheres vivenciam diferencialmente os fatos de seu cotidiano, inclusive quando pertencentes à mesma classe social, pois, para a autora, “análises concretas de fatos reais poderão mostrar como as vivências humanas apresentam um colorido de classe e um colorido de gênero” (Saffioti, 1992, p.191). Com isto, atenta para a questão de que não se pode atribuir valores díspares para igualdade e diferença, na medida em que não constituem um par dicotômico, mutuamente exclusivo, mas são cada uma a condição da outra. Assim, “as pessoas situam-se nos eixos de distribuição/conquista de poder - gênero, raça/etnia, classe social - graças às similitudes que apresentam com determinadas outras e às dessemelhanças de que são portadoras em relação a outras criaturas”. (Saffioti, 1994, p. 272).

O sujeito do feminismo é concebido como múltiplo e construído através de discursos, posições e significados de forma contraditória e historicamente constituídos. Portanto, “em vez de ser unificado, é múltiplo, sendo mais contraditório do que dividido”. (Saffioti, 1994, p. 273). Nesta linha de argumentação, gênero, raça/etnia e classe social são apontados como os três eixos de ordenação social, que agem na sociedade regulando e organizando as relações de poder, sem colocar, no entanto, um na primazia em relação ao outro.

No campo de estudos da história, a historiadora norte-americana Joan Scott destaca-se pela utilização, em seus trabalhos, do gênero como uma “categoria útil de análise histórica”, com o objetivo de historicizar a categoria mulheres (Scott, 1990). O gênero, utilizado por historiadoras descritivas para delimitar um novo terreno, torna-se antes uma maneira de indicar “construções sociais” – a criação inteiramente social de idéias sobre papéis relativos aos homens e às mulheres. É, para esta historiadora, uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. Segundo esta definição, “gênero é uma categoria social imposta sobre um corpo

sexuado” (Idem). Ao falar de gênero, refere-se ao discurso da diferença dos sexos. Ele – o discurso – não se refere apenas às idéias, mas também às instituições, às estruturas, às práticas cotidianas, os rituais e tudo que constitui as relações sociais. “O discurso é um instrumento de ordenação do mundo, e mesmo não sendo anterior à organização social, ele é inseparável desta”. (Grossi, Miriam, Heilborn, Maria Luiza e Rial, Carmem 1998, p. 115).

Para Scott (1990), o núcleo essencial de sua definição de gênero repousa sobre a relação fundamental entre duas posições: “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e é um primeiro modo de dar significado às relações de poder” (p. 14). No entanto, a ênfase de seus estudos recai sobre a historicidade que o conceito pode comportar. Neste sentido, possibilita “perguntar-se como as relações entre os sexos foram construídas em um momento histórico, por que razão, com que conceitos de relação de forças e em que contexto político”. (Grossi, Heilborn, Rial, 1998, p.12).

### **2.3. “Fazendo gênero” na psicologia.**

A perspectiva de gênero na psicologia exigiu uma ruptura paradigmática no seio desta disciplina. A resistência a esta ruptura, observada em especial na tradição americana, é marcada tanto pela ambigüidade na distinção entre sexo e gênero, como na tensão gerada pelos movimentos sociais no final dos anos 60 (Amâncio, Lígia 2001b). Foram em estudos realizados por áreas afins da psicologia que surgiram as primeiras referências ao gênero, revelando a autonomia da “identidade psicológica” em relação ao sexo biológico, inscrito no corpo (Amâncio, 2001b). Estes estudos implicaram a abertura de uma nova área de conhecimento, no domínio da psicologia e de outras disciplinas, ao tomar em consideração nas análises uma dimensão cultural e social na constituição de gênero.

No contexto da emergência dos estudos feministas, a ciência experimental e de orientação comportamentalista – considerada a área mais “científica” da psicologia – mantinha-se alheia às questões suscitadas pelos novos movimentos sociais e ignorava as mulheres enquanto sujeitos e objetos de pesquisa (Amâncio, 2001b). As produções científicas realizadas até então davam suporte a isto, na medida em que ressaltavam e confirmavam um “papel” feminino nos limites tradicionais, através de modelos estereotipados com base no sexo. As publicações científicas no pós-guerra surgem como contraponto às produções realizadas até este período, possibilitando o surgimento de um outro olhar sobre estas questões ao indagar sobre as explicações postas até então.

Conceição Nogueira (2001b) relata que a desigualdade entre os sexos é expressa desde a Antiguidade, com a sustentação dos mitos e a incorporação destes pela ciência moderna. Segundo esta autora, o conceito e o impacto da pesquisa sobre as diferenças sexuais foi fundamental na análise dos estudos de gênero na psicologia, pois “desde o início do século XX que se assiste, na psicologia, a afirmação das diferenças sexuais para sustentar a inferioridade feminina, limitando a sua esfera de ação, restringindo a sua autonomia e liberdade de movimentos” (Nogueira, 2001b, p.114). Os estudos europeus sobre gênero –ou relações sociais de sexo, como algumas autoras francesas preferem chamar – partilham “a crítica da ‘psicologização’ do gênero e desenvolvem a teorização do conceito sob a forma de relação marcada pela assimetria” (Amâncio, 2001a, p.05). São estes estudos, os quais desnudam a regulação da constituição das identidades de gênero por relações de poder assimétricas, que permitirão questionar a naturalização da ligação entre sexo e gênero tão freqüente na psicologia, visto que a definição de “papéis” sexuais e sociais pautava-se na dualidade de “papéis” masculinos/femininos. Assumiam, assim, disposições individuais consistentes e estáveis, capazes de justificar personalidades e as desigualdades delas provenientes (Nogueira, 2001b). As diferenças atribuídas, portanto, a



fatores de ordem biológica e assumidas como naturais e moralmente corretas, “surgiam para colocar as mulheres em seus devidos lugares” (p.116).

Para Tânia Galli Fonseca (1997), a generificação do mundo e dos sujeitos também estrutura a própria produção científica que assume, em diversas de suas tradições, a “tendência hegemônica de masculinizar seus conteúdos, colocando-se como propagadora de noções que neutralizam, ocultam e obscurecem os sujeitos, vistos desde uma perspectiva universalizante” (Galli Fonseca, 1997, p.317). A partir desta argumentação, a autora afirma que a psicologia enquanto ciência estruturou-se tradicionalmente sobre a desmaterialização de seu objeto de estudo, “o homem”, que passa a ocupar uma posição metafísica e transcendental. Esta disciplina tem contribuído, conforme Nogueira (2001b), para modelar e dar suporte “à crença de um indivíduo como uma entidade autocontida e nobre em si mesma” (p.117), elevando as ações individuais a determinantes que desconsideram ou que se situam acima da influência do contexto onde ocorrem.

Há que se considerar, também, a eficácia simbólica derivada dos discursos psicológicos, que, conforme Galli Fonseca (1997), quando não generalizam, universalizam e homogeneizam os sujeitos sociais, colocando-lhes atribuições de “papéis sexuais/sociais” cujos conteúdos nada mais fazem do que enfatizar o masculino e o feminino como categorias em oposição homóloga. Respectivamente, estas categorias,

Devem ser produzidas segundo uma recíproca e complementar diferenciação, que contém o poder de invisibilizar e retirar o poder das mulheres e do feminino, inferiorizá-las em relação aos homens, secundarizar suas capacidades intelectivas em favor de suas capacidades intuitivas, afetivas, domésticas e materiais.(Galli Fonseca, 1997, p.320).

Associado a isto, ao definirem e atribuírem também “papéis” sexuais e sociais aos homens, “as psicologias”, igualmente, produzem sujeitos homogeneizados em uma tal

posição, que os impõe à necessidade de serem dominantes, fortes e destituídos de sensibilidade e emoções. Portanto, homens e mulheres se aprisionam em um padrão de normalidade, sem questionar justamente a construção social, histórica e cultural deste padrão. Não se trata, entretanto, de negar a diferença entre homens e mulheres. A assimetria nas relações de gênero existe, como afirma Amâncio (2001a), de forma simbólica justamente para remeter ao plano ideológico, que é o princípio regulador dos significados de gênero. É na “diferença, gerada no plano simbólico, e não ao nível dos indivíduos, que encontramos a melhor prova da não homologia entre o sexo e gênero” (Amâncio, 2001a, p.6).

Ao conceber a diferença como algo que se situa “dentro” dos sujeitos, a ciência constrói e mantém de forma poderosa a narrativa de que gênero é diferença e que a diferença é estática, bipolar e categorial (Nogueira, 2001b). Perceber o gênero como algo persistente e específico ao longo do ciclo de vida, além de manter a idéia de “essência”, descontextualiza a constituição de sujeito como um ser histórico, datado no tempo e situado no espaço social, ao mesmo tempo em que desconsidera que o sujeito, em sua própria trajetória de vida, é capaz de exercer mudanças e transformações, pois não segue um roteiro fixo e necessariamente igual a todos os sujeitos que a ele são contemporâneos. Há sempre a possibilidade de um exercício contraditório de constituir-se e ao mesmo tempo ser constituído, de influenciar e ser influenciado pelas lógicas e significações culturais disponíveis.

Apesar do registro de numerosos trabalhos que afirmam o caráter social e relacional na existência de diferenças sexuais, são mantidos posicionamentos por um grande número de pessoas – seja no mundo acadêmico ou fora dele – que creditam a homens e mulheres comportamentos diferentes frente à vida, à família e ao trabalho, devido a traços de personalidade definidos pelo sexo (Nogueira, 2001a). Isto leva a uma reflexão que pode,

entre outros aspectos, apontar que mudanças nas relações de gênero estão ocorrendo. Porém, as crenças sobre os sexos podem estar sendo revestidas por “novas roupagens” para integrar o discurso atual sobre igualdade e, ao mesmo tempo, justificar a persistente desigualdade na divisão do trabalho doméstico e nas práticas familiares (Amâncio, 2001a). A oposição entre a cultura/civilização e a natureza biológica, corresponde a uma dualidade na conceitualização de dois sexos e nos modelos de análise e suas funções. Neste sentido, apesar da desfocagem no aspecto biológico, da ênfase na socialização, bem como na consideração do aspecto cultural, o sistema social de relações de gênero continua necessitando ser questionado.

A pesquisa social, em especial a pesquisa em psicologia, precisa desafiar o que se conhece acerca de homens e mulheres, pois como salienta Nogueira (2001b), os debates sobre diferença sexual e gênero não são apenas exercícios acadêmicos, eles têm conseqüências evidentes e importantes. Ressalta que “o que ‘fizemos’ do gênero e a forma como se definir homem e mulher têm influência no modo como as pessoas se percebem a si próprias e ao mundo” (Nogueira, 2001b, p.120).

Sem dúvida, as questões de gênero como hoje são concebidas e faladas, foram construídas pelos discursos das ciências. A psicologia não foi exceção, pois ao aderir ao mito da objetividade colocou-se no papel de cronista da realidade, desvinculando-se por muito tempo do compromisso e da responsabilidade que a sua “potente retórica da verdade” exercia e exerce na sociedade (Nogueira, 2001a). O pensamento hegemônico desconsiderou a alteridade do sentido de gênero. Siqueira (1997a, p.275) atenta para uma reflexão muito importante no campo da psicologia, ao constatar que “por desconhecimento, superficialismo ou preconceito, a humanidade e os seres humanos, as funções psíquicas e suas etapas evolutivas foram estudadas como se as diferenças de gênero não existissem, ou melhor, como se existisse apenas um gênero, o masculino”. Influências oriundas

principalmente da psicologia e da psicanálise contribuíram para “(...) fundamentar a necessidade das diferenças nos perfis de personalidades de homens e mulheres e na desejabilidade social dos seus respectivos padrões comportamentais” (Amâncio, 2001b, p. 21). Com estes perfis definidos, apenas se torna aceita a sustentabilidade da família através das funções paterna e materna que devem ser desempenhadas dentro de determinados padrões pré-estabelecidos, sendo assim a subsistência garantida pela figura masculina enquanto a figura feminina é responsável pelo bem-estar familiar. Do desempenho destas funções dependerão “a manutenção da estrutura familiar equilibrada, de personalidades saudáveis nos adultos, e da própria sociedade” (p.21). Dependem, portanto, desta divisão e distinção nos “papéis” sexuais que, embora complementares no interior da família, são claramente assimétricos. A passagem do biológico ao psicológico não constitui, então, um grande progresso se continuar na busca de explicações nos indivíduos, concluindo ou pressupondo as diferenças como meros dados objetivos, e considerar os sujeitos como meros receptores passivos (p. 26).

Em algumas de suas importantes tradições, a psicologia tem se estruturado como ciência que não admite a variabilidade, que circunscreve o seu objeto de estudo a partir de critérios apriorísticos e não da experiência de homens e mulheres (Galli Fonseca, 1997). Reverter esta perspectiva requer assumir as condições materiais da existência dos sujeitos, desligando-os de caracteres gerais e universais e contextualizando a constituição de suas subjetividades numa realidade que tem a contradição como aspecto fundamental. Não só abarcar o gênero como categoria de análise, mas também considerar a sua intersecção com outras categorias com as de classe social, idade e raça/etnia.

Pensar o gênero como “componente/compositor da subjetividade” implica afirmar o seu caráter relacional “(...) considerando os múltiplos agenciamentos de subjetivação que corroboram na constituição do sujeito, entre eles os inúmeros enunciados e práticas de

gênero que o atravessam cotidianamente” (Siqueira, 1997b, p.277). Ao encarar o gênero como um sistema de significados, construídos em um processo que define e cria as diferenças sexuais e pelas quais o poder se equaciona, pode-se desafiar a tendência da psicologia para que aceite a diferença, onde o gênero seja entendido como uma construção e cultural; não uma inevitabilidade biológica. Conforme propõe Nogueira (2001a), elucidar, a partir desta postura, os mecanismos psicológicos pelos quais o gênero se constitui e exerce o seu controle.

### CAPÍTULO 3: MÉTODO

Discorrer sobre método e procedimentos metodológicos significa, antes de tudo, confirmar sua importância e afirmar que não se trata de uma escolha aleatória. O método decorre do objeto e do problema de pesquisa; portanto, não é algo definido *a priori* e necessita possuir uma coerência interna com todo o projeto de pesquisa. Nas palavras de Deslandes (1994, p. 43), é “mais que uma descrição formal dos métodos e técnicas a serem utilizados, indica as opções e a leitura operacional que o pesquisador fez do quadro teórico”. Neste sentido, confirma-se que os procedimentos metodológicos filiam-se a uma determinada epistemologia, a um determinado referencial teórico e com ele devem ser coerentes. Ao relacionar método a uma determinada matriz epistemológica, faz-se necessário elucidar alguns pressupostos teóricos que norteiam este referencial. Um deles refere-se à maneira de conceber ciência: a construção científica do conhecimento parte da realidade concreta, e é esta que tornará compreensíveis as idéias e teorias elaboradas. Para Maria Laura Franco (1988),

(...) a ciência real começa na vida real, na atividade prática. Portanto, a verdadeira atividade – a práxis – é teórico/prática, e, neste sentido, é relacional, é crítica, é transformadora (...), uma vez que a prática é a própria ação guiada e mediada pela teoria. (Franco, 1988, p. 78).

Utilizou-se neste trabalho da pesquisa qualitativa como, conforme Maria Freitas (2002), uma forma outra de fazer ciência que envolva não só a arte da descrição, mas que esta seja complementada pela possibilidade da interpretação. Para Franco (1988), esta possibilidade de ultrapassar o nível descritivo e alcançar um nível interpretativo requer um movimento dialético do pensamento, que parte do empírico para o concreto, e, uma vez que se estabeleçam claramente os conceitos com o auxílio da teoria, volta ao empírico para

tentar compreendê-lo em toda a sua complexidade. Definir a concepção teórica implica também compreender como e onde se localizam pesquisador e pesquisado no complexo universo da pesquisa científica. Aqui, sujeito que conhece e objeto do conhecimento – que não se trata na verdade de um objeto, mas sim, de outro sujeito - não aparece distanciado do pesquisador, mas em uma relação de mútua constituição, em um processo circular em constante movimento que resguarda o caráter dinâmico e histórico deste processo. Estudar algo em movimento resguardando sua historicidade significa estudar algo desde uma perspectiva dialética.

O pesquisador trabalha a partir da noção de totalidade, onde o sujeito a ser pesquisado é ao mesmo tempo todo e parte, social e singular. Sua tarefa consiste, portanto, em apreender a forma como os sujeitos configuram o social, um movimento que sem dúvida é individual, único e, ao mesmo tempo, histórico e cultural. As informações colhidas tornam-se relevantes e podem ser generalizadas a outros casos, porque esta abordagem permite apreender o processo, as determinações constitutivas, e não porque os resultados obtidos sejam estendidos a outros sujeitos por serem pretensamente semelhantes. Desta forma, a generalização se define pela capacidade explicativa alcançada sobre uma diversidade e dá-se, portanto, pela capacidade de desvelamento das mediações constitutivas dos sujeitos pesquisados (Aguiar, Wanda 2001). Trata-se da pesquisa com sujeitos singulares conforme afirma Andréa Zanella (2003), pois é no sujeito singular, na classe social, gênero, etnia e geração da qual faz parte que se reflete a totalidade das relações sociais:

Olhar o específico- o sujeito – significa (...) olhar o geral, o contexto no qual se insere, as atividades que ali empreende, sua condição histórica, o lugar que ocupa neste contexto, como o significa e como é significado pelos demais sujeitos com os

quais se relaciona, o que se configura em expressão não de um sujeito em si, mas da própria história humana (Zanella, 1999, p.14).

Na relação de mútua constituição entre pesquisador/pesquisado, a contextualização do pesquisador é relevante: ele também é um ser social, faz parte da investigação e leva para o universo da pesquisa aquilo que o constitui como um ser concreto em diálogo com o mundo em que vive (Freitas, 2002). Desse modo, suas análises e interpretações serão realizadas a partir de um determinado lugar sócio-histórico no qual se situa. Ao pretender buscar explicações, esta pesquisa não busca um sentido causal, mas pretende interpretar os eventos em sua complexidade, em seu caráter relacional. O foco está centrado no processo de como os sentidos se constituem, não na sua “origem”, mas na emergência destes durante o percurso de pesquisa, considerando que os sentidos não estão fixos, postos, mas tomam forma no próprio ato do discurso, nas entrevistas. Entender, através da constituição dos sentidos, o próprio processo de constituição da subjetividade.

Pelas palavras/signos expressas pelo sujeito através do discurso<sup>18</sup>, destacar a linguagem como, ao mesmo tempo, mediação da subjetividade e instrumento produzido social e historicamente, materializada nas significações e sentidos construídos no percurso histórico da humanidade. Por meio da fala/discurso, (aqui entendida em toda a sua complexidade), pode-se apreender os sentidos produzidos pelos indivíduos (Aguar, 2001). Esta mesma autora nos revela que o grande desafio do pesquisador é apreender os aspectos que constituem e dão forma aos sentidos através da sua materialização na enunciação discursiva. Assim,

---

<sup>18</sup> Conforme Ana Luiza Smolka (1995, pg. 42), “quando falamos discurso... referimo-nos ao acontecimento enunciativo em determinadas condições de produção/enunciação. O discurso tem, assim, a característica da linguagem em funcionamento, em situação. É a linguagem não só como atividade humana, mas como prática social, historicamente produzida e contextualizada”.



A fala, construída na relação com a história e a cultura, e expressa pelo sujeito, corresponde à maneira como este é capaz de expressar/codificar, neste momento específico, as vivências que se processam em sua subjetividade; cabe ao pesquisador o esforço analítico de ultrapassar esta aparência (essas formas de significação) e ir em busca das determinações (históricas e sociais), que se configuram no plano do sujeito para chegar ao sentido atribuído/constituído pelo sujeito (Aguar, 2001, p.131).

A apreensão do sentido só se dará, portanto, ao compreender as forças fundamentais que o constituíram. Neste contexto, o sujeito em estudo é um ser “falante”, o que significa que o pesquisador, antes de se limitar a uma atitude contemplativa, deve com ele dialogar a partir de uma perspectiva dialógica. O pesquisador deve, no entanto, comprometer-se com todas as implicações que esta postura requer, assumindo a impossibilidade de uma neutralidade científica e o fato de que o sujeito de sua pesquisa não é um objeto a ser interpretado, mas será entendido em um processo que supõe dois sujeitos (Freitas, 2002).

### **3.1.Caminhos metodológicos**

O presente trabalho teve como sujeitos de pesquisa mulheres chefes de famílias moradoras do bairro São Judas Tadeu, na cidade de Balneário Camboriú/SC. A definição e delimitação dos sujeitos fundamentaram-se, entre outros aspectos, na visibilidade crescente do fenômeno de famílias chefiadas por mulheres, conforme dados apresentados por Berquó (2002) e estatísticas recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. A escolha do bairro deu-se, principalmente, por ser um local ao qual tenho fácil acesso, pois conheço alguns moradores em função de trabalhos já realizados com a comunidade local, bem como por minha participação durante dois anos nas atividades desenvolvidas pela Pastoral da Criança naquela comunidade. A pesquisa foi realizada em sua maior parte no

próprio bairro, salvo as entrevistas com os representantes dos órgãos oficiais do município e a visita ao Arquivo Histórico Municipal. As entrevistas com as mulheres escolhidas se efetuaram em seus domicílios.

### *3.1.1. Passos Percorridos*

Apesar de ser um bairro familiar, como foi mencionado anteriormente, já há algum tempo não o freqüentava. Objetivando, assim, uma reaproximação com o bairro, considerando que agora a postura era de pesquisadora e não mais de voluntária atuante na comunidade – trabalho este realizado até o ano anterior ao da pesquisa - foram realizadas cinco visitas ao campo do tipo “observação participante” antes de serem definidos os sujeitos de pesquisa para a efetivação das entrevistas propriamente ditas. A primeira visita aconteceu em companhia da Elenir, Coordenadora da Pastoral da Criança (que também não reside no bairro), para acompanhar as atividades que aconteceriam naquele dia na sede da Pastoral. Era o reinício das atividades de 2004 dos médicos da Homeopatia Solidária, os quais realizam mensalmente consultas homeopáticas gratuitas e voluntárias com as crianças cadastradas em parceria com a Pastoral da Criança. Na ocasião, estavam reunidas várias mulheres com seus filhos esperando para serem consultados. Reencontrei algumas conhecidas, entre elas Mirtes\* (futura entrevistada), assim como fui apresentada a Veridiana, líder comunitária há um ano (e grávida de oito meses), a qual possibilitaria minha inserção entre outras mulheres do bairro e a indicação de minhas futuras e possíveis informantes. Neste dia, aproveitei também para dar uma volta, observando a rotina dos moradores, organização e distribuição espacial do bairro, bem como de seus equipamentos sociais.

\* Somente os nomes das três entrevistadas – sujeitos de pesquisa – é que foram trocados. Os restantes são originais, sob a permissão dos envolvidos na pesquisa.

Na segunda visita, estive novamente na sede da Pastoral, desta vez reunida apenas com a Elenir e a líder comunitária Veridiana. Expus mais claramente para a líder comunitária os objetivos de minha pesquisa, e prontamente ela mencionou três mulheres do bairro que poderiam ser escolhidas para as entrevistas. Relatei a ela que gostaria também de conversar com mulheres que já morassem há muito no bairro, com o objetivo de reconstruir, brevemente, um pouco da história do mesmo, através de relatos anteriores ao crescimento e construção das casas populares e da ocupação por novas famílias. Indicou-me duas vizinhas suas, que certamente se proporiam a conversar comigo, ficando combinado que retornaria na semana seguinte para irmos até a casa de suas vizinhas. Neste mesmo dia visitei a Neca, ex-líder da Pastoral da Criança e esposa do atual presidente da Associação de Moradores do São Judas Tadeu, o Fischer, pessoas de grande inserção no bairro e que também conhecia. Falei a ela de minha pesquisa e pedi a sua colaboração na realização da mesma, assim como conversarmos sobre a constituição do bairro e como ele se apresenta hoje, fatos que ela e o marido acompanham de perto há vários anos.

A terceira visita objetivava o contato com a vizinha de Veridiana e, no entanto, tivemos uma novidade: no intervalo entre a segunda e a terceira visita, Veridiana deu à luz um menino, antes do prazo estipulado pelo médico. Neste dia, restringi minha visita à parturiente e seu bebê, também em companhia da coordenadora da Pastoral. Mesmo neste estado delicado, continuou solícita e ficou à disposição para me apresentar suas vizinhas quando eu precisasse, assim como as outras mulheres para as entrevistas. Combinamos que eu ligaria para ela antes de retornar ao bairro.

Vinte dias depois, liguei perguntando se ela poderia me apresentar sua vizinha, e assim fiz a minha quarta visita ao bairro. Naquela data, conversei com a Dona Jane, moradora do bairro há 18 anos, a qual me recebeu atenciosamente em sua casa, e colaborou com algumas informações, além de se mostrar disponível para me apresentar outras

moradoras antigas do bairro, caso eu desejasse. Encerrando, assim, a etapa inicial, que consistia principalmente na definição das mulheres que seriam as informantes da pesquisa, realizei a quinta visita ao bairro. Era dia de pesagem na sede da Pastoral, em que mães e crianças se reúnem numa tarde de confraternização para o acompanhamento mensal de seus filhos pelas líderes. Estavam presentes neste dia as três mulheres das quais a líder havia me falado, sendo então apresentada para duas delas, pois a terceira, Mirtes, eu já conhecia.

Conversei com todas elas, uma da cada vez, explicando um pouco sobre a pesquisa, dos meus objetivos e da necessidade de contar com o apoio de mulheres que se identificavam com o perfil a ser pesquisado. Todas se colocaram à disposição para serem entrevistadas, em suas casas, ficando combinado que eu ligaria para agendar a visita com antecedência. Durante os encontros subsequentes nos quais se efetivaram as entrevistas com as informantes (num total de sete), também foram sendo realizadas observações participantes da rotina do bairro, cujas informações, pertinentes ao objetivo da pesquisa, proporcionaram-me mapear um pouco mais o bairro e sua organização. Desta forma, cada vez em que me dirigia ao bairro, estacionava o carro na parte inicial dele, e percorria as ruas a pé, observando a movimentação cotidiana, às vezes interagindo com alguns moradores, com o objetivo de complementar a contextualização e descrição do campo de pesquisa.

No percurso das visitas domiciliares, nas quais se objetivaram as entrevistas com as mulheres - sujeitos de pesquisa -, também foi realizada nova visita com outra moradora antiga, a Dona Maria, residente ali há 29 anos, a qual prontamente falou sobre sua experiência de vida no bairro e com isto forneceu valiosas informações sobre a constituição histórica do próprio bairro.

Concomitante à realização destas visitas de aproximação e exploração ao campo de pesquisa, também foi feita uma pesquisa no Arquivo Histórico do município em busca de

dados formais sobre o município e o bairro São Judas Tadeu, assim como foram empreendidas visitas à Intersindical e Secretaria Municipal de Planejamento e Turismo. A pesquisa ao Arquivo Histórico não forneceu muitos dados para o trabalho, e assim, acabei por recorrer ao material anteriormente resgatado e compilado por mim, quando da elaboração de um trabalho monográfico para conclusão de curso ao nível de especialização, realizado em data anterior<sup>20</sup>.

Na visita agendada com o presidente da Intersindical, organização não-governamental que reúne de forma associativa sindicatos existentes no município e alguns clubes de serviço<sup>21</sup>, não foi possível obter nenhum dado formalizado sobre o município e suas características empregatícias ou econômicas, como por exemplo, a questão da sazonalidade. Após breve conversa com o presidente, este informou que o órgão não possuía nenhum tipo de banco de dados ou registros formais sobre as questões referentes ao município.

Já nas duas visitas efetuadas à Secretaria Municipal de Turismo, algumas informações foram oportunizadas. No primeiro contato, foi fornecido um pequeno folder elaborado pela própria Secretaria, o qual continha alguns dados históricos e geo-políticos do município. Neste mesmo encontro, foi possível agendar para o dia seguinte uma entrevista com a senhora Rosiane Buerger, responsável pelo Departamento de Planejamento e Pesquisa. Apesar de não possuir dados cadastrados e/ou formalizados para pesquisa na Secretaria, a senhora Rosiane forneceu informações importantes em entrevista realizada no dia previamente agendado. O site do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – também foi acessado em busca de dados estatísticos sobre a cidade, o bairro

---

<sup>20</sup> Trabalho Monográfico realizado como requisito para conclusão de curso de especialização em “Metodologia de atendimento de crianças e adolescentes em situação de risco”, da UDESC. Na ocasião, grande parte dos dados referentes aos aspectos históricos do município também foram conseguidos através de entrevista com o Sr. Isaque de Borba Correa, historiador e escritor em Balneário Camboriú.

<sup>21</sup> Órgão não-governamental, com sindicatos em sua maioria patronais e de prestação de serviços.

e população. Foi também acessado o site oficial da Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú.

O último contato em busca de informações sobre o bairro, mais especificamente sobre o processo de construção e cadastramento das casas populares, foi uma entrevista realizada na Câmara de Vereadores com o Sr. Claudir Maciel, vereador municipal e uma das pessoas que participou ativamente desde o início do movimento social, o qual originou a discussão das questões de política habitacional do bairro e culminou na construção das residências. Suas informações foram muito elucidativas, uma vez que em nenhum outro órgão estas estavam disponibilizadas. Além destes passos, a consulta ao material bibliográfico referente ao tema também continuou, de forma pouco intensa nesta fase da pesquisa, mas retomada amplamente na fase de análise dos dados.

### *3.1.2. Especificando a coleta das narrativas*

Para a coleta das narrativas, foram utilizados os depoimentos como uma das formas de relato oral. A história de vida, por sua vez, se define como

(...) o relato de um narrador sobre sua existência através do tempo, tentando reconstruir os acontecimentos que vivenciou e transmitir a experiência que adquiriu. Narrativa linear e individual dos acontecimentos que nele considera significativo, através dela se delineiam as relações com os membros de seu grupo, de sua profissão, de sua camada social, de sua sociedade global, que cabe ao pesquisador desvendar (Maria Isaura Queiroz, 1988, p. 20).

A história oral ou história de vida como técnica de coleta de informações pressupõe também o seu caráter coletivo, mesmo que esta seja realizada com apenas um ou poucos sujeitos. Nas palavras de Santamarina & Marinas (1997),

(...) El propio dispositivo que posibilita la historia oral, pone en funcionamiento un mecanismo que reúne, em si, expresiones de lo coletivo... esto deberá permitir recrear procesos sociales a partir de la experiencia de como han vividos y pensados y sentidos por quien los cuenta (Santamarina & Martins, 1997, p.279).

Toda história de vida encerra um conjunto de depoimentos. A diferença entre utilizar-se da técnica de história de vida propriamente dita ou do depoimento, está na forma específica de agir do pesquisador durante o diálogo com o informante. No depoimento, poderá fazê-lo com uma maior condução nas entrevistas, buscando de seu informante aspectos ou acontecimentos que venham se inserir diretamente no trabalho, assim como colocar um “ponto final” na coleta de informações (Queiroz, 1988). Além disso, outro aspecto importante que difere as duas formas de coleta, é o tempo de pesquisa, possibilitando nos depoimentos que os encontros não se estendam demasiadamente - configurando assim um menor número de encontros – bem como a possível coleta com um maior número de sujeitos (sendo as histórias de vida preferencialmente realizadas com apenas um sujeito).

Neste sentido, as trajetórias de vida emergem sob a forma de depoimentos baseados nas entrevistas, com o objetivo de uma coleta de informações em que o interlocutor desenvolva suas idéias quase sem a interferência do pesquisador (Biasoli-Alves, 1998). Como o objetivo foi centrar na narrativa dos sujeitos de pesquisa, foram realizadas entrevistas recorrentes e em profundidade. Para Olabuénaga, (1999, p.166), “em la entrevista, el investigador busca encontrar lo que es importante y significativo em la mente de los informantes, sus significados, perspectivas e interpretaciones...”. A entrevista em profundidade é, para o mesmo autor, uma técnica que possibilita ao entrevistador obter do indivíduo, pela transmissão oral, sua definição pessoal da situação.

Na entrevista, é o sujeito individual que se expressa, mas “sua voz carrega o tom de outras vozes, refletindo a realidade de seu grupo, gênero, etnia, classe, momento histórico e social”. (Freitas, 2002, p. 29). Foi elaborado um breve roteiro de entrevistas, amplo, esquemático e aberto, servindo apenas como proposta de tópicos que encorajassem a fala dos entrevistados (Anexo 02). Teve como objetivo explicitar algumas questões norteadoras da pesquisa, baseadas na sua temática. Após a definição dos sujeitos de pesquisa na etapa inicial, bem como da estruturação do procedimento metodológico (aqui entendido como o breve roteiro/esquema para as entrevistas), foi descartada a utilização da entrevista-piloto – sugestão esta proveniente da banca de qualificação do projeto de pesquisa – e iniciadas as entrevistas com os sujeitos escolhidos.

As entrevistas foram realizadas individualmente, a partir de um cronograma previamente estabelecido, com horários agendados de acordo com a disponibilidade dos sujeitos da pesquisa, procurando o pesquisador adaptar-se a estes horários e reorganizar o cronograma na medida em que se fez necessário. Cada uma das entrevistas teve uma duração aproximada de uma hora e meia. Todas as entrevistas foram gravadas em fita cassete e sempre com a autorização dos entrevistados, visando à obtenção de informações e facilitando a fase posterior de análise. Estas foram transcritas logo após a realização das entrevistas. Para cada hora gravada, foram reservadas em torno de sete horas de trabalho para a transcrição. O número de entrevistas realizadas com cada sujeito dependeu da coleta de informações, do teor dos relatos e do objetivo a ser alcançado. Conforme a transcrição das entrevistas, uma breve análise já começou a ser efetuada, no sentido de avaliar se as narrativas concedidas até então eram ou não suficientes para o objetivo da pesquisa. Desta forma, foram necessárias a realização de duas entrevistas em profundidade com cada uma das mulheres, com exceção de uma delas, em que ocorreu um problema na gravação da fita na primeira entrevista e, após permissão da entrevistada, nova visita foi realizada em um



outro dia e a primeira entrevista concedida pela segunda vez. A etapa de coleta das informações teve uma duração aproximada de cinco meses.

Após a finalização de todas as entrevistas, encerrando a etapa de coleta de informações, estava prevista uma visita a cada uma das mulheres entrevistadas com o intuito de efetivar uma devolução das entrevistas, porém, esta etapa não foi possível de ser realizada, em função do curto tempo para a realização do trabalho de pesquisa. Permanece, ainda assim, o compromisso social de retornar ao campo com a dissertação já aprovada e realizar uma conversa informal com cada uma das mulheres que participaram da pesquisa, bem como, encaminhar uma cópia do trabalho ao Arquivo Histórico Municipal a fim de que este possa ser inserido no acervo, já que trata de uma pesquisa acadêmica que contextualiza social, histórica e culturalmente a cidade.

Além do procedimento de entrevistas, outros procedimentos complementares foram utilizados. Um deles foi a observação, considerando que as entrevistas ocorreram no espaço doméstico das mulheres entrevistadas. A análise documental também é citada, pois ela foi primordial já no início da elaboração do projeto de pesquisa, ao ser efetivada a busca em bancos de dados via internet, coleta de material bibliográfico em bibliotecas e acesso a censos demográficos.

### **3.2. Procedimentos de Análise**

Desvendar quais os sentidos de conjugalidade e gênero constituído nas experiências de vida de mulheres chefes de famílias do bairro São Judas Tadeu de Balneário Camboriú, compreendeu o objetivo central da pesquisa. Considerando que estes sentidos foram sendo revelados e, ao mesmo tempo, constituídos através da fala das mulheres entrevistadas, pode-se dizer que emergiram do “discurso”, no decorrer das entrevistas. Pela palavra discurso, etimologicamente, tem-se a idéia de curso, percurso, de correr por, de

movimento. O discurso é então palavra em movimento, prática de linguagem. (Eni Orlandi, 2003). A linguagem, concebida como mediação necessária entre o homem e a realidade social, torna possível a compreensão de que o “trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana” (Orlandi, 2003, p.15). Esse modo de conceber a linguagem possibilita,

(...) Circunscrever e articular aspectos diferenciados da dinâmica discursiva como objeto e lugar de investigação: a palavra como signo, a língua como sistema, a linguagem como prática social em funcionamento, a enunciação como produção histórica e acontecimento singular. (Smolka, 1995, p. 47).

Smolka (1997) aponta ainda para uma questão importante no que se refere à pesquisa em psicologia: que nesta, na tentativa de elaborar esquemas explicativos cada vez mais gerais, há algo que sobra e do qual não se dá conta de formalizar. Portanto, ao descartar e ignorar aquilo que desregula, elimina do escopo de suas análises o que destaca, distingue e constitui os modos de agir e pensar do homem, a saber, a linguagem e a cultura. Assim, partindo da concepção vygotskiana de sujeito - em que este é eminentemente semiótico, cultural e constituído nas relações com os outros – aponta-se para a diversidade e incompletude desse sujeito, que se constitui de forma ímpar em implicação direta com a linguagem. Este sujeito, portanto, só pode ser compreendido em sua relação com o signo, com a linguagem (Smolka, 1997). Neste contexto teórico, o discurso que emerge das entrevistas deve ser entendido, como afirma Michael Bakhtin (1988), como aquele que reflete e refrata a realidade. Então, “... longe de ser neutro, um espelho fiel da realidade ‘lá fora’, a linguagem é constitutiva da própria realidade, ela reflete, reforça e constitui modos de organizar e interpretar a realidade” (Coutinho, 1998, p.324). Assim, para esta mesma autora, o analista interpreta uma interpretação, além de que,

(...) Do mesmo modo que não há a melhor análise, não se pode falar de uma análise mais ou menos verdadeira; ao contrário, todas elas são sempre interpretações, formas diferentes de se representar uma realidade, no caso, discursiva, e como tal, não está sujeita a critérios de verdades, uma vez que estes pressupõem uma realidade objetiva. (Coutinho, 1998, p.337. Grifo da autora).

O pesquisador busca explicações que procuram, antes de alcançar uma certeza, credibilidade e compreensão sobre o mundo, os seres humanos e suas relações; “verdades” sempre entendidas como sendo uma interpretação, entre várias possíveis.

Considerando que o material de pesquisa colhido provém, principalmente, da narrativa das entrevistadas e a pesquisadora pretendeu interpretá-lo, delimitou-se como método de análise a ‘análise de conteúdo temática’. Esta análise deve proceder, portanto, dentro das premissas deste método de análise, ou seja, entender o conteúdo das narrativas como parte constitutiva do sujeito, pois ele se expressa como tal através de seu discurso, e as categorias de análise configuradas em eixos temáticos na medida em que surgem nas entrevistas. Aqui, as entrevistas e suas transcrições, detalhadas anteriormente nos procedimentos metodológicos, já se constituem como importante parte da própria análise. Após concluir a coleta de informações através das entrevistas e de suas gravações, a transcrição das mesmas tomou a forma de ‘texto’. Transformar a linguagem gravada em texto é tarefa que exige muita atenção e fidedignidade com o que está expresso na fita, mas, em última análise, sempre será uma fixação da ação, lembrando que a transcrição é também uma interpretação. O mais importante neste sentido é voltar os critérios de validade para a questão da credibilidade: uma interpretação deve ser razoável, coerente e convincente (Coutinho, 1998). Para tanto, as afirmações devem estar apoiadas nas evidências dos relatos dos informantes.

O foco da análise emergiu do próprio texto, sendo que as categorias interpretativas emergem da transcrição e, portanto, não podem estar postas *a priori*. Isto não quer dizer que algumas questões para análise não possam estar delineadas no projeto de pesquisa, mas apenas como temas relevantes para o estudo, sendo considerados também como provisórios, no caso de, do texto, emergirem outras questões pertinentes para análise. Esta atenção é necessária para que não se parta de dois pontos conflitantes no processo de análise: realizar uma leitura simplesmente a partir do conteúdo ou ler o ‘texto’ como evidência de uma teoria anterior (Coutinho, 1998). Há que se considerar ainda que, todo discurso, seja ele neste caso do sujeito pesquisado ou do pesquisador, parte de posições discursivas e pressupõe, portanto, posições ideológicas que devem ser consideradas em todo o processo de análise e da pesquisa em si.

## CAPÍTULO 4: CONTEXTUALIZANDO O UNIVERSO DE PESQUISA

### 4.1. Do geral ao particular, do particular ao geral.

Contextualizar o universo de pesquisa é muito mais do que uma mera descrição do local ou do campo onde a pesquisa se realizou. É considerar a complexidade dos aspectos culturais, sociais, históricos e geográficos que envolvem o sujeito na sua cotidianidade, portanto, na própria constituição de sua subjetividade. Pensar os sujeitos na contemporaneidade é - longe de ser um simples exercício de refletividade - considerá-los constituídos em um constante processo de transformação, demarcados pelas contradições nas suas mais diversas formas de expressão. A tão propalada condição “pós-moderna”<sup>22</sup>, discutida e argumentada por diversos pensadores, coloca-nos defronte à uma importante questão: a impossibilidade em deixar de considerar a convivência de permanências e rupturas, resultado dos traços da modernidade e pós-modernidade, diferentes períodos que acabam por convergir em um só, a contemporaneidade. Portanto, não se pode considerar os períodos históricos como “totalidades fechadas”, delimitadas cronologicamente em termos de um tempo linear, com começo, meio e fim. Assim, com características e particularidades que irrompem em um determinado período para em seguida desaparecer no próximo. Para Edgar Morin (2001), a realidade contemporânea é definida como complexa, o que significa que ela comporta a unidade, mas que há a unidade na diversidade. O panorama da atualidade, segundo Boaventura Santos (2001) é o de “vivermos uma dialética de raízes e opções”, ao tratar das possibilidades de que o sujeito dispõe para sua constituição. Assim, para este autor, o sujeito se depara na sua experiência

---

<sup>22</sup> Para uma maior aprofundamento, ver entre outros, David Harvey (1993), Santos (1989, 1995), Morin (2001).

cotidiana, determinada pelo contexto em que vive, com inúmeras possibilidades de posições – produtos de um processo dialético que comporta ao mesmo tempo uma explosão extrema de opções aliada a uma implosão de raízes. Na procura por uma posição, o sujeito vai buscar identificações que possam situa-lo neste universo, buscar um lugar social. É aí que se faz necessário incluir a noção de historicidade sobre o contexto e sobre o sujeito, sobre quem ocupa o lugar pesquisado. Há que se definir e esclarecer o lugar do qual se fala, pois pensar o sujeito na sua constituição é pensá-lo como processo que incorpora ao mesmo tempo as noções de singular e coletivo. Neste sentido, contextualizar é descrever o geral para inserir nele o particular, é resgatar e buscar singularidades no particular que se manifestam no geral. Na tentativa de efetivar esta contextualização, foi desenvolvida uma busca por fontes de dados, através da realização de entrevistas com representantes de órgãos oficiais do município e moradores antigos do bairro estudado, visitas ao Arquivo Histórico Municipal e observações participantes, conforme foi descrito no capítulo anterior. Uma das primeiras constatações feita é a da falta de banco de dados formalizados, ou seja, locais públicos e/ou institucionalizados onde informações relevantes em relação ao município e ao bairro pudessem ser consultadas e, quando existente, como por exemplo, o material elaborado pela Secretaria Municipal de Turismo, estes acervos disponibilizados se mostraram insuficientes, pelo menos no que era considerado necessário para esta pesquisa. Neste sentido, a maior parte das informações foi coletada oralmente, sob a forma de entrevistas informais e abertas.

#### **4.2. Revelando um pouco da história de Balneário Camboriú**

A história do município de Balneário Camboriú não se diferencia muito da história de todo o litoral brasileiro, povoado por índios que encontravam nas terras litorâneas um lugar ideal para moradia, pois a pesca era abundante, o clima agradável, e havia muita água

doce proveniente dos rios. Os índios que habitaram a região de Balneário Camboriú eram do tronco lingüístico Tupi. “Cambori”, na língua Tupi, significa robalo, peixe abundante no Rio Camboriú. O acréscimo do sufixo “u” designa criadouro, sendo então Camboriú o “Criadouro de robalo”, tornando-a a mais conhecida versão aceita para a origem do nome da cidade. Outra versão veiculada como interpretação para a origem do nome da cidade é a da expressão “camba o rio”, que indicaria, na forma açoriana de expressão da linguagem, a travessia para o outro lado do rio.

Existem relatos referentes à colonização da região desde 1758, quando algumas famílias de origem portuguesa iniciaram a ocupação da margem esquerda do rio, próxima à sua foz. Esta comunidade estava então demarcada, por um lado, pela extensão do rio Camboriú, e de outro, pela presença do mar<sup>24</sup>. Somente em 1826 o colono Baltazar Pinto Corrêa recebeu do Governo da Província de Santa Catarina uma área de terra para cultivo e moradia, formalizando a existência da comunidade na localidade em que hoje se encontra o bairro dos Pioneiros<sup>25</sup>. Por volta de 1840 foi autorizada, pela Arquidiocese de Florianópolis, a construção de uma Igreja (tombada hoje como patrimônio histórico municipal), que culminou na criação do Arraial de Bom Sucesso na localidade da Barra. Em 1884 foi então criado o município de Camboriú, conhecido como “Vila de Camboriú”. A localização geográfica da Vila proporcionou o surgimento de uma rota de desembarque de escravos porque se situava próxima à nascente do rio, distante apenas oito quilômetros do mar. A forte economia cafeeira encontrou também em Camboriú o lugar ideal para se estabelecer, ficando por muito tempo o município como o principal produtor de café do Estado. A agricultura era valorizada, tornando a faixa litorânea desprezível por seu solo

---

<sup>24</sup> Mapa ilustrativo da região do final do século 19. Anexo n. 01.

<sup>25</sup> Informações provenientes do Boletim Histórico do Município elaborado e fornecido pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Turismo, bem como de entrevista concedida pelo Sr. Isaque de Borba Corrêa, historiador e escritor, “nativo” de Balneário Camboriú, em ocasião da realização de pesquisa de

arenoso e de muitos mangues, não propícios para o plantio. As terras em frente ao mar eram habitadas apenas por alguns pescadores. A exploração das jazidas de mármore, granito e calcáreo também se destacaram entre as atividades econômicas da época.

Somente por volta de 1926 é que começaram a surgir as primeiras casas de veraneio, estando estas localizadas principalmente na área litorânea central, pertencentes, em grande parte, a moradores da cidade de Blumenau. Estes veranistas acabaram por dar início a um processo de extrema valorização desta faixa de terra, invertendo a lógica de ocupação existente até então. Assim, teve início também um processo de segregação que permanece até os dias de hoje quanto a quem ou qual classe social pode residir ou mesmo, usufruir a praia. Surge em 1928 o primeiro hotel e, seis anos após, o segundo empreendimento hoteleiro. Os alemães do Vale do Itajaí trouxeram para Camboriú o hábito de ir à praia como lazer, pois até então, para os habitantes locais, o mar era lugar de trabalho – a pesca, e somente era conhecido o banho de mar como tratamento medicinal. Durante a segunda guerra mundial (1939-1945), os alemães mantiveram-se ausentes da praia de Camboriú para não serem hostilizados, já que o exército brasileiro usou os hotéis e as moradias de veraneio como observatórios da costa brasileira. Com o fim do conflito, reiniciou o fluxo turístico. Em 1959, a ainda província de Camboriú foi elevada a distrito e em 1964, foi criado o município de Balneário Camboriú, desmembrando-o assim, do antigo município de Camboriú, localizado geograficamente mais afastado do mar. Durante a década de 60 a atividade turística tomou impulso, colocando a cidade como centro turístico brasileiro. No mandato do primeiro prefeito eleito, Higino João Pio, a cidade recebeu a nomeação das ruas, delimitada por números na sua área central e os bairros receberam nomeações conforme iam sendo povoados por migrantes vindos de diversas regiões. A característica



migratória mostra-se presente até hoje. Como exemplo, conforme citado acima, o nome de alguns bairros: das Nações, dos Estados, dos Municípios, Nova Esperança. O alto valor imobiliário da orla marítima impulsionou a ocupação dos bairros mais distantes da praia e próximos à BR 101, caracterizando, de forma bastante evidente, a ocupação geográfica a partir das diferenças de camadas sociais, ficando a população das camadas populares restritas a estes espaços mais distantes.

### **4.3. Caracterizando a cidade hoje**

Pelo breve relato histórico, pode-se observar que o município foi marcado por colonizações de povos específicos e em número pouco expressivo, como inicialmente algumas famílias de origem açoriana. A ocupação, na verdade, se deu aos poucos, e de forma miscigenada, não caracterizando culturalmente a cidade por nenhuma tradição específica. Foi apenas no final da década de 60, através de um salto quantitativo e qualitativo, principalmente com o intuito de veraneio e lazer, e facilitado pela efetivação da BR 101 como via de acesso ao balneário, que este se consolidou no cenário nacional como município turístico. A exploração do mercado imobiliário e do ramo de construção civil foi responsável pelo impulso econômico, atraindo cada vez mais turistas e também moradores, sendo estes de diversas cidades do estado, de estados vizinhos (principalmente gaúchos), de outros estados do Brasil e até mesmo de países estrangeiros, marcadamente os de origem argentina. Há uma diversidade muito grande em sua composição populacional, o que torna a cidade extremamente heterogênea em seus aspectos culturais. É um município de médio porte, e ao mesmo tempo, guarda as características que definem grande parte das cidades de grande porte do país, a saber: complexidade estrutural, questões de violência, desemprego, exclusão social, divisão social de classes fortemente marcada no espaço geográfico, problemas com o trânsito, poluição, entre outros. Apesar destas constatações

feitas acima, a pesquisa ao site oficial do município de Balneário Camboriú<sup>26</sup> revelaram algumas informações interessantes e um pouco divergentes. Com referência ao Relatório recente do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD/ONU), o município está classificado em sétimo lugar no ranking dos 5.507 municípios brasileiros em qualidade de vida, e em segundo lugar entre os 293 municípios catarinenses. As classificações são baseadas nos programas sociais, investimentos em saúde, saneamento, equipamentos turísticos e educação, de que dispõe o município. Além destes dados, porém, não há mais nenhum dado formal disponibilizado, a não ser a descrição das Secretarias Municipais existentes e uma parte destinada ao arquivo histórico, com uma galeria de fotos antigas da praia. Pelos dados do IBGE, resgatados em seu site<sup>27</sup>, Balneário Camboriú conta atualmente com uma área total de 46,36 km quadrados e com 73.455 habitantes residentes no município, sendo que destes 35.082 são homens e 38.373, mulheres. Estas informações mostram que há uma grande concentração de habitantes em uma pequena extensão territorial, caracterizando a cidade pela sua ocupação vertical (alto número de edifícios) na região central e pela ocupação horizontal (casas) nos bairros. Esta ocupação está dividida politicamente em 14 áreas<sup>28</sup>, sendo estas o centro da cidade, 12 bairros e a região das praias agrestes. A cidade possui também dois bairros, Nova Esperança e São Judas Tadeu, descritos também por suas características rurais.

Em entrevista com a Sra. Rosiane Bürguer<sup>29</sup>, responsável pelo Departamento de Planejamento e Pesquisa da Secretaria Municipal de Turismo, foi possível, além de confirmar os dados coletados nas outras fontes, obter novas informações. Entre estas, a constatação da dificuldade em definir formalmente o número exato de habitantes: pelo

---

<sup>26</sup> Fonte: <http://www.bcamboriu.sc.gov.br>

<sup>27</sup> Fonte: <http://www.ibge.gov.br> \_ cidades@ base de informações municipais- Malha municipal digital 1997/2000.

<sup>28</sup> Conforme dados provenientes da Secretaria Municipal de Turismo.

<sup>29</sup> Entrevista realizada em 30/04/04, na sede da Secretaria Municipal de Turismo, previamente agendada.

IBGE, 73.455; pela Secretaria de Turismo são 110.000; pelo cadastro de coleta de lixo são 146.000 e pelo consumo registrado na CASAN, são mais de 150.000; e o número de eleitores, 66.000. Assim, dados formais e informais coexistem e divergem entre si, o que impede uma definição precisa da população residente no município. A entrevistada revela que a geração de Balneário Camboriú é jovem, pois a emancipação política tem apenas 40 anos, e está formando a sua população própria, ou seja, os nascidos na cidade nestes últimos 20 anos. Neste sentido, é uma cidade de “forasteiros”<sup>30</sup>, pois não há a presença ou preservação de um traço ou definição cultural característica. Em relação aos aspectos econômicos do município, a informante atentou para a característica maior de economia do município, que é a prestação de serviços, sendo o setor terciário da economia o gerador de empregos. Apesar destas constatações, não há ainda registros formalizados quanto a um panorama geral de empregos no município e de como estão ocupadas as categorias de emprego oferecidas, como a divisão por sexo na ocupação laboral, entre outros<sup>31</sup>. O que se afirma é a sazonalidade marcada pelo que se denominou de “Turismo de Sol e Praia”, ou seja, durante o verão, entre os meses de dezembro a março, registra-se a temporada, com um grande fluxo de pessoas nesta época, o que gera, conseqüentemente, um aumento significativo na oferta de empregos, bem como da circulação de capital no município. O mês de abril é definido como o de turismo da terceira idade, maio e junho são meses fracos, julho registra um aumento da movimentação turística pelas férias escolares, outubro recebe um pouco de turistas em função das festas típicas da região e em novembro recomeça aos poucos a temporada com o turismo de estudantes. Sem a presença de grandes

---

<sup>30</sup> Palavra da entrevistada, Sra. Rosiane.

<sup>31</sup> Na data da entrevista estava sendo realizada pela Secretaria de Turismo, uma pesquisa com os setores e estabelecimentos comerciais, com o objetivo de “corrigir o comércio”.

empresas e indústrias, o município conta apenas com a vinda de turistas e o consumo de bens terciários como os imóveis, comércio em geral e bares/restaurantes.

#### **4.4. Sobre o bairro...**

Incluindo aqui também a dificuldade de encontrar fontes formais que pudessem revelar informações sobre a história e constituição do bairro São Judas Tadeu – o “lócus” da presente pesquisa – mais uma vez se recorreu às narrativas como possibilidade de resgate de informações. Neste caso, foram as narrativas de duas antigas moradoras do bairro e de algumas pessoas que participaram, direta ou indiretamente, da constituição e emancipação política do mesmo; entre elas, um vereador e o atual presidente da Associação de Moradores do bairro. Outra estratégia metodológica utilizada foi observar a distribuição espacial e equipamentos sociais coletivos disponíveis, na tentativa de melhor mapear e descrever as ações cotidianas que ali se realizam.

O bairro São Judas Tadeu foi, conforme registro da lei municipal número 970/90, o último a ser emancipado politicamente. Localizado ao sul do município e com uma área de 3.042.723,675 metros quadrados, é plano e amplo. Seus limites geográficos estão demarcados de um lado pelo bairro da Barra (o mais antigo do município, localizado às margens da foz do rio Camboriú), e de outro lado, pela BR 101. Sua população é de 498 habitantes. À primeira vista, o local apresenta-se como um bairro popular urbano, com a forte marca de seu núcleo residencial de casa populares construídas, em grande parte, pelo governo municipal. Mas, afastando-se um pouco da área central do bairro, um olhar mais atento desvelaram uma certa heterogeneidade em suas características geográficas e conseqüentes modos de vida. Um forte traço de suas origens rurais torna-se evidente, como grandes extensões de terra desocupadas por habitações e ocupadas por animais rurais como vacas e cavalos, assim como o plantio de pequenas hortas domésticas e algumas árvores

frutíferas. Há, ainda, a ocupação por parte da população do bairro das encostas dos dois morros que o delimitam, onde fixaram suas moradias, aproximando-se daquilo que acontece nas grandes cidades e constitui as favelas. Co-habitam na mesma comunidade, uma diversidade de estruturas espaciais e as possíveis organizações sociais daí decorrentes.

D. Maria, também conhecida no bairro como a “viúva do Seu Daniel”, mora há 29 anos na localidade. Vinda, na época, de Florianópolis com o seu marido e oito de seus nove filhos – a mais nova nasceu ali -, conta que era “tudo deserto, não tinha luz, não tinha água, não tinha ônibus. Eram mais ou menos só 10 casas”. Seus filhos, para estudar, freqüentavam a escola estadual da Barra, bairro vizinho. Posto de saúde existia apenas em Itajaí, cidade localizada a aproximadamente 20 quilômetros. Quanto à aquisição e ao consumo de alimentos, havia apenas um mercado onde hoje é o bairro Nova Esperança, do outro lado da BR 101, o que dificultava o acesso às compras. Assim, moradores plantavam alguns itens alimentícios como milho, feijão, banana, amendoim e mandioca para o consumo e para a venda. Ela e seus familiares plantavam aipim, milho e tomate para o consumo próprio. Os outros moradores trabalhavam “na pedra”, que é a exploração de jazidas de pedras para a manufatura de peças de paralelepípedo para calçamento. A região do bairro que hoje é ocupada pelas casas populares – área central – era “tudo banhado”. Conhecido como antigo CTG (Centro de Tradições Gaúchas), era um descampado onde aconteciam as práticas com cavalo, chamadas de rodeio. Conta que, em determinada ocasião, uma grande pedra ameaçou cair do Morro da Cotia (morro em cujas encostas estão localizadas algumas moradias), colocando em risco as casas do local. Como era, segundo ela, “época de política”, a prefeitura acomodou as famílias, em torno de 20, no galpão ali existente para a prática dos rodeios. “Passou a política e eles esqueceram o povo lá. Quem morou, passou trabalho, pois ficaram sem luz, sem água. Era só um rabicho para todos”. A maioria dos moradores então retornou ao morro, para suas antigas moradias,

mesmo com o perigo eminente de a pedra desabar, fato que permanece até hoje sem solução. Relata ainda que não havia igreja ou capela para freqüentarem, apenas missa uma vez por mês na Barra. Foi então que Seu Adão, morador do bairro na época, construiu uma pequena capela. Batizou-a de “Capela de São Judas”, nome este que mais tarde, na emancipação política do bairro e a pedido dos moradores, foi escolhido para nomear o próprio bairro. Para D. Maria, hoje está tudo muito diferente: “antigamente, morava aqui e conhecia todos. Na época que começaram a vir os novos moradores, não tava acostumada com essas histórias de ‘matou o irmão, matou o marido’”, referindo-se aos acontecimentos atuais do bairro, em contraste aos “antigos tempos”.

D. Jane, outra moradora entrevistada, apesar de morar há menos tempo na localidade (19 anos), revelou informações em grande parte coincidentes com as de D. Maria. Considera o local onde mora “quase um sítio”, apesar de estar geograficamente muito próximo da parte populosa e central do bairro. A propriedade onde reside é do patrão de seu marido, com quem trabalha há 25 anos. Segundo ela, o patrão precisava de alguém para cuidar de sua propriedade, foi então que vieram para cá. O local conta com uma casa, um galpão para criação de animais (desativado) e uma grande extensão de terra, na qual plantavam alguns gêneros alimentícios e árvores frutíferas. O antigo dono destas terras, um “nativo”, conforme retrata D. Jane, era o dono desta e de grande parte das terras ao redor da propriedade atual. Também plantava e criava animais, mas “vendeu tudo pois desgostou, perdeu um filho na água (afogado no mar)”. D. Jane hoje é dona de casa, não planta mais nem cria animais. “As crianças crescem e não querem mais trabalhar com sítio, querem só ir para o centro”. Diz ainda que quase não tem contato com as pessoas do bairro, pois fica muito em casa. Quando se mudou para o São Judas Tadeu, só havia a rua principal, de barro, que hoje comporta casas populares. “O espaço onde é a igreja e a creche era rodeio, o CTG. Por isso chamavam o bairro de CTG, hoje é São Judas”. Os

filhos também estudavam na Barra, pois lá havia o colégio estadual. A escola no bairro São Judas existe há aproximadamente nove anos. “A cada ano foram aumentando as séries, no início eram três salas e só até a quarta série”. A creche foi inaugurada há três anos e a igreja há dois anos. Reclama que o bairro ainda precisa de muita coisa. “Deveria ter feira, farmácia, boa panificadora. E o posto de saúde! É muita gente, São Judas, D. Lili, Barra, tudo num posto só! É tudo na Barra!” (referindo-se à existência de apenas um posto de saúde que atende a população destes três bairros vizinhos). Revela que não mantém muito contato com as outras mulheres do bairro, e que conhece algumas apenas das reuniões do colégio. Não sabia identificar onde ficavam alguns dos equipamentos coletivos do bairro como a sede da Pastoral da Criança e contou que há pouco descobriu “o parque”, referindo-se à sede da Associação dos Moradores. “É um bairro de muita criançada, acho que as casas são pequenas e tem pouco pátio para elas brincarem, aí as crianças ficam nas ruas!”. Apesar das nítidas mudanças estruturais e de organização que aconteceram no bairro, principalmente nos últimos dez anos, revela-se uma permanência de um modo de vida com características marcadamente “interioranas”, principalmente nas famílias que primeiro vieram a se instalar na localidade.

Para melhor compreender como se deu o processo de ocupação da parte central do bairro, a última a ser ocupada, caracterizada pelo conjunto habitacional de casas populares, a entrevista com um dos atuais vereadores, Sr. Claudir Maciel, foi fundamental. Conforme seu relato, o processo teve seu início marcado por uma ação de despejo movida contra dezenove famílias, residentes em uma outra localidade do município - o bairro Vila Real - no ano de 1993. Na ocasião ele era funcionário público municipal do Sindicato dos Servidores Municipais. Foi procurado por uma comissão formada por alguns representantes destas famílias, e diante da problemática apresentada, pensou que a única solução para o fato seria mobilizar a sociedade. Com a ajuda de um vereador, efetivou uma

mobilização na igreja matriz Santa Inês, reunindo várias pessoas para a discussão do problema. Formou-se então, conforme suas palavras, um “fato político”, o qual acabou culminando no adiamento da ação de despejo por um ano. Em 1994, quando a ação novamente veio à tona, conseguiram a desapropriação do antigo CTG, que era uma propriedade particular, e com isto, abriu-se a primeira discussão no município sobre casas populares. Com verba municipal e ajuda da própria comunidade beneficiada com as casas, sob forma de mutirão, com a ajuda mútua entre vizinhos, as primeiras casas foram construídas. Criou-se assim o Fundo Municipal Rotativo do Bem Estar Social, com o objetivo de subsidiar novas e futuras casas populares. Posteriormente, surgiu a necessidade de abrigar famílias que residiam em barrancos às margens da BR 101. Foram assentadas, além daquelas, famílias provenientes do bairro dos Municípios, mais especificamente moradores da rua Brusque, local que também sofreu ação de desapropriação pelo governo municipal, com o objetivo de ampliar a Casa da Criança (organização não-governamental que presta atendimento a crianças e adolescentes em situação de risco social). O vereador relata também que o acontecimento referente ao desabamento da pedra no Morro da Cotia, foi um fato isolado, ocorrido em 1990, e que na época a prefeitura apenas atendeu o caso de forma emergencial, não se atendo à discussão ou efetivação de alguma política habitacional. Com recursos da prefeitura municipal foram construídas apenas as primeiras casas. Para as posteriores, a prefeitura oportunizou os terrenos e os moradores, com recursos próprios, edificaram as casas. Na última fase do processo de construção das obras populares, os moradores conseguiram verba através da Caixa Econômica Federal, e neste caso também para a aquisição dos terrenos, e não apenas para as edificações. Nesta etapa, foram construídas aproximadamente 50 casas.

Apesar deste movimento social resultar na concretização deste núcleo residencial popular, o vereador afirma que o município não possui um cadastro oficial com dados



sobre demanda e/ou déficits habitacionais, bem como não houve critérios objetivos na escolha dos moradores que foram assentados, principalmente aqueles que foram beneficiados na fase posterior ao assentamento. Não há, portanto, uma política habitacional, e o Fundo Rotativo, criado para este fim, conta hoje com apenas 27 mil reais<sup>32</sup>. Além disso, refere que a ocupação do bairro São Judas aconteceu por famílias de diversas origens, o que causou uma certa descaracterização e cresceu diferentemente, por exemplo, do bairro da Barra, mais antigo do município e único que manteve um pouco da cultura açoriana proveniente dos primeiros colonizadores. Foi apenas em 2002 que as escrituras dos terrenos populares foram homologadas, fato este que gerou muita mobilização por parte dos moradores e de sua Associação. Mesmo cercada por muita polêmica, a questão das escrituras, para o vereador, está definida. Todos os que já ocupam casas e terrenos possuem direitos sobre a escritura.

O bairro vai desvelando algumas de suas características fundantes no decorrer dos relatos, demonstrando que sua constituição está longe de ser simples. Convivem várias culturas, provenientes de diversas origens étnicas e geográficas; sua estruturação espacial e organizacional é múltipla, com algumas permanências rurais, ao mesmo tempo em que apresenta características urbanas complexas, como as casas populares e a ocupação das encostas dos morros. Mostra-se, portanto, híbrido em vários aspectos, o que reforça a importância de não o considerar apenas como ‘mais um’ bairro de camadas populares.

Na caracterização de seus equipamentos sociais coletivos, conta com uma Escola Municipal com ensino fundamental e médio, creche municipal que atende crianças de zero a quatro anos, Igreja Católica com salão paroquial, a sede da Pastoral da Criança (que através de suas ações atende a comunidade, assim como cede seu espaço aos moradores para outras atividades, festas de aniversário, etc.), Associação de Moradores com sede

---

<sup>32</sup> Dados que podem ser conferidos no site [www.cambc.sc.gov.br](http://www.cambc.sc.gov.br), através dos orçamentos municipais anuais.

própria (um terreno amplo com uma pequena construção e um parque infantil), um campo de futebol de grama particular (algumas vezes emprestado, algumas vezes alugado para eventos esportivos infanto-juvenis e de adultos). É contemplado com o programa Saúde da Família, através dos agentes de saúde municipal. Além da Igreja Católica já citada, é importante salientar a existência de mais cinco igrejas: Igreja Missionária Primitiva, Igreja Primitiva Renovada, Igreja Vida Nova, Igreja Assembléia de Deus e Igreja Quadrangular. Há também um mercado, duas mercearias, uma loja de produtos R\$ 1,99, uma loja de roupas usadas, uma pequena panificadora, uma oficina de consertos de bicicletas e alguns bares com mesas de jogos (sinuca).

## **CAPÍTULO 5:**

### **APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DO MATERIAL PESQUISADO**

O conceito genérico da categoria “mulheres chefes de família”, utilizada tanto para situar o fenômeno social em termos quantitativos, quanto para revelar uma possível mudança no que concerne às novas configurações familiares, não abarca toda a complexidade que este termo na verdade pode comportar. O estudo de três mulheres chefes de família de uma mesma comunidade possibilitou elucidar a existência de trajetórias singulares que acabaram por posicioná-las – assim como a elas mesmas se posicionarem – nesta categoria social.

Num primeiro e rápido olhar sobre o material pesquisado, algumas coincidências com os dados estatísticos oficiais do IBGE sobre o perfil demográfico das chefias femininas no Brasil, prontamente puderam ser constatadas. Por exemplo, pelos dados oficiais, as mulheres chefes de família são cada vez mais jovens: as mulheres entrevistadas têm idade entre 27 e 36 anos. As famílias chefiadas por mulheres sem marido e com filhos são as mais pobres: as entrevistadas vivem cada uma com aproximadamente um salário mínimo e meio, para prover o seu sustento e da família. O grau de analfabetismo é superior ao da população feminina em geral: das três, duas interromperam os estudos logo após concluir o ensino fundamental e uma é analfabeta, apenas assina o seu nome. Não se nega a importância dos dados e estudos de cunho demográfico; entretanto, esta breve introdução ao material e a relação posta com os dados oficiais quer demonstrar que as coincidências encontradas entre os dados nacionais e os dados locais coletados, por si só, não possibilitam a afirmação de que há uma “mulher chefe de família genérica”, capaz de ser descrita por uma lista de características que a defina como tal. O que se pretende é considerar a existência de diferentes trajetórias de vida das quais emergem, ao mesmo

tempo, singularidades que as constituem enquanto tais e condições sociais e culturais pertinentes ao contexto histórico, que geram e regem determinadas lógicas simbólicas nas quais se encontram inseridas. Não se trata de um “estudo sobre mulheres”, sugerindo a não politização da investigação, à luz de princípios positivistas da objetividade, neutralidade e impessoalidade. Como alerta Nogueira (2001a), não se estaria questionando ou desafiando as instituições existentes e a própria ciência psicológica, nem as concepções dominantes de “mulher” que as disciplinas construíram e promoveram. Neste caso, estar-se-ia tomando a mulher como categoria unitária, como o “outro problematizado”, em contraponto à categoria unitária de “homem”.

Trata-se, aqui, de uma tentativa de inserir estas mulheres em um lugar de visibilidade, desvelando as formas como elas agem, posicionam-se, dão sentido às experiências vividas, tendo sempre como pano de fundo que a compreensão da constituição destes sujeitos se dá nas e pelas relações sociais, o que proporciona, de uma maneira análoga, utilizar esta abordagem também na compreensão da constituição dos seus sentidos de gênero e da sua posição enquanto mulher chefe de família. Assim, a constituição dos sentidos de gênero, inscrito “(...) nas trajetórias singulares destes sujeitos, ancora-se nas significações construídas por eles, imersos em suas famílias de origem e essas, por sua vez, em uma determinada classe social de uma sociedade situada no tempo e no espaço” (Siqueira, 1997b, p.12). Neste enredo, o sujeito é ativo, não apenas reproduz os sentidos e práticas, mas se apropria deles, visto que estão culturalmente disponíveis, e ao apropriar-se, também os modifica. Daí resultam as diferenças singulares, ainda que se tratem de mulheres de uma mesma geração, classe social, e posicionadas como chefes de família. Para entender como esta trama se dá, “(...) faz-se necessário um constante ir e vir interpretativo entre as várias esferas da realidade sócio-histórica em que os sujeitos estão

inseridos, ou seja, do individual ao social e vice-versa, em seus distintos níveis de atuação” (Siqueira, 1997b, p.12).

Com o intuito de não perder a riqueza do material pesquisado, proveniente tanto das trajetórias singulares registradas nos diferentes dispositivos que marcam a condução de suas experiências, assim como dos importantes pontos de convergência revelados nas lógicas constituídas e constituintes do contexto histórico-cultural, será descrita primeiramente cada mulher entrevistada em sua trajetória e, num segundo momento, será apresentada uma discussão do que se delimitou como os pontos em comum, aqueles que se entrelaçam e se entrecruzam às diferentes vivências, mas que revelam, antes de tudo, que elas são todas, mulheres do seu tempo.

### **5.1 Três mulheres chefes de família: suas histórias e singularidades**

Laura, Mirtes e Maria<sup>33\*</sup> moram no bairro São Judas Tadeu há aproximadamente cinco anos. Todas elas, assim como grande parte dos moradores não só do bairro, mas do município, migraram de suas cidades de origem para Balneário Camboriú. Três mulheres diferentes que tomaram uma iniciativa: a de romper com a união conjugal, cada uma do seu modo, no seu tempo de conjugalidade e motivada por conflitos específicos. Estão separadas de seus companheiros há dois anos.

#### *5.1.1. Laura:*

Laura tem 27 anos e ainda estava casada quando veio morar no bairro São Judas Tadeu, no Morro da Estrada Geral. Foi ali que ela e o companheiro conseguiram comprar um terreno e construir uma pequena casa de três cômodos (quarto, sala/cozinha e

---

<sup>33</sup> \*Nomes fictícios.

banheiro), na qual ela mora até hoje com seus três filhos, uma menina de sete anos (Ce.)<sup>\*\*</sup> e dois meninos, um de cinco (A) e outro de quatro (E.) respectivamente. Permaneceu unida durante sete anos, e hoje mantém o sustento da casa principalmente com a confecção de encostos de cadeira, feitos artesanalmente com fibras de junco. Executa este trabalho em casa e recebe por peça terminada. Além disto, conta com o benefício federal da bolsa-escola proveniente dos dois filhos que freqüentam a escola e seu ex-marido ajuda com uma compra mensal de comida para as crianças. Estudou até a sétima série.

Sua família de origem é de Ponta Grossa, município paranaense. Vieram todos para Santa Catarina - ela, seus três irmãos, sua mãe e seu padrasto – quando tinha aproximadamente 13 anos de idade. Na época, mudaram em função do serviço de seu padrasto, fixando residência inicialmente em Navegantes, cidade próxima de Balneário Camboriú.

*“É, vamo pra lá que é bão, tem serviço, daí nós viemo”.*<sup>34</sup>

Apesar de toda a família ter vindo para cá com boas expectativas em relação à possibilidade de melhores condições de vida, Laura reforça o posicionamento moral de seu padrasto quando diz que este *“avisou minha mãe”* sobre como as coisas eram por aqui.

*“E nesse tempo meu padrasto já dizia pra minha mãe, cuide dessas menina aí, porque eles são sem-vergonha: mulhé bota chifre em home e home bota chifre em mulhé. Cuida! Ele disse que aqui rapais deixa menina grávida, eu era pequena, não entendia muito”.*

Ao relembrar as palavras do padrasto fala como se ele, de certa forma, estivesse prevendo o que “de mal” iria acontecer com ela.

---

<sup>\*\*</sup> Iniciais dos nomes das crianças, com o objetivo de preservar suas identidades.

<sup>34</sup> Todas as expressões entre aspas e com a fonte em itálico representam a narrativa das entrevistadas, conforme suas palavras, registradas *“ipsis literis”* nas transcrições efetuadas.

*“Eu vim, comecei a trabalhar com treze ano, daí saía, coisa e tal, e foi aí que eu já conheci o pai deles...”*

Ela trabalhava nesta época como babá de uma senhora “bem velhinha”, e morava no serviço. Foi então que, por volta de seus quinze anos, conheceu o “Nene”, com quem posteriormente se casou. Namoraram durante um ano antes de acontecer a primeira relação sexual. Ao falar sobre a primeira vez, justifica a sua entrega sexual porque gostava dele, e assume a iniciativa desta primeira relação para si.

*“(...) daí depois, como eu gostava dele, daí eu falei assim, hoje eu vou dormir na tua casa. Aí ele falou ‘não, Laura!’. Eu falei, é sim! Eu vou dormir lá hoje! Daí ele falou não, mais querendo, né? Ta, foi, daí que nós dormimo lá, daí rolou, né”*

Após este dia, resolveu que iria mentir para sua mãe dizendo que estava grávida para que então eles pudessem casar. Acabou contando para sua mãe o que aconteceu, e para sua surpresa, a mãe não brigou com eles, mas a orientou a tomar comprimidos anticoncepcionais para não engravidar. Relata que sua mãe, um tempo depois, falou a ela que se ela não quisesse ficar com o então namorado, não precisaria, pois não estava grávida. Mas para Laura, a questão da moral sexual relacionada com a perda da virgindade, estava muito presente e ocupava um lugar muito importante, simbolicamente, como pode ser observado em sua fala:

*“Mas daí eu queria ficá junto porque eu pensei que não valia mais nada (...) e eu pensei, eu não vô sê igual aos outro. Eu já tinha perdido o principal, aí eu pensava, não vô sê igual às outra”*

A vida sexualmente ativa não deveria acontecer fora do casamento. Foi então que a união se formalizou no civil, não em função de uma gravidez, mas impulsionada pela perda da virgindade. Foram sete anos de vida conjugal, sendo que nos quatro primeiros eles

viveram junto com a sogra dela, até que conseguiram comprar o terreno e construir sua própria casa. Quando questionada sobre como era sua vida durante o casamento, ela fala:

*“Nós vivemo quatro anos bom, quatro anos sem nada, as mil maravilha nois vivia. Ele fazia tudo o que eu queria. Acontecia um pouco de eu reiná porque nóis morava com a mãe dele”.*

Assim, se um eventual conflito ou discussão entre o casal acontecia, era motivado pela presença da mãe dele ou por não terem o seu próprio espaço, sua casa e um pouco mais de privacidade. Somente após um tempo já morando na sua casa, em outro bairro que não o dos familiares dele, é que relata a emergência de outros conflitos entre o casal.

*“Aí vivemo que é uma beleza um ano e meio, aí ele começou saí, saí um monte. Bebia, chegava tarde”.*

Com as saídas freqüentes dele, a questão da infidelidade começou a permear o relacionamento dos dois. Relata que, na tentativa de ver o comportamento dele mudar, ameaçava ir buscar “seus direitos”, mas acabava não indo.

*“Se eu for lá, Nene, eu ganho tudo! Mas a gente não vai, né? Aceita...”.*

Tolerou por um tempo, mas quando começou a encontrar preservativos nas roupas de seu companheiro, decidiu que deveria mandá-lo embora.

*“Se eu não tivesse mandado ele, nóis tava até agora. Mais eu já tava até doente, precisava tomá remédio pros nervo de tanto ele incomodá”.*

*“Porque a mulhé é muito boba, os home faiz, faiz, faiz e eu não tava mais agüentando!”.*

Sua decisão de mandá-lo embora, na verdade, estava imbuída do desejo de que ele “tomasse um susto” e mudasse o seu comportamento de homem perante ela e a família. Relata que ainda gostava muito dele e que não gostaria que o relacionamento tivesse encerrado. Mas tomou esta atitude compreendendo que era o que uma mulher “direita”, na



sua situação, deveria fazer, referindo-se ao fato de que ele foi buscar relações extraconjugais e ela não; para não fazer algo que pudesse denegrir a imagem de esposa e mãe, rompeu com a união.

*“(...) porque graças a Deus mulhé ninguém sabe de nada, né, mulhé separa para não fazê a coisa errada. Ele é home, né? Porque é home, faiz coisa errada, tinha que sê home e dizê, eu vô ficá, né, fosse home, home mesmo ia ficá, dizê a casa é minha, vamo ficá junto!”*

Além da infidelidade e, conseqüentemente, sua insatisfação sexual no casamento, relata que outro forte motivo de conflito era a questão do dinheiro. Segundo ela, não trabalhava fora porque seu companheiro assim não o permitia, e toda vez que solicitava dinheiro para ele, ele dizia que não tinha. Justificava que ela não precisava trabalhar porque o papel de provedor ele estava cumprindo. Na seqüência de narrativas, pode-se perceber com nitidez as disputas e relações de poder que se estabeleciam nesta negociação doméstica:

*“Daí ele não me dava dinheiro. Ele não me dava, era uma guerra dá dinheiro. Tão feio mulhé pede e o home não dá, né?”*

*“(...) não deixava trabalhá. Ele dizia, ah, tu não tá passando fome. Eles falam assim, pensam que a gente só precisa cume, não precisa de uma roupa, de um calçado”*

*“(...) ele não me dava nada e não deixava eu trabalhá”*

*“Dia da mulhé é todo dia, é tudo. Mulhé casô tá toda vida em casa...”*

A divisão de “papéis” domésticos, vinculados às funções de homem/provedor e mulher/cuidados da casa, não só aparecem como fica evidente a assimetria na valorização das funções masculinas em detrimento das femininas.

*“Ele me humilhava muito, eu não ia fazê isso, mandá ele embora. Aí eu pensava, cada dia ele aparece com uma moto diferente, uma roupa diferente, e pra mim, nada,*

*porque não tinha dinheiro. Daí eu me incomodando, porque ele, como diz, a gente tava cuidando dos filho dele pra consegui o que tava conseguindo, ele faz a vida em cima da gente, né?”.*

No período da separação, esta divisão também ficou evidente, pois ao anunciar que queria que ele fosse embora, logo veio a ameaça de que ele não iria mais ajudar financeiramente.

*“Ele falava, tu acha que eu vou sai daqui e deixá tu comendo de graça?”.*

Relata que sabia que tinha direitos, não para ela, mas para seus filhos. Procurou um advogado e tentou acertar esta questão judicialmente. Desta forma, conseguiu com que ele ajudasse mensalmente com uma compra de comida. Ainda sobre o tempo de convivência conjugal, foi indagada sobre a existência de algum lazer para o casal:

*“(...) saí como, com essa penca de criança? Ele sai, mas não qué carrega, né, tem vergonha”.*

Pode-se perceber assim, que não havia momentos de lazer para os dois, como também não dispunha de uma rede de apoio, seja da família extensa como da vizinhança, para poder contar em possíveis e eventuais momentos de lazer.

Questionada sobre como as relações e posições estão estabelecidas hoje, após a separação, Laura aponta um outro lugar para o seu ex-companheiro. Enquanto a união durou, sua queixa em relação a ele dizia respeito ao não cumprimento, principalmente, enquanto um parceiro sexual satisfatório e fiel. Não havia nenhuma queixa quanto ao seu “papel” de pai ou de provedor, ao contrário do que demonstra atualmente.

*“Ele não é vagabundo não, ele trabalha. Ele é um home trabalhado, nunca me deixô faltá nada dentro de casa. A gente comia do bom e do melho”.*

*“Eu falei pra minha mãe, assim, não sei, ele foi um home bom, trabalhado, quando ele tava em casa, acho que ele tinha cabeça, ‘não, agora eu tenho que assumi, porque eu*

*tô casado, tenho filho, vou ter que dá jeito. Daí ele era um home! Agora ele não é, porque não trabalha, não liga”.*

*“(...) o sem-vergonha não liga, não pensa nos filho”.*

*“Vamo supor assim, se eu tô trabalhando e compro uma coisa assim pra mim, mas ele tem que dá as coisa pras criança, porque eu não tenho tanta obrigação assim, como ele, eu já tô cuidando.! Ele diz eu não vô dá as coisa, tua mãe não dá nada, só eu tenho que dá as coisa. Se eu não desse nada essas criança andavam descalça, eu sempre dô um jeitinho”.*

Estabeleceu-se aqui uma cobrança explícita pelo cumprimento do que é designado e esperado para cada função social dentro da família. Na medida em que isto não ocorre, se enreda uma disputa na qual os filhos são o centro. Disputa esta circunscrita pelas posições de gênero e de poder.

*“Mas ele não vem gastá dinheiro aqui em casa(...) Eu vou colocá naquela coisa de depositá todo mês no juiz, porque daí é uma coisa certa!”.*

*“Se ele amasse, por isso eu não deixo ele vê as criança(...) E é isso que eu quero, ele tem que sofrê, sofrê pra dá mais valor!”.*

Aliado ao não cumprimento de sua obrigação enquanto provedor, posto que é pai, a moral paterna é desqualificada perante os filhos, principalmente perante a filha – a mais velha dos três – reforçando assim esta significação paterna.

*“Eu falei assim, C., aquela menina ali, ela tem a mãe e tem o pai dela que trabalham! Eu digo, claro, tua mãe trabalha, mas é só uma, não tem o pai aqui dentro! Teu pai, se não fosse sem-vergonha vagabundo, tu podia andá melhor do que a menininha!”.*

*“Agora uma coisa todo mundo diz, ele tá ganhando as galinhagem lá fora, mas tá perdendo o crescimento das criança, né?”.*

Considerando o relato da experiência conjugal, questionou-se a possibilidade de Laura vir a ter um novo companheiro, um novo relacionamento, tendo em vista que desde o término de sua união ela não havia se envolvido com ninguém. Disse que *“a situação hoje não está para brincadeira”*, e acha muito difícil alguém sério querer uma mulher casada com três filhos. Além disso, é enfática em dizer que não é garota de programa, só se envolveria com alguém se fosse para dar certo, durar o resto da vida. Demonstra que o importante em um relacionamento é a atenção, o carinho, o amor, sinalizando uma idealização da união conjugal, assim como da sexualidade dentro da esfera do casamento.

*“(...) a mulhé é muito boba, ela pensa assim que o home tem que tê aquele carinho que ela tem com ele, ela qué que ele também toda vida teja com ela”*.

*“Acho que tem que tê carinho, ficá um pouco mais junto, passeá junto, tipo, vamo deixa as criança lá na mãe e vamo passeá, dá uma volta, tem que amá, casamento tu tem que não tê vergonha de andá de mão dada na rua, de abraçá...Apesar que no casamento, acho também tem que tê paciência, carinho na cama...Por exemplo, assim, antes de acontecer, queria conversar, e depois de acabar, conversar, alguma coisa assim. Eles só procuram isso, pra isso”*.

*“Aos pouquinho a mulhé vai criando distância...ela vai perdendo aquele amor por ele e ele nem vai percebendo...”*.

*“(...) acho que é o causo de todas as mulhé! Os marido cada palavra que ele fala, ele vai afastando ela cada veiz mais, e não percebe! Quando ele vê, ele já perdeu ela totalmente e ele ainda tá na dele, tá pensando que aquilo ali foi coisa passageira...”*.

Apesar de idealizar um modelo de conjugalidade e um tipo ideal de parceiro, ao mesmo tempo convive com a presença de modelos híbridos, refletidos na sua própria experiência e na descrença de vir a existir este relacionamento ideal.

*“Aquele home que quando a gente tá cansada ajuda, né, ou que pode dizê hoje não tô legal, e aí faz um carinho... Mais eu sei que não vou achar, por que não tem, né? Esse homem, também, só se for prá casá de novo...”*

A narrativa sobre sua experiência conjugal evocou lembranças e relatos referentes á história conjugal de seus pais, em especial de sua mãe, que se separou de seu pai quando ela e seus irmãos eram pequenos. No período entre a separação e a nova união de sua mãe com o padrasto, com quem vive até hoje, ela teve um outro relacionamento, e deste nasceu o seu irmão mais novo - hoje com quinze anos - mas que não deu certo. Parece questionar a história amorosa da mãe.

*“É uma história complicada, né?”*

Porém, ao falar do pai e do motivo da separação, apóia totalmente a atitude da mãe, pois para ela seu pai era desprovido dos valores que seriam importantes como homem e como pai.

*“Bebia, não trabalhava, era vagabundo, não queria cuida de nós, ela pegou e se separou”*

A mãe trabalhava fora para sustentar os filhos, mesmo antes da separação.

*“Toda vida ela trabalhou, acho que o meu pai nunca trabalhou! Pelo que eu saiba o meu pai nunca trabalhou!”*

No relato da trajetória da mãe, Laura mostra claramente a identificação com sua história de vida.

*“Era só ela, igual eu!!! Mesma vida, o que ela passou, passou eu! Até que nós tava conversando no dia das mãe, nós merecemo, porque o que ela passou, tô passando eu...Só que ela foi mais difícil que eu, porque ela trabalhava fora, faça chuva, faça sol, trabalhava...”*

Quando questionada sobre a receptividade na família quando sua mãe se separou, ela responde ao mesmo tempo sobre a sua história e a da mãe, numa mistura e entrelaçamento de trajetórias.

*“Eu não sei, eu, eu, com a minha família, graças a Deus tô me dando bem, sabem que o cachorro vagabundo é ele, apesar de tudo eles pensam, uma mulhé nova, ela tá lutando, e não desisti, leva ali, ela é uma vencedora! Agora a minha mãe a mesma coisa, eles falam pra minha mãe solta, que tudo a mulher ganha nota em tudo, solta do marido e não cai no mundo, cai nas vagabundagem é ele, luta pelos filho, né? E a minha família ama a minha mãe, porque ela lutô por nós e não desistiu!”*

A ênfase recai na função da mulher em relação à maternidade, pois passa a viver “para os filhos”, e este é o valor maior. A moral sexual feminina impele a mulher a exercer o seu “papel de mãe” em detrimento de outros relacionamentos, de exercer a sua sexualidade. Esta possibilidade só se tornou viável na medida em que a mãe casou novamente e o padrasto assumiu a função paterna e de provedor.

*“(...) ela conheceu esse meu padrasto aí e não trabalhou mais. Ela casou de volta, mas até ele (o padrasto) aceitou ela numa boa (mesmo com os filhos), porque o sem-vergonha foi ele! (o pai)”*

E é neste lugar de respeitabilidade e de boa reputação, quanto à moral feminina, que Laura também se sustenta.

*“(...) como diz a minha mãe, se a gente não se dá o respeito, não te respeitam, esse problema eu não tenho...”*

A família dele, do ex-companheiro, mora no bairro vizinho de Nova Esperança até hoje. Os seus familiares retornaram pouco tempo depois para Ponta Grossa, Paraná, após morarem um tempo na cidade de Brusque, próxima de Balneário Camboriú. Sua mãe adoeceu e para ela, o clima e as condições de tratamento eram melhores na cidade de

origem. Pretendem retornar a Balneário Camboriú, mas ainda não viabilizaram a mudança, que está sem data certa.

### 5.1.2. *Mirtes:*

Mirtes tem 36 anos e mora no bairro São Judas Tadeu há pouco mais de quatro anos, na região do núcleo residencial de casas populares. Percorreu alguns bairros antes de fixar residência onde mora até hoje. Seu ex-marido veio primeiro para Balneário Camboriú para ajudar a construir a casa dos pais. Após seis meses ele voltou para Curitiba, cidade de origem e onde residiam, para buscar Mirtes e as crianças. Nesta época, moraram inicialmente em Camboriú, município vizinho, na casa de sua sogra. Não deu muito certo, pois segundo relata, a casa era muito pequena e as contas ficavam sob sua responsabilidade. Conseguiram uma casa para alugar no bairro D. Lili, mas as dificuldades continuaram, pois somente ela trabalhava e o marido já quase não aparecia em casa. O dinheiro mal dava para a comida. Foi então despejada, e acabaram por invadir a casa que ocupam até hoje, uma das casas populares construídas pelo poder público municipal. Sua família reside toda em Curitiba, a mãe, viúva, e suas irmãs e irmãos. A família do ex-marido mora ainda em Camboriú. Neste sentido, não conta com familiares para poder ajudar em uma eventual necessidade, ao contrário, refere que sua sogra “(...) *sempre apoiou as coisa errada dele*”. Mirtes mora nesta casa com seus cinco filhos: C. (dezenove anos), R. (dezoito), Ke. (quinze), Ca. (quatro), K. (três), e a neta T. (um), filha de C., que está grávida de sete meses. (C. já se separou do marido três vezes e está morando com a mãe.). Não tem uma profissão definida, já trabalhou em diversos lugares. Atualmente está trabalhando como zeladora de um edifício. Não frequentou a escola, apenas sabe assinar o nome.

Conheceu seu ex-marido quando tinha 16 anos, em uma danceteria perto da casa de sua mãe. Permaneceram casados por 17 anos.

*“Eu fui lá naquele dia que tinha dança e brincadeira assim pra mocinha, e nesse dia ele tava lá. Daí já ele pediu pra dança comigo e eu sempre ia lá naquele lugar final de semana e ele tava lá”.*

*“Daí eu era menina, e ele era rapazinho, a gente foi se gostando, se apaixonando, e o amor é cego, daí já casamo, tudo ligeiro(...) Porque eu fiquei grávida”.*

Após quatro meses de namoro, Mirtes engravidou e decidiram se casar. Não contou nada para sua mãe e irmãs, apenas para a mãe dele. Justifica com isso que na verdade nunca conheceu seu companheiro direito, referindo-se ao fato de ele ser usuário de drogas e logo após o casamento ter estado envolvido em um assalto a banco. A decisão de não contar nada para ninguém era uma forma de poder concretizar o sonho de seu companheiro de ela casar *“vestida de noiva”*. Ela, em contrapartida, não queria, pois acreditava estar cometendo um pecado.

*“Eu dizia não pode, é pecado!”.*

*“Aí ele queria casa na igreja, eu disse não, eu não vô casá na igreja, é pecado, eu já tô fazendo um pecado de casá de vestido de noiva. Mas daí depois de casada é que fui descobrindo, foram me contando, ó, esse aí não gosta de trabalhá, ele usa droga, e tal...”.*

Foi então que casaram apenas no civil. Pouco tempo depois do casamento, menos de três anos de convivência, ele se envolveu num assalto a banco e foi preso. Durante este período da união, Mirtes já havia tido seu segundo filho e estava com 19 anos. Começou a trabalhar fora para prover o sustento da casa, pois ele ficou preso durante 12 anos e quatro meses, e, mesmo confeccionando e comercializando algumas peças de artesanato na prisão, ele nunca colaborou materialmente com nada. Ainda assim, ela esperou por ele.



*“(...) ele ficou 12 ano e quatro meses preso, né. E eu ia lá visitá ele toda vida, achava que ele ia saí de lá outro homem, ia mudá, saí com uma cabeça diferente, né. Eu fiquei 12 ano e quatro meses...Eu engravidei da Ke. enquanto ele tava na prisão”.*

*“(...) Mas toda vida fui eu, ele nunca ajudou com nada, nunca dava nada pras criança, principalmente quando tavam pra nascê”.*

Apesar da insistência de sua irmã mais velha para que não esperasse por ele e fosse refazer sua vida, Mirtes permaneceu casada e visitando o companheiro.

*“Visitei, durante os 12 ano e quatro meses.. e eu pensava, ele vai mudá, vai saí de lá outra pessoa. Sempre indo, sempre indo, abaixo de chuva, abaixo de frio, de geada...todos os domingos...”. “(...) eu fiquei indo até ele saí...”.*

No começo, levava os filhos juntos nas visitas dominicais, porém, com o tempo, as crianças foram crescendo e elas não mais queriam ir, questionando, inclusive, o comportamento da mãe em manter as visitas. Mas ela mantinha a esperança de que na prisão ele pudesse se recuperar, mudar, sair um homem “bom”.

*“Eu pensava assim, né, ele tem um bom estudo, terminou lá dentro, tinha aula lá, ele ia direito, tinha um monte de curso, ele fez, eu via as coisa que ele fazia, e ele sempre me dava esperança...”.*

*“(...) e eu dizia não, acho que tá com a cabeça mudada, mas ele saiu pior, me arrependi até hoje... hoje eu me arrependo de te esperado, né...”.*

*“Só que daí a gente se iludiu por aquilo, e ficava com muita pena, porque gosta não dá pra dizê, porque eu bem dizê nem conhecia ele direito, também...”.*

Desde o início, Mirtes esperou de seu companheiro que ele fosse um homem trabalhador e que, pelo menos, cumprisse aquilo que acreditava ser o “papel masculino”, o de prover o sustento para a família. A moral do trabalho permeava as expectativas em relação ao casamento - uma vez que a união havia se consumado - em detrimento de outros

eixos como o da sexualidade. O uso de drogas ilícitas aparece como um agravante, mas também vinculado à questão do não cumprimento da função de provedor.

*“(...) se aparece serviço, nunca aparece dinheiro, só droga, só droga... Até hoje... Ele é caprichoso, sabe fazê as coisa, ele é bem esperto, assim, se dé uma casa prá ele fazê ele fais direitinho, ele desenha, fais as escritura, tudo... Ele pegava casa de madeira, de alvenaria, tudo ele fazia, só que nunca aparecia dinheiro, só droga...”*

Ao sair da prisão, não atendeu às expectativas como marido. Apesar disso, permaneceu casada. Moraram por um tempo em Curitiba e por fim vieram para Balneário Camboriú por insistência dele.

*“Porque ele veio pra cá e disse que se eu não viesse, ele ia me abandoná mais uma veis. Porque ele já tinha vindo na frente”.*

Durante este período, que durou cerca de três anos, ela engravidou das duas filhas mais novas.

Questionada sobre a existência de momentos de lazer para o casal, relata que apenas no princípio da união, quando ainda estava grávida da primeira filha, saíam juntos para passear. Logo após o nascimento do segundo filho, visitavam parentes, mas com a sua prisão, nunca mais houve momentos de lazer em sua vida. Durante todo o tempo em que ele esteve preso, ela se privou de momentos de lazer.

*“Minha irmã sempre cobrava, e dizia, acho que você não é uma pessoa normal. Porque você não sai, não se diverte, não vai a um baile, não vai numa festa! Mas é, sei lá... que isso acaba com a gente, né? Foi isso que me acabou...”*

Quando ele saiu da prisão, ela relata que chegou a organizar alguns passeios para a família, mas ele não queria a companhia dos seus filhos.

*“(...) daí ele falava, não, se eu for em tal lugar com você eu não quero levá eles, que eles atrapalham, eles me incomodam, e aí começava a achá um monte de defeito. Tão tudo grandão, marmanjão, daí aquilo ofendia a gente...”*

Ela pensava o lazer com os filhos, mas na medida em que o pai rejeitava a companhia deles, ela se sentia ofendida porque *“eles são teus filho também”*. Porém, acreditava que o fato do pai não ter acompanhado o crescimento dos filhos e não ter convivido com eles não havia favorecido a criação de um laço de afetividade, e começava a perceber que a convivência não iria dar certo.

Foi a esperança em encontrar um *“outro homem”*, *“um homem mudado”*, que a fez esperar por mais de 12 anos a saída dele da prisão. Porém, se pode inferir que esta espera está fundada em uma posição de obrigação quanto ao cumprimento do que entendia como seu *“papel”* de esposa, visto que, mesmo após três anos da separação, ainda mantém a aliança de casamento em seu dedo. Uma posição de sujeito pautada numa missão a qual ela precisava cumprir.

*“Daí ás vezes eu paro e falo pra minha mãe, acho que eu não sô irmã de voceis, porque do jeito que já aconteceu tanta coisa comigo, e com voceis ainda não, eu falei não aconteceu nem metade, né, porque todas elas não são rica, né, mais trabalham, tem marido que ajuda, tem carro, sabem dirigi, só eu que... acho que sô perseguida por ter acontecido tudo isso comigo, as veis eu paro e penso em ao mesmo tempo de te um companheiro, mais depois eu penso se o pai que é pai delas feiz o que feiz, foi preso, puxo cadeia, foram doze ano esperando...Não saía, não ia a baile, numa festa...”*

*“Ela que quis assim, ela que arrumou os filho, ela que arrumou esse homem, sempre ficam falando da gente (cunhados), né, então não tem como, tem que ficá... eles pensam assim, ela que quis esse homem, ela não conheceu direito, ela escolheu!”*

A decisão de mudar para Balneário Camboriú esteve pautada na esperança de mudar o rumo de seu relacionamento, e mais uma vez, tentar cumprir o que acreditava ser designado para ela enquanto esposa e manter-se casada, pois as brigas eram constantes, quase sempre em função dos filhos e de sua religião.

*“Ah, ele saía e depois voltava diferente, começava a discuti, acha defeito nas coisas, na comida... Ah, sempre era as criança, porque os filho não obedecem, botava defeito...Ele não gostava que fosse na igreja”.*

*“A minha mãe falava, você vai (para Balneário Camboriú) e vai se arrependê, eu tô sentindo que você vai se arrependê e vai voltá!...Eu pensei, não, agora eu tem que aprendê a viver, levei na cara, e não é possível, alguma coisa vai acontecê comigo, que não pode...Já é a oitava veis que separa e volta, separa e volta...”.*

Durante o tempo em que permaneceu casada aqui, o sustento da casa continuou sendo por sua conta e ele continuava a consumir drogas, muitas vezes dentro de casa na presença dos filhos, além de se envolver com outras mulheres.

*“(...) depois que viemo pra cá ele arrumou treis amante”.*

Apesar de todos estes acontecimentos, o motivo propulsor que levou Mirtes a romper definitivamente o relacionamento foi a tentativa de abuso sexual dele para com a filha mais velha.

*“Ele pegô... Eu escutei os grito, né, e a C. pegou e chutou com os dois pé aqui (mostra a altura do tronco), e jogou ele longe, aí ele puxou o cobertor e caiu longe da cama, aí caímo tudo no chão. Eu disse, o que é que tá acontecendo?...Aí eu fui atrais dele e disse que a partir daquele momento ele não ficava mais naquela casa e ele perguntou ‘Porquê’, eu disse, porque tu qué fazê tuas filha de amante!”.*

*“Fui eu que mandei ele embora, porque ele mexeu com a C., né? Ele tava tentando enfiá o dedo nela...”.*

Durante a narrativa sobre sua união com o pai de seus filhos, Mirtes demonstrou em algumas falas sua esperança e desejo em encontrar alguém diferente. Quando indagada sobre como seria este relacionamento, como desejaria que fosse este companheiro, ela prioriza o valor de um homem trabalhador e alguém que a respeite, lhe dê atenção.

*“Ah! As veis eu paro e penso assim, pode ser que aparece uma pessoa, mais eu corrê atrais, assim, toda desesperada, precisando de alguém, né, eu não vou tê, porque se tivé que um dia dá certo, vai aparecê alguém, né, porque tudo tem seu tempo, né, mais eu acho que um dia vai aparecê... tudo tem seu tempo, sua hora, eu acho assim, não vou me desesperá...”*

*“As veis eu paro e penso, nós dois trabalhando junto, né, nós dois trabalhando um ajuda daqui, outro ajuda dali, pra dá certo tem que sê assim... Alguém que entenda a gente,... que seja carinhoso, que dê atenção pra gente, que leve passéá, seja companheiro... Mais eu falo, né, não é toda vida que a gente vai ficá sozinha”*

Mirtes é a filha caçula de uma família de seis irmãs e dois irmãos, sendo apenas um deles mais novo que ela. Tinha 11 anos quando seu pai, que era pastor “*daqueles bem rigoroso*”, faleceu de câncer. Ele trabalhava ainda como verdureiro “*por conta*” e sua mãe como diarista. Os valores morais da religião e do trabalho permeavam de maneira bastante intensa e marcante o universo simbólico da família. Após a morte de seu pai, a mãe continuou trabalhando até seu irmão mais novo adoecer.

*“Daí meu irmão ficou doente e ela não pode mais saí. E só ela que cuida dele”*

Todas as suas irmãs e o outro irmão são casados, com exceção de uma delas, que mora até hoje com sua mãe e a filha de 18 anos.

*“Ela é que é a companheira da minha mãe, até hoje... Essa que tem quase 50 anos, ela engravidou do primeiro rapaiz, e nunca mais esqueceu... Sempre aquele, sempre aquele, tem que ser aquele, que é o pai da mocinha... Não esquece... mais ele é casado...”*

Relata que todos sempre namoraram escondido de seu pai. Sua irmã mais velha fugiu de casa e o pai obrigou-a a se casar. Ficou morando ao lado da casa de sua mãe, e apanhava muito do marido. Está atualmente separada dele, mas vivem na mesma casa. Ela mantém sua religião, mesmo sob as freqüentes brigas com o ex-marido.

*“Daí meu pai queria matá ele, aí ela pegou e continuava com ele, apanhava um monte mais não largava dele. Não se fala, só que as filha dele sabem que ele tem essa amante, ela também sabe, só que como diz, ela não pode fazê nada, né? Ela só vai na igreja, só na igreja... Mais em nenhum lugar. Daí ele se revoltou mais porque ela ficou crente”.*

Apenas ao irmão era permitido namorar, e mesmo assim, freqüentava somente a igreja. Após a morte de seu pai ele começou a sair, ir a bailes e a bares jogar sinuca.

*“Ele meu pai deixava, porque daí era home, era diferente, né...”.*

Sua mãe, mesmo viúva há muitos anos, mantém um padrão conservador da sua posição feminina. Não se envolveu com mais ninguém, além de não ter autonomia e independência nem nas ações cotidianas. Não sabia ler nem escrever, e agora está aprendendo porque está estudando em casa com a ajuda da neta. Até para praticar a sua religião, ela não sai de casa, pois os cultos acontecem em sua residência todas as quintas feiras.

*“Nunca mais, num arrumou namorado, se tivé que i num mercado compra qualquer coisa ela diz que tem vergonha, e não sai. Se ela pega uma gripe forte e a gente diz, vai no médico, mãe, ela diz que não tá morrendo, e não vai, tem o posto pertinho, sempre em casa, não sai...”.*

Através do breve relato das experiências das irmãs mais velhas, assim como o de sua mãe, pode-se perceber como estão alocados os lugares femininos na família, tecidos na alternância de eixos como espera/obrigação/destino. Mirtes conheceu seu ex-marido após a

morte de seu pai, e já não ia à igreja com tanta frequência, pois segundo ela, sua mãe não conseguia manter a obrigação como o seu pai fazia. Apesar de ter vivido uma fase um pouco mais “frouxa” das amarras da religião, de certa forma credita ao seu afastamento da igreja uma possível causa para o que lhe aconteceu, pois “*desviou-se*” do caminho.

*“Foi depois que meu pai morreu. Daí não segui mais a igreja...”*

A família do ex-marido ainda mora na cidade vizinha de Camboriú, mas ela praticamente não tem mais contato com eles. Não aprecia as visitas da ex-cunhada, pois não aprova o seu comportamento, o qual, para ela, é de muita “*sem-vergonhice, vive com um monte de home...*”. Não conta com a ajuda de parentes e eventualmente, recebe ajuda de alguns moradores da comunidade, principalmente da líder comunitária.

### 5.1.3. Maria:

Maria tem 30 anos e é a única negra dentre as entrevistadas. Mora no bairro há quase cinco anos. Sua casa é uma das últimas do Morro da Cotia, local que já foi no passado interditado pelo perigo de desabamento de pedras sobre as casas. Mudou-se para lá quando teve o seu primeiro filho, pois o nascimento dele motivou a união com seu ex-marido. A casa na qual mora até hoje já era dele. Residem com ela seus três filhos: F. (quatro anos), L.E. (três) e I. (um). Além deles, seu irmão Al., de 20 anos, está há seis meses residindo com ela, pois veio à procura de emprego e ainda não conseguiu, assim, permanece ali até ter recursos para voltar para sua cidade. Maria mantém o sustento da casa atualmente com o recurso da pensão do ex-marido e da bolsa-alimentação de um de seus filhos. Não está trabalhando fora porque não conseguiu vaga em creche para o mais velho e para a pequena, apenas o do meio está na creche municipal do bairro.

Em Balneário Camboriú, mora há aproximadamente 17 anos. Veio com uma família de Correia Pinto, sua cidade de origem no interior do estado, com 13 anos, para

trabalhar. A família que a trouxe foi presa por tráfico de drogas pouco depois de estarem fixados na cidade. Maria ficou por um tempo sozinha nesta casa, e com a ajuda de uma vizinha, conseguiu emprego em uma residência onde trabalhou como doméstica por 11 anos, até casar. Durante este tempo, trabalhou – segundo ela – “*escrava*”, o que revela um entrelaçamento das categorias gênero e raça nesta posição simbólica na qual se situa.

*“Na verdade, bem dizê, foi mais... escrava, sabe? Porque eu cozinhava, lavava, passava, tinha que abri o portão, até o portão, sabe? Tinha que levá a menina no vale, tinha que i buscá, tinha que ficá na frente da casa esperando o ônibus chegá, sem recebê. Então era trabalho quase de escreva, né?”.*

*“Sem hora pra i dormi... mais nunca cheguei a reclamá”.*

*“Eu fui tê folga por conta própria, que quando eu tava muito cansada daí aos domingo eu não trabalhava. Mas antes eu trabalhava de domingo a domingo...”.*

Quando perguntada sobre porquê ela não retornou para a casa de seus pais, visto que era um trabalho bastante duro, e trabalhava praticamente pela comida e moradia, ela revela uma certa resignação ao que o “*destino*” lhe impôs.

*“... porque daí eu não queria voltá pra casa do meu pai pra não incomodá... que tinha bastante filho... aí eu fiquei...”.*

Maria não tinha momentos de lazer, nunca saía em locais públicos de diversão. Foi então indagada sobre como conheceu aquele que se tornou seu companheiro. Seu relato não é muito preciso, repete com frequência que não lembra muito bem quando e onde o conheceu.

*“Isso na realidade assim, eu não lembro. Quando eu trabalhei na casa daquelas pessoas que foram presas, já conhecia ele. Porque ele lavava pratos, e quando ela pegou o habeas-corpus, ela foi trabalhá de cozinheira no mesmo restaurante que ele. Aí nunca mais se vimo, acho que passou o que, uns cinco, seis anos, depois eu fui vê ele. Depois não*



*deu em nada, depois de mais uns três anos que a gente se encontrô de novo. Então nem lembro bem onde foi que eu conheci ele”.*

Relata apenas que tinha uns 15 anos e ele 25. Foi ele quem insistiu para ser apresentado a ela por sua ex-patroa. Perderam contato, reencontrando-se cinco ou seis anos depois, quando já estava há um tempo no seu novo emprego. Ele começou a procurá-la com frequência e, por insistência dos outros – seus patrões – o namoro deu início. A decisão pelo início do namoro é posta nos outros e não como uma escolha sua.

*“Ele começou a ir na casa onde eu trabalhava na sexta, sábado e domingo. Daí foi quando eles não suportaram mais e disseram pra eu namorá ele. Daí eu fui obrigada... Qué dize, obrigada não porque ninguém me obrigou, mas ele ia lá todo final de semana enchê a paciência, eu tava dormindo ele ia tocá o interfone. Ele começou a se convertê uma época na Igreja Universal, daí falaram que ele era muito bom, não sei o que, daí eu comecei a namorá com ele”.*

Segundo sua narrativa, “*sem opção, daí...*” resolveu aceitar o relacionamento com ele. Namoraram por um ano e meio. Não tinham momentos de lazer, apenas vinham nos finais de semana até a casa na qual mora até hoje, e que já era dele na época.

*“... nós vinha pra cá. Ai nós dormia aqui”.*

*“Passeava, não... Andava de bicicleta, andava não, ele me carregava, depois vinha pra cá, fazia comida pra ele, fazia pão... Depois ele me levava pra casa...”.*

Quando engravidou de seu filho mais velho, é enfática em dizer que não decidiu casar, mas que esta era a única opção, pois se dependesse de seu desejo, o destino teria sido outro.

*“Por causa do neném... Mas daí como eu tava operada (da cesariana), daí eu não tinha opção... Daí eles não queriam mais eu lá na casa deles... (os patrões). Tive que vim pra cá”.*

*“Só que eles combinaram tudo pelas minhas costas... eu na verdade eu queria ir pra casa do meu pai”.*

*“... fui obrigada a ficar... Só que daí não trabalhava, não tinha como ir embora, fui obrigada a ficar...”.*

A sua permanência não só na localidade, mas no casamento, é marcada pela falta de opção, inclusive financeira, pois, logo após ter o bebê, parou de trabalhar fora e não retornou até hoje. Para ela, a vida foi passando e foi “se acostumando” em estar e permanecer naquela situação.

*“Daí veio os filho... um atrás do outro ainda... é obrigado a se acostumá... não por mim, mas por eles...”.*

Revela aqui uma posição feminina marcada pelo destino, neste caso uma obrigação a cumprir, não necessariamente pela questão moral de permanecer casada, mas pela falta de opções e escolhas disponíveis. Ao falar sobre o período em que permaneceu casada, relembra que o principal marco em seu relacionamento era o fato dele ser usuário de álcool. Acredita que desde a época do namoro ele já bebia, mas era em menor quantidade. Após o casamento, a situação foi cada vez ficando mais insustentável, pois todos os dias depois do expediente, ele parava nos bares e chegava em casa por volta das onze da noite embriagado.

*“Não foi nem normal nem comum... tinha que se acostumá com as bebida dele... e depois eu não sou uma pessoa má, mais eu também não sou uma pessoa boa. E daí se ele falasse, eu falava mais alto, mais daí se acostumava... daí... de vez em quando ele parava assim um mês, dois meses sem bebê... a época mais longa que ele ficou sem bebê foi, se não me engano, não me lembro bem, se foi seis ou nove meses, mais ele ficou sem bebê. Daí todo dia ele chegava em casa às seis hora e era aquela paz, aquele sossego, mais daí quando ele começou de novo, Deus me livre...”.*

Com o passar dos anos o problema da bebida foi se agravando até os episódios de embriaguês serem diários, o que muitas vezes o impossibilitava, inclusive, de conseguir subir o morro e chegar em casa. Foi em uma destas ocasiões que ocorreu o evento de violência entre o casal que culminou na morte dele. Chegou naquela noite em casa muito embriagado, e começou a gritar com ela, que já estava dormindo, por causa da comida que havia preparado para a seu jantar. Segundo seu relato, ele pegou toda a comida que ela havia feito e jogou para os cachorros, exigindo que ela levantasse e fizesse novo jantar para ele.

*“E daí veio gritá comigo! Vem fazê comida!”.*

*“Foi um dia que eu tava muito mal, com dor de cabeça, não tinha conseguido nem de terminar de dá banho nas criança. Daí eu peguei e disse que eu não ia, e ele pegou e começou a gritar dizendo que eu ia porque ele mandava, não sei o que, aí eu disse que não ia. Aí foi quando ele começou a me avança!”.*

*“Daí começamo a discuti, foi quando ele foi levantô a mão pra mim, eu coloquei a mão por trais, peguei a faca e enfiei nele”.*

O golpe acertou o coração e ele caiu, sangrando muito. Não morreu na hora, mas poucas horas depois, já no hospital. Relata a seqüência do episódio de uma forma que parece que o principal motivo da morte passa a ser a bebida, e não a facada em si.

*“No coração... Daí foi quando ele disse que tava furado começou a sair muito sangue, eu chamei a vizinha que eu tava sem telefone pra chama os bombeiro. Daí os bombeiro não demoraram muito, uns deiz minuto só, daí vieram, levaram ele, viram que ele tava podre de bêbado, daí levaram ele e falaram que não era pra fugi que a polícia logo ia vim, mais eu não ia fugi, como não fugi! Daí foi quando o legista, que levaram ele e que eu fui presa, ligaram de madrugada, era umas treis da manhã lá na delegacia falando que ele tinha morrido. E no laudo o legista fala, se ele não tivesse tão bêbado*

*como ele tava, ele não teria morrido. Porque o sangue tava muito fino devido ao tanto de álcool que ele tinha ingerido”.*

O fato culminou na sua prisão, mas em 11 dias ela foi solta sob a alegação de legítima defesa. O processo ainda está em andamento e não foi a julgamento. Fala com alívio sobre o fato de nenhuma das crianças ter presenciado a cena, mas que pretende contar aos filhos o que aconteceu, assim que eles crescerem um pouco e puderem entender melhor a situação. Ao lembrar o episódio, diz não guardar nenhum sentimento pelo ex-companheiro.

*“Sentimento, olha, por mim, eu não teria nem enterrado ele... Eu enterrei pra no caso de um dia os meus filho querê sabê onde o pai deles tá enterrado, eu podê falá. Por mim, sinceramente, eu não sou uma pessoa fria... mais por mim é como se não fizesse sentido”.*

*“Eu penso que se ele não tivesse reagido, e ainda tivesse vivo, nós estaria sempre brigando, e as crianças maior, vendo isso todo dia... Não sei se seria melhor...”.*

Ao continuar narrando sobre sua experiência conjugal, Maria enfatiza a sua posição de “*escolhida*” e não de quem escolheu estar casada.

*“Não foi nem... decidir, decidido por mim... porque eu saí do hospital e tava achando que ia lá pra Correia Pinto, pra casa de meu pai! Eles pegaram e me trouxeram pra cá! Eu tava fraca, não podia teimá, então eu fiquei! Não foi uma coisa decidida!”.*

*“Eu acho não, eu tenho certeza que eu não escolhi!”.*

Acredita que “*a bebida foi a desgraça*”, e talvez sem este vício teriam tido uma experiência diferente do relacionamento. Apesar disto, ao ser indagada sobre a possibilidade de vir a ter novos relacionamentos, prontamente responde que não, que não pensa nisto. Sobre o que consideraria importante em uma relação conjugal, ela responde:

*“Respeito. Porque sem respeito quando uma pessoa fala que ama alguém, mais não respeita, não é bom!”.*

*“Eu, Deus me livre!!! Antes só do que mal acompanhada. Né, bebê, a mãe não tá sozinha, tenho meus pimpolho...Não, não deus me livre! Pra me incomodá, pra querê falá mais alto que eu, pra querê gritá com meus filho, batê? Não... depois, quando eu tive lá com os meus 45, 50, quando tivé bem velhinha, daí a mãe pensa, né?”.*

*“Se você gostar de alguém, você tem que respeitá em primeiro lugar, dá liberdade... Ah! Seria sabendo que, onde começa uma coisa termina outra...”.*

*“Deus me livre pegá um homem que soubé que encostou a mão nos meus filho... nem em sonho! Então pra evitá o mau, eu já corto o mau pela raiz, né?”*

*“Só às vezes, assim, de família... que eu queria que meus filhos tivessem família... mãe, pai e os irmãos! Mais não tem assim, paciência!!! Que às vezes assim, me dá uma dozinha, que... quando eu ... vejo... o vizinho sai assim com as criança e com a mulher dele, andá de bicicleta com o pai deles, mais não tem como! Sabê que eles nunca mais vão tê aquilo! Mais... se acostuma! A gente acostuma com tanta coisa... Ainda bem que até agora eles não perguntam muita coisa...”.*

Pode-se notar aqui a presença de um modelo de conjugalidade e família entrelaçados, muito próximos daquele modelo idealizado de família nuclear historicamente construído enquanto um modelo a ser almejado e mantido.

Ao relatar a sua vivência, relembra a experiência de sua mãe, a qual antes de casar com seu pai, teve um outro relacionamento e deste nasceu sua irmã mais velha. Conta que foi *“muito sofrido! O pai da minha irmã bebia muito, batia nela...!”*.

Em uma determinada época este companheiro de sua mãe foi preso e então ela separou-se dele. Casou-se com seu pai, que assumiu a menina como se fosse filha dele, e

tiveram mais seis filhos juntos. Quanto ao sustento da família, sua mãe sempre trabalhou e de alguma forma ajudou a manter a casa.

*“... a minha mãe sempre trabalhou... Não na minha época, mais trabalhou muito lá como eles falam de trabalhá na roça, na agricultura, eles falam trabalhá de japoneis, ela trabalhou muito nestas coisa de colhê feijão, colhê tomate, perdeu muito filho por trabalhá... Nós seríamos em... eu lembro que minha mãe perdeu treis... seríamos um monte, daí eu não saberia a idade de cada um”.*

*“Trabalhou, trabalhou... minha mãe ajudou meu pai a fazê aquela casa que meu pai feiz, ajudou meu pai a comprar tudo, aquele terreno, só nunca trabalhou de carteira assinada, também”.*

*“Daí ela parou. Só... fazia umas costurinhas, uns bordados, umas coisa assim pra ajuda, trabalhá fora depois não...”.*

Relata que seu pai era muito bravo e que não era permitido namorar. Todos os irmãos e irmãs estão casados, com exceção do mais novo, que mora atualmente com ela. Uma de suas irmãs também teve um filho de um primeiro relacionamento, mas o atual marido o assumiu e cria como seu. A irmã mais velha fugiu aos 14 anos e está casada até hoje com o mesmo marido.

*“Permanece casado, essa tem cinco filhos, já, sofre com o marido dela, ele é doente, coitado! Mas estão juntos!”.*

Relembra que apanhava muito de seu pai, e que *“se apanhá resolvesse, eu era uma santa, porque o que eu apanhei nessa vida...”.*

Da vida conjugal dos pais, pouco lembra, apenas que os dois *“eram casados no papel”*, inclusive no religioso. *“Acho que foi a única vez que meu pai entrou na igreja”*. Ambos, pai e mãe, já faleceram. Da família de origem do ex-companheiro, Maria diz

nunca ter conhecido ninguém, nem “*ouvido falar*”. Sabe apenas que são do nordeste brasileiro.

Não conta, portanto, com nenhum parente para um eventual apoio, pois os irmãos moram cada um em uma cidade e “*tocam suas vidas*”. Na comunidade local, conta muito pouco inclusive com o auxílio da vizinhança, com exceção de uma vizinha à qual recorre às vezes, quando precisa de alguma ajuda ou alguma coisa emprestada. Diz não se importar com o que os outros falam dela, mas sente que há um certo preconceito em relação a ela, proveniente principalmente do episódio do homicídio.

*“Mas eu não me importo, porque ninguém me dá um grão de arroz pra mim matá a fome dos meus filhos. Ninguém vem aqui vê se eles tão doente, se eles precisam de uma gotinha de remédio, trazê leite... Não, não. Só eu mesmo, e eu”.*

A partir da narrativa de cada uma das entrevistadas, torna-se possível esboçar algumas questões para discussão. Apesar de se poder destacar alguns padrões culturais mais gerais de conduta quando se realiza uma análise, padrões estes construídos histórica e socialmente, e que servem como fontes de informação e referência para as ações dos sujeitos no seu cotidiano, corre-se o risco de cair numa dicotomia superficial ao posicionar os sujeitos analisados. Maria Filomena Gregori (1993) alerta que “é preciso considerar que em muitos embates e crises familiares o que está em jogo são os critérios de legitimidade dos padrões de família e dos papéis feminino e masculino”. Separar categorias posicionais apenas em “tradicionais ou modernas”, se torna insuficiente enquanto instrumento de análise, pois supõe uma certa coerência interna a cada termo da oposição. Para Jeni Vaitsman (1997), tanto no senso comum com nas ciências, se está diante de novos contextos e novos discursos; é nesse sentido que as categorias dualistas colocam-se cada vez menos adequadas para pensar a condição contemporânea, pois estas oposições “foram produzidas em um contexto histórico e teórico no qual contrapunham-se enquanto partes

de realidades excludentes entre si, onde o moderno significaria oposição e superação do tradicional” (p. 319). É preferível, então, pensar na existência de “vários núcleos de significado que se sobrepõem e se misturam” (Gregori, 1993). Portanto, para poder apreender as combinações constitutivas construídas ao longo das trajetórias, há que considerá-las como movimento, passagem, e que elas comportam ambigüidades próprias de cada história singular. Comportam, assim, a diversidade de condutas e comportamentos que desembocaram no rompimento do laço conjugal de cada uma delas. A união foi impulsionada pelo dispositivo da moral sexual, como pode ser observado nas entrevistas, marcado pelo evento da gravidez, ou pela perda da virgindade. Porém, a expectativa sobre a condução e continuidade da relação conjugal diferencia-se nas três informantes pela ênfase dada a diferentes aspectos, apesar de todas esperarem do homem o cumprimento do “papel” de provedor e bom pai. Isto fica mais evidente quando se analisa a motivação última que as levou ao rompimento da união, ao que ficou marcado como o conflito gerador da separação.

Laura é a única das entrevistadas que expõe claramente suas expectativas e demandas sobre o exercício da sexualidade, bem como o local importante e privilegiado desta em seu relacionamento, em detrimento a outros dispositivos também considerados importantes. Já no início de seu namoro, toma para si o desejo de iniciar sua trajetória afetivo-sexual e a responsabilidade por ter decidido o momento desta iniciação. Seu comportamento em relação à sexualidade revela a apreensão e incorporação de valores e ideais entendidos como pertinentes ao universo igualitário, expresso nos vários estudos sobre a distinção das lógicas que regem as normas e condutas sexuais nas diferentes camadas sociais<sup>35</sup>. Sua preocupação com a prevenção de doenças sexualmente

---

<sup>35</sup> Entre eles, Duarte (1986, 1987), Heilborn (1995, 1997, 1998), Heilborn e Gouveia (1999), Salem (1989), (2004), Vaitsman (1997), Velho (1996).



transmissíveis, a procura pelo parceiro e tomada de iniciativa quando desejante de uma relação sexual, seus cuidados com o corpo para se sentir bonita e atraente como mulher, assim como a expressão do que considera ideal e importante para dar certo em um relacionamento, são alguns dos reflexos da presença de características do que seria uma nova normatividade contemporânea das condutas sexuais<sup>36</sup>, como as apontadas por Michel Bozon (2004). Esta nova normatividade, vivenciada e experienciada primeira e principalmente nas camadas médias e altas, circula nos discursos contemporâneos e, desta forma, implica numa circularidade de idéias entre as culturas e lógicas simbólicas das diferentes classes sociais. Isto não quer dizer que o conteúdo simbólico da cultura das camadas populares seja apenas um mero reflexo daqueles produzidos pelas classes dominantes, mas que resignificam padrões da cultura dominante, apropriando-se das pautas culturais ao seu modo. Neste sentido, “tem-se um amálgama de significações e sentidos decorrentes do inter cruzamento dos conteúdos produzidos nas lutas de interesses muitas vezes contraditórios” (Siqueira, 1997a). A presença, portanto, em seu discurso e vivência, de traços considerados próprios de uma ideologia igualitarista, expressiva de um ideário das camadas médias, evidencia a existência de sistemas simbólicos distintos na sociedade complexa, e o atravessamento destes – mesmo que parciais - através das camadas sociais, originando formas específicas de modelação de subjetividades (Heilborn, 1998b). Esta idéia pode ser reforçada pelas palavras de Louis Dumont (1985), o qual destaca que

(...) o próprio emprego de valores individualistas desencadeou uma dialética complexa que teve como resultado, nos mais diversos domínios, e para alguns

---

<sup>36</sup> Sobre esta nova normatividade sexual, Bozon (2004) se refere à tentativa de “(...) propor descrever as transformações acontecidas nas últimas décadas como a passagem de uma sexualidade estruturada através de controles e disciplinas externas aos indivíduos a uma sexualidade organizada através de disciplinas internas”. Mais adiante explica que “em vez de emancipação, de liberação ou de supressão das normas sociais, poder-se-ia antes falar de uma individualização ou de uma interiorização que produzem um deslocamento e um aprofundamento das exigências sociais” (p.119-120).

desde fins do século XVIII e começo do XIX, combinações em que eles se misturam sutilmente com seus opostos...

Mais adiante destaca ainda que “... as idéias e valores individualistas da cultura dominante, à medida que se propagam através do mundo, sofrem localmente modificações e dão origem a novas formas...”. (Dumont, 1985, p. 29 e 30).

O descontentamento quanto ao encaminhamento da sexualidade no âmbito conjugal e a infidelidade do companheiro, pontos que coadunam com a “ideologia igualitarista”, foram o motor que impulsionou a decisão de romper com a união. Entretanto, a narrativa da trajetória singular de Laura comporta e explicita simultaneamente a permanência de traços e aspectos comuns compartilhados no universo simbólico das camadas populares. Um deles refere-se ao fato de, mesmo sendo a única das três entrevistadas que não se casou grávida, delegar grande valor moral à virgindade feminina. A perda deste atributo posicionou-a em um lugar de menos-valia, vislumbrando como única possibilidade de “reparar” esta perda, a união conjugal. Distingue em seu discurso a proeminência de posições diferenciadas para homens e mulheres, principalmente ao que rege e tange os padrões e condutas sexuais. Quando se refere “*as galinhagem lá da rua*”, fala da distinção de tipos de mulheres, como apresentado nos estudos de Tânia Salem (2004) sobre as representações de sexualidade e gênero entre homens de camadas populares. Desta análise, deriva a sugestão de que “a complementaridade entre gênero na área da sexualidade repousa também em uma complementaridade fundada em diferenças atuadas entre mulheres” (p.17), uma vez que as mulheres se posicionam e posicionam as outras diferentes a elas com base numa distinção e discriminação em “tipos”, reforçando, desta forma, generalizações sobre as mulheres. Além disso, a complementaridade reforça uma generalização também sobre os homens, que é evocada na idéia de uma “natureza

masculina fraca”, a qual se rende aos apelos sexuais das “outras mulheres”, “as de fora”, e que acaba sendo culturalmente aceita neste universo<sup>37</sup>.

É importante pontuar que o esforço de singularização da entrevistada no âmbito da relação conjugal esbarra em dificuldades e paradoxos, pois apesar de tomar algumas atitudes e posicionar-se em alguns momentos de maneira similar quanto aos “papéis” sexuais definidos no universo simbólico do qual faz parte, ela os põe em questão - mesmo que talvez não de uma forma intencional e reflexiva -, pois toma como referência condutas e valores conservadores tidos como legítimos, mas rompe a união pautada em suas ‘orientações íntimas’<sup>38</sup> através da clara expressão da insatisfação sexual e da infidelidade do parceiro. Portanto, “(...) no funcionamento familiar, é preciso que haja um nível aceitável de reciprocidade: o cumprimento de papéis femininos – sejam eles quais forem – só tem sentido quando os homens cumprem os seus – quaisquer que sejam estes também”. (Gregori, 1993, p.139).

Assim, ao buscar uma maior satisfação e realização sexual na relação conjugal, ela provoca um certo afastamento do padrão cultural de complementaridade das condutas sexuais estabelecidas, o que exige um árduo processo de negociações e acordos entre os agentes sociais envolvidos. A busca por esta posição um pouco diferenciada ocasiona tensões na vida cotidiana, “na medida em que não define uma divisão clara das atividades a

---

<sup>37</sup> O estudo realizado por Salem (2004) desvela a existência de operadores lógicos baseados na divisão em descontrolo masculino/autocontrolo feminino, denotando uma complementaridade no domínio da sexualidade entre homens e mulheres, a qual justifica as experiências diferenciadas destes. Uma das derivações desta lógica é justamente a divisão entre as “mulheres de casa” e “as de fora”, ou seja, diferentes “tipos” de mulheres com as quais se realizam diferentes práticas sexuais. Segundo a autora, há boas indicações para sustentar que a força do habitus dos homens de camadas populares no domínio sexual ainda é freqüentemente mais potente do que a de situações potencialmente deflagradoras de mudanças, não se desconsiderando, entretanto, que uma maior análise destes eventos merecem ser empreendidas.

<sup>38</sup> “A diversificação contemporânea das trajetórias sexuais e conjugais se desenvolve paralelamente a uma diversificação das maneiras pelas quais os indivíduos atribuem um sentido à sexualidade e o inscrevem em sua biografia – o que chamamos de orientações íntimas”. (Bozon, 2004, p. 137).

desempenhar; como conseqüência, traz uma considerável ambigüidade na reelaboração dos papéis de gênero” (Gregori, 1993, p.140).

A dificuldade de praticar novos padrões culminou no rompimento do laço conjugal, pois as mudanças em um dos atores supõem transformações nas relações que estabelecem entre si e, conseqüentemente, necessitariam a reordenação também do outro envolvido. Reordenação esta que demanda, entre outras coisas, revisitar e relativizar noções e posições generificadas.

No relato de Mirtes, um outro aspecto perpassa sua narrativa. Pode-se dizer que um outro dispositivo rege a sua lógica simbólica sobre a condução da relação conjugal, a saber, a moral religiosa, atrelada, intrinsecamente, à moral do trabalho. Sua união foi, já em seu início, pautada sobre uma condução moral inadequada do ponto de vista religioso, pois ao saber-se grávida, prontamente sentiu-se impedida de casar na igreja porque “*era pecado*”. Apesar disso, formalizou sua união no civil e “*casou de noiva*”.

A obrigação moral da união, visto que estava grávida, que se manteve também sobre todo o período do casamento, provavelmente está apoiada na forte moral religiosa de sua família de origem. Na apresentação da trajetória de sua família revela a presença de um pai pastor, a mãe que, após o falecimento dele, assume a condução dos cultos religiosos em sua casa, e a história conjugal/afetivo-sexual de suas irmãs permeadas por conflitos provocados pelas crenças religiosas e atitudes provenientes destas. Neste caso, a evidência maior sobre o fundamento sob o qual se sustentam as posições de gênero e a diferenciação de atribuições sexuais/sociais na família, está mais na religião do que naquilo que se define por “ética do provedor” na moralidade popular<sup>39</sup>. As normas religiosas, principalmente as

---

<sup>39</sup> O uso do termo moralidade nos grupos populares conota uma dimensão mais englobante, apontando para uma articulação mais estreita entre valores relativos ao sexo, à família, ao gênero e à reciprocidade como forma relacional básica (Duarte, 1986). Tais grupos expressariam uma visão de mundo mais holista, na qual valores ligados à proeminência do todo, e não do indivíduo, seriam os estruturadores de sua lógica social (Heilborn, 1999).

da Igreja Católica, secularizaram as distinções entre homens e mulheres ao contribuírem fortemente para a construção histórica sobre os devidos padrões de conduta para ambos. O que se quer salientar, entretanto, ao sublinhar a importância destas normas, é a conotação proibitiva e impeditiva que a norma religiosa impôs, de forma ainda mais imperativa, sobre as normas culturais e de conduta feminina no universo no qual Mirtes está inserida, visto que sua formação esteve envolta por estes valores.

Sua espera pelo marido, durante doze anos e quatro meses – temporalidade reiterada por várias vezes durante a condução das entrevistas – revela, não só a sua esperança em vê-lo “mudado”, como suporte lógico desta espera, mas a obrigação constitutiva de seu “papel de esposa”, pois durante todo este tempo nem sequer proporcionou a si momentos de lazer. Emerge, portanto, uma conotação de sacrifício, novamente associada a uma valoração consentida e exaltada na moral religiosa. Mirtes se culpabiliza pela “má escolha”, pois logo que seu pai morreu, começou a sair e “*se desviar da igreja*”. Assim, tudo “*aconteceu muito ligeiro*”, não conhecia direito seu marido quando casou. Toma para si o casamento, mesmo com todos os percalços e dificuldades, como um fardo a carregar, a cumprir. Neste lugar, a entrevistada cumpre suas atribuições na forma como concebe enquanto certa, o que permite uma manifestação clara entre o “certo” e o “errado” de padrões que estão apoiados num universo ético e moral construídos e constituídos em sua singularidade e compartilhado por seus pares. Aqui, os padrões favorecem e reforçam a virtude feminina em assumir e se conformar a esse lugar. O casamento como projeto de vida em comum é desestabilizado por condutas inadequadas do marido, e a responsabilidade do conflito é atribuída a elementos que não dizem respeito às suas condutas, e que são de difícil resolução por parte dela. Talvez seja esta uma possível explicação para o fato de Mirtes, apesar de atribuir como essencial ao homem a qualidade de “bom trabalhador” e considerar importante o “papel masculino” de provedor, ter

esperado pelo marido e mantido a união conjugal mesmo sem ele nunca ter exercido de fato esta função. Em vários momentos de sua trajetória - como o tempo em que ele esteve preso, por exemplo, e ela concretamente permaneceu sozinha – passou por episódios de grande privação econômica e material, o que exigiu dela acumular as funções “de pai e de mãe”, ou seja, prover e cuidar da prole ao mesmo tempo. Não foi este, entretanto, o motivador principal para o rompimento conjugal. É enfática em seu relato ao afirmar várias vezes que o seu ex-marido nunca ajudou com nada, o que pode levar a pensar que, apesar de ausente física e materialmente, este homem ocupava um lugar simbólico privilegiado, denotando de alguma forma uma certa respeitabilidade ou proteção moral perante a família e a comunidade. Desta forma, não era uma mulher sozinha, separada. Uma observação um tanto emblemática, e que se faz pertinente, é o fato de, mesmo a separação já estar tramitando judicialmente, Mirtes manter em seu dedo a aliança de casamento.

Sua decisão foi impulsionada pelo episódio da tentativa de abuso sexual do ex-marido para com a filha mais velha. O que transparece no seu relato é que, mesmo reconhecendo e provavelmente entendendo a sua situação como contingência da condição feminina e de esposa, em um momento específico de sua trajetória conjugal algo se tornou impossível de sustentar. Assume uma postura ativa e impeditiva contra a consumação do incesto, interditando na rede de relações familiares aquilo que moral e culturalmente é proibido e inaceitável. Somente quando os filhos são ameaçados é que resolve romper o laço conjugal.

Diferente das outras duas entrevistadas, Maria não expõe em nenhum momento de sua narrativa a presença de um sentimento afetivo em relação ao parceiro, nem mesmo no início de seu relacionamento. Sua trajetória conjugal é marcada pela posição de resignação perante as limitadas opções que sua vida lhe proporcionou, afirmando que diante destas,

“foi obrigada” a seguir com a união. Ainda no período de namoro, define a iniciativa deste pautada nos outros e não no seu desejo ou sentimento pelo ex-companheiro.

A gravidez foi a alavanca para a união, que neste caso não se formalizou nem no civil, nem no religioso. Ela foi morar com ele, na casa que já lhe pertencia. Porém, relata que, mesmo tendo sido a gravidez o motivo de sua união, não necessariamente esta a encaminharia para o casamento se dependesse de sua vontade, pois ao engravidar, pensava em ir embora para sua cidade de origem e morar com seu pai, criar seu filho sozinha. É o “destino” quem funda a sua posição enquanto esposa e, posteriormente, mulher chefe de família. A categoria “destino” é expressa indiretamente em vários momentos durante o relato sobre sua trajetória de vida e conjugal. É como se criasse uma espécie de exterioridade na imagem deste homem com quem se uniu, por não o ter escolhido e sim, ter sido escolhida. Além de tudo, parece que também ao destino é colocada a responsabilidade pelo ex-companheiro beber. Como salienta Gregori (1993, p.153),

usar categorias explicativas como ‘destino’ para falar sobre os insucessos conjugais tem um efeito de exteriorizar, de criar um estranhamento da mulher em relação ao marido: ele não foi objeto de sua escolha, não lhe interessa muito porque bebe e, por fim, parece que ele não lhe diz respeito.

Ao refletir sobre as posições em que as entrevistadas se situam, necessariamente há que se trabalhar com a conceituação e a presença de valores morais que circulam e constituem o sujeito. As formas de racionalidade culturalmente disponíveis, das quais os sujeitos tiram e apreendem suas referências para se constituírem como tais, comportam um discurso ideológico que está de certa forma “colado” em sua constituição. Com isto posto, se quer atentar um ponto que talvez explicita o lugar do qual Maria fala. Maria é uma mulher negra, e já no início de sua entrevista, relata sua história identificando-se com o lugar simbólico de escrava. É imperativo considerar toda uma discursividade

historicamente construída pelas marcas que o período de escravidão deixou, colaborando na criação de um certo ideário ‘triplicado’ de preconceito: o de ser mulher, negra e pobre. Neste lugar discursivo, aliado às suas experiências de vida, pouco resta senão seguir “seu destino”. Outra marca importante de sua narrativa são os registros de diferentes formas de violência presentes em sua trajetória, desde a violência física sofrida em sua infância até a vivida em sua união conjugal e que culminou na morte de seu ex-companheiro. A relação que estabelece com a violência é, por assim dizer, ‘constituente’ de sua subjetividade, quando revela “*se apanhá resolvesse, eu era uma santa, porque o que eu apanhei nessa vida...*”.

Faz-se necessário discorrer algumas considerações sobre a presença da violência conjugal neste caso – principalmente porque a união não encerrou com uma separação, mas com a morte de um dos cônjuges. Partindo das reflexões de Gregori (1993) em um estudo que realizou sobre relações conjugais violentas, ela afirma que “relações violentas são casos especiais de relações conjugais”. Assim, é necessário tentar sofisticar a compreensão da violência para apreender os variados modos pelos quais as relações de gênero se atualizam.

(...) relacionamentos violentos não são essencialmente semelhantes, e a construção de dualidades como macho ‘culpado’ e mulher ‘vítima’ podem ter facilitado o movimento para a denúncia e a indignação, mas deixam de lado o fato de que os relacionamentos conjugais são de parceria e que a violência pode ser também uma forma de comunicação, ainda que perversa, entre parceiros (p. 134).

Para a autora, nestas situações, o casal não está buscando com as discussões o entendimento ou discutindo para que a vida conjugal transcorra segundo novas disposições. Cada um dos parceiros, a seu modo, tem como vislumbre da cena falar algo que faça o outro se calar; na verdade, o consenso é impossível. Este seria o sentido único



para que a situação de confronto verbal avance. Ela pode ter fim em três circunstâncias: cansaço, a chegada de alguém ou a substituição da troca de réplicas pela agressão.

Estimulando a agressão física, sai do lugar que ocupava na cena e introduz uma outra cena em que ocupará outro lugar. De uma maneira muito estranha, ela (a mulher) dá a ‘última palavra’ para sair de uma cena em que é parceira e iniciar outra em que será vítima. Um perverso jogo de feminilidade e masculinidade, ou melhor, de imagens que desempenham papéis de mulher e de homem em relações conjugais (p. 179-180).

Ao pegar a faca e acertá-la no corpo de seu companheiro, Maria vai ao real, encerra o conflito, a cena, dá literalmente a ‘última palavra’. Porém, bruscamente passa a ocupar uma outra posição, que não a de vítima, mas a de ‘criminoso’. Mesmo estando livre e respondendo o processo com a alegação de legítima defesa, perante a comunidade ela não mais é a vítima. Para ela, a conjugalidade colocou-a na posição de criminoso: “*eu não sou assim, uma ameaça para a sociedade*”. E quando relata o episódio da agressão, ressalta que o que matou o marido não foi a facada, mas a bebida: “*(...) e no laudo o legista fala, se ele não tivesse tão bêbado como ele tava, ele não teria morrido*”.

Não se quer, entretanto, questionar o mérito da questão do homicídio em termos de culpabilidade ou não, justa causa ou não; e sim, atentar para o encaminhamento dado na significação da posição discursiva atribuída por ela a ela mesma, regida pela mesma lógica da exterioridade com que se coloca diante das condutas e situações vividas, reforçando a categoria “destino” nas explicações dos rumos que sua trajetória pessoal e conjugal tomaram.

As diferentes posições de sujeito nas quais estas mulheres se situam e são situadas conduz à reflexão de que, de um mesmo lugar discursivo – mulheres chefes de família – múltiplos sentidos podem emergir. E para que isto ocorra, há que se considerar que estas

posições derivam de determinadas condições postas por uma discursividade “pré-construída”<sup>40</sup>, que antecede o sujeito. Cada uma revela dispositivos que se tornaram mais marcantes na constituição de sua trajetória. O sujeito, ao se apresentar pelo seu discurso durante as entrevistas, se faz e se coloca de uma determinada forma, específica do momento, mas que contém a sua história. O discurso, tomado como “efeito de sentido”<sup>41</sup> entre os locutores, leva a compreender que o sentido não está em lugar nenhum, não está posto, mas que ele se produz e reproduz nas relações dos sujeitos com outros sujeitos, nas relações dos sentidos com outros sentidos, nas relações entre sujeito e sentido. E isso só é possível já que sujeito e sentido se constituem mutuamente, pela sua inscrição no jogo das múltiplas formações discursivas. (Orlandi, 1993).

Coerente com esta perspectiva entende-se que,

(...) a produção de sentidos não é uma atividade cognitiva intra-individual, nem pura e simples reprodução de modelos predeterminados. Ela é uma prática social, dialógica, que implica a linguagem em uso. A produção de sentidos é tomada, portanto, como um fenômeno sociolinguístico – uma vez que o uso da linguagem sustenta as práticas sociais e geradoras de sentido (Spink, Mary J. e Medrado, Benedito 2000, p. 42).

---

<sup>40</sup> O lugar do “pré-construído” refere-se a uma memória discursiva construída na relação da história com a linguagem, disponível culturalmente, a qual envolve a constituição dos sujeitos enquanto tais. Esta relação constitutiva é permeada pela ideologia na produção dos sentidos. Orlandi (1993) explicita, ao partir dos pressupostos teóricos de Michel Pêcheux, que “A ideologia se produz justamente no ponto de encontro da materialidade da língua com a materialidade da história”, e o discurso (“materialidade específica da ideologia”) é o lugar deste encontro. Assim, “As diferentes formulações de enunciados se reúnem em pontos do dizer, em regiões historicamente determinadas de relações de força e sentidos: as formações discursivas” (p. 20).

<sup>41</sup> “Compreender o que é efeito de sentido, em suma, é compreender a necessidade da ideologia na constituição dos sentidos e dos sujeitos. É da relação regulada historicamente entre as muitas formações discursivas (com seus muitos sentidos possíveis que se limitam reciprocamente) que se constituem os diferentes efeitos de sentidos entre os locutores. Sem esquecer que os próprios locutores (posições de sujeito) não são anteriores à constituição desses efeitos mas se produzem com eles” (Orlandi, 1993, p. 21).

## 5.2 Tecendo a urdidura comum com os fios específicos: mulheres do seu tempo

As distintas trajetórias de vida destas mulheres encontram pontos em comum, os quais convergem entre si e podem ser definidos em um certo ‘denominador’: são mulheres do seu tempo. Isto implica que, “apesar de cada homem (sujeito) possuir uma história singular, nela encontra aquilo que compartilha com os outros e que torna cada biografia inteligível para os demais” (Siqueira, 1997b, p. 03). Este compartilhar com os outros provêm do entendimento que a abordagem designada comumente em psicologia como ‘sócio-histórica’<sup>42</sup> tem sobre a constituição do sujeito humano, ou seja, uma vez que o homem é tido como inalienavelmente social, tudo aquilo que é da ordem do humano e que o constitui como tal é da ordem do social e provêm da cultura. Esta, por sua vez, corresponde ao universo simbólico historicamente produzido, e são justamente as formas culturais de organização da vida social e dos sujeitos que fornecem a estes os meios e os motivos para as suas ações, assim como os recursos sócio-culturais pelos quais o sujeito dá sentido à sua existência. Os recursos disponíveis são produzidos coletivamente pelos sujeitos no decurso da história. Ao se relacionar primeiramente com os ‘outros significativos’, em especial na interação com a família, e posteriormente, em situações partilhadas no decorrer de sua trajetória singular, o sujeito irá apreender de forma ativa as ações e sentidos a elas atribuídos culturalmente. De forma ativa justamente porque não recebe as informações culturalmente disponíveis passivamente, pois ao internalizar o significado da ação coletivamente constituída, também a modifica, dando um sentido singular a cada experiência vivenciada. Os ‘outros significativos’, porém, já se encontram imersos em um mundo simbólico marcado por significações constituídas no processo histórico e que também os antecede, por uma discursividade que dá sentido e posiciona os

---

<sup>42</sup> Ancorada principalmente nas produções teóricas de Liev Vigotsky (1930/1995, 1987, 1991) e Bakhtin (1988).

sujeitos em determinados lugares. Assim pode-se entender os sentidos de gênero circunscritos por esta mesma lógica constituinte, ou melhor, o sujeito constitui a sua subjetividade tendo o gênero como parte importante e constitutiva desta. Portanto, é dentro de uma perspectiva relacional que se pode compreender aquilo que define os sujeitos em suas características. Pensar, especificamente, no âmbito desta pesquisa, os sentidos que as mulheres atribuem ao gênero é considerar que é no tecido social das relações das quais os sujeitos participam – e não em alguma “natureza intrínseca” do ser, definida a priori – que se organiza a maneira pela qual se comportam em relação aos outros, como se representam reciprocamente e como constroem uma subjetividade própria, da qual o gênero faz parte (Amâncio, 1994).

O sentido é, assim, uma construção social, um empreendimento coletivo e interativo por meio do qual as pessoas constroem relacionalmente os termos a partir dos quais compreendem e lidam com as situações à sua volta. (Spink & Medrado, 2000). Considerar, simplesmente, o processo que consiste na internalização, por parte dos sujeitos, de características e comportamentos que entendam como adequados ao lugar definido para sua categoria sexual, sem considerar a ideologia largamente consensual que diferencia o masculino e o feminino através de uma certa desejabilidade social das suas características, corresponderia a analisar o como, sem analisar o porquê, transformando o processo de socialização numa espécie de marcação natural das diferenças entre os sexos. (Amâncio, 1994). Vivemos em um mundo eminentemente social e que tem uma história, e é no processo histórico que os repertórios de possibilidades de sentidos que servem de referência foram culturalmente constituídos. Não é exatamente o ‘momento histórico’ do surgimento de determinados sentidos que interessa para esta análise, mas considerar que é na temporalidade que eles se formam, se mantêm ou se transformam. Seria, assim,

considerar o sentido contextualizado, procurando fugir de qualquer análise que imprima fixidez nas posições dos sentidos e dos sujeitos.

Vários autores<sup>43</sup>, estudiosos do processo de transição da família feudal para a família burguesa e das idéias a ela correlatas, atentam para as representações sobre os sexos que daí derivaram principalmente na cultura ocidental. Estas representações são resultados de práticas lingüísticas, considerando que a linguagem é ao mesmo tempo mediadora e produto da ideologia, pois ao mesmo tempo em que constrói os significados sociais, conseqüentemente, constrói as práticas sociais. A linguagem “serve como meio para revelar, manipular e até mesmo transformar as relações de poder, inclusive entre os sexos, uma vez que a linguagem não apenas reflete a sociedade, mas é também um importante fator de influência e mesmo de transformação destas relações” (Coutinho, 1994, p. 53). Assim, comportamentos e atributos não só designados culturalmente às mulheres, mas sendo delas esperado o seu cumprimento enquanto próprios de sua condição feminina, consolidaram-se em uma certa “identidade feminina”<sup>44</sup>, a qual a sociedade patriarcal inventou para as mulheres e que vem sendo transmitida através do discurso ideológico, perpassando gerações e atravessando as classes sociais, pois está presente em todas as produções culturais. Produções que estão, sobretudo, no plano mesmo do discurso, de um discurso social cujos sistemas simbólicos e aparatos conceituais vêm sendo construídos não apenas tendo como padrão o homem, como também tem sido, em sua maioria, criações masculinas (Coutinho, 1994).

---

<sup>43</sup> Entre outros, Áries (1986), Shorter (1975), Firestone (1976), Macfarlane (1990), Pateman (1993), Senett (1988).

<sup>44</sup> “A identidade feminina, longe de ser natural, é, antes, construída a partir de um discurso social que visa atender e se adequar às necessidades e mitos de uma sociedade determinada em um momento histórico específico” (Coutinho, 1994, p. 49).

Para esta mesma autora, a demarcação dos espaços ‘público/privado’ é algo que já estava marcado na era de Aristóteles<sup>45</sup>. A diferenciação da ocupação destes espaços através do viés sexual colaborou para uma construção discursiva sobre a condição e subjetividade feminina e seu confinamento ao espaço doméstico, além de definir os contornos do ‘modo de ser mulher’. As mulheres, desta forma, cresceram e ainda crescem imersas em uma discursividade pela qual se vêem culturalmente “por outros olhos” – a saber, o olhar masculino -, seja nas relações entre homens e mulheres, entre mulheres e mulheres ou entre homens e homens.

Mesmo provenientes de diferentes lugares e famílias, estas três mulheres tiveram suas vidas marcadas por deslocamentos geográficos e simbólicos que as colocaram em lugares semelhantes. Um dos primeiros pontos convergentes a ser observado é o de que, aos treze anos de idade, iniciaram no mundo do trabalho ocupando funções de babá e doméstica, estas significadas histórica e socialmente como femininas. A iniciação precoce de crianças dos grupos populares no mundo do trabalho reflete também uma outra condição historicamente instituída, a saber, as condições impostas às famílias trabalhadoras como estratégias moralizantes. São elucidativos os estudos de Rizzini (1997) sobre as raízes históricas da infância no Brasil, quando aponta que,

(...) a ideologia do trabalho fez com que a condição do trabalhador funcionasse como um atestado de virtude e condição básica de aprovação na sociedade, constituindo instrumento poderoso de regulação econômica e social, sobretudo no século XIX. No caso da criança, a lógica era adaptá-la desde cedo para o trabalho (...). Ao mesmo tempo em que o processo de acumulação capitalista absorvia

---

<sup>45</sup> Notas bibliográficas: “Vários discursos, desde a antiguidade, vêm enunciando a desigualdade de gêneros como natural e legitimando as diferenças hierárquicas entre homens e mulheres. Um dos pensadores mais importantes a esse respeito foi Aristóteles. Em seus textos se pode observar como, ao mesmo tempo, se produz a diferença social entre homens e mulheres e se legitima a desigualdade de gênero” (Coutinho, 1994, p.46).

vorazmente todo e qualquer braço, e sem hesitar, o infantil, (...) interessava acostumar a criança ao trabalho árduo como forma eficaz de subsistência (Rizzini, 1997, p. 168).

A tenra idade na qual foram inseridas no contexto laboral público, seja para ajudar no sustento da família ou para sustento próprio, como foi o caso de Maria, demonstra a inegável inserção precoce para a qual as crianças das camadas populares ainda se vêm impelidas. Neste caso, foi a 'lógica da sobrevivência'<sup>46</sup> o fator que impulsionou a ida em busca de trabalhos remunerados, imprimindo a esta experiência um caráter específico e situacional, em contraponto ao que poderia ser, em outra situação, articulado como parte de um projeto de vida, em que estariam iniciando carreiras profissionais nas quais incluíssem escolarização, aperfeiçoamento técnico e autonomia – considerando, principalmente, que interromperam sua escolarização em detrimento do exercício destas funções. Iniciaram suas trajetórias no mundo do trabalho por necessidade e nele se mantiveram até o momento da união conjugal, o que pode evidenciar a estruturação de uma dupla lógica que ao mesmo tempo em que valoriza o trabalho, reafirma o lugar feminino como lugar doméstico, como aquilo que compõe o certo, o justo, o desejado, o esperado (Telles, 1992).

É importante considerar que as ocupações extradomésticas das informantes, quando aconteceram, além de serem funções atribuídas culturalmente às mulheres, estas se realizaram em outras residências que não as suas. Mesmo que remuneradas e exercidas em um outro espaço, não lhes possibilitaram a real inserção 'pública' no mundo do trabalho, reforçando a ocupação feminina circunscrita ao lar. A experiência de um trabalho remunerado e fora do seu âmbito doméstico fica demarcada pela ausência masculina,

---

<sup>46</sup> Por 'lógica da sobrevivência' se quer nomear a motivação da ordem da necessidade real de sustento que impele as camadas populares a inserir no mercado de trabalho, de forma precoce, suas crianças e adolescentes, sem, contudo, reduzir a constituição de suas lógicas culturais ao viés econômico ou de privação. Para um maior aprofundamento desta discussão, ver Telles (1992).

condição pela qual retornam a exercer funções remuneradas somente após a separação conjugal, demonstrando, desta forma, a permanência ideológica da divisão sexual do trabalho e a difícil possibilidade em romper com esta mesma ordem pelo trabalho.

Estes deslocamentos de posições quanto a se envolver com ocupações extradomésticas, estão largamente ‘colados’ aos sentidos e significações atribuídos e construídos sobre seus “papéis” enquanto mulher e que, no entanto, não dizem respeito apenas ao trabalho, a um segmento separado de suas vidas e de sua subjetividade. Fazem parte de uma lógica maior, constitutiva, na qual o gênero está incluído. O gênero compreende e abarca o sentimento de ‘pertença’ ao sexo masculino ou feminino (Amâncio, 1994), e é recriado diariamente através da atuação cotidiana e do relato no qual o sujeito narra sua biografia e, neste ato de relatá-la, tenta lhe conferir uma coerência e continuidade. Não se trata, entretanto, de um corpo fixo e acabado de significações e representações acerca de si mesmo que cada sujeito atualiza na prática, e sim, uma construção histórica reajustada ao longo de sua trajetória de vida e de acordo com o contexto em que está inserido e no qual atua (Fuller, Norma 1997). A importância de se considerar a ‘pertença’ de gênero é enfatizada pela autora, pois afirma que as outras condições sociais (por exemplo, de classe ou profissional) fundem-se em posições que podem variar na vida do sujeito, mas a experiência de nascer enquanto uma ou outra categoria sexual torna-se um eixo fundante na subjetividade humana, que se inscreve em seus corpos e irá constituir-lo em feminino, masculino ou ‘desviante’<sup>47</sup>.

---

<sup>47</sup> A autora refere-se à categoria “desviante” por considerar que historicamente a constituição de gênero sempre requereu uma identificação com o “fantasma normativo do sexo”, ou seja, o ingresso dentro de uma ordem simbólica que prescreve culturalmente que os sexos/gêneros são polares, discretos e heterossexuais. Esta divisão ignoraria a qualidade indiferenciada da libido sexual e a manifestação da homossexualidade na cultura humana, restringindo simbolicamente o espectro da sexualidade humana, e assim, considerando como ‘desviante’ ou ‘antinatural’ as manifestações que fujam à esta prescrição binária.



Apesar do processo de constituição dos sentidos de gênero e da subjetividade que deles deriva tratar-se de um processo que prossegue durante toda a vida, ele se inicia com a apropriação das experiências mais remotas da infância. Esta concepção pode dar suporte a mais um dos pontos convergentes encontrados nas narrativas das entrevistadas: a presença da repetição, nas trajetórias de vida destas mulheres, de histórias familiares vivenciadas pelas personagens femininas, em especial suas mães e/ou irmãs mais velhas. Há que se questionar aí o peso do modelo do ‘ser feminino’ das famílias de origem, evidenciando um atravessamento intergeracional de discursos que circulam e dos quais o sujeito se apropria e pelos quais se posiciona, num processo identificatório com lugares socialmente instituídos para o feminino aliado à experiência singular no âmbito de sua família de origem. Isto fica explícito, por exemplo, com o relato de Laura:

*“Era só ela, (a mãe), igual eu!!! Mesma vida, o que ela passou, passou eu!”.*

E como salienta Fuller (1997), apesar do sentimento de pertença de gênero ser um produto cultural, não está aberta para uma livre escolha de cada sujeito; pelo contrário, as pessoas se vêem “forçadas” a entrar dentro de um esquema normativo do sistema de sexo e gênero de sua cultura. Para melhor explicar como a constituição da subjetividade - a qual incorpora o gênero como seu componente/compositor - pode adquirir uma certa estabilidade, a autora faz uso dos conceitos elaborados por Judith Butler (1993) de atuação e repúdio, os quais são trazidos aqui para tentar aclarar o que se quer expressar com o processo identificatório e de repetição das posições generificadas.

La actuación es la reiteración obligatoria de las normas culturales que definen la manera de ser, actuar y sentir de cada sexo (Butler 1993; 94, apud Fuller, 1997). Al repetir-las cada sujeto da realidade a las identidades de género. Esta actuación es lo que permite que el sujeto emerja y adquiera sustancia, es decir sea un varón o una mujer. Pero lo importante es que estas normas reiteradas no son invento u obra del

sujeito, éste actualiza definiciones preexistentes y socialmente producidas que, a su vez, cobran realidad al ser practicadas. Así, la persona emerge en el encuentro de discursos preconstituidos, de regulaciones sociales y de la actuación del actor. Los actos y gestos articulados y representados crean la ilusión de un núcleo de género previo y organizador” (Fuller, 1997, p.19).

Já o conceito de *repúdio* busca dar conta da maneira pelo qual o sentido e a identificação tentam se manter fixos em cada sujeito. O repúdio estaria constituído por um espectro e conteúdos que se definem como “lo que no se debe ser” (p.19), mantendo o sujeito constantemente as suas fronteiras mediante um certo “repúdio compulsivo”<sup>48</sup>. Possibilita ao sujeito contrastar-se contra algo e assim definir os seus contornos.

No caso das entrevistadas, a presença do dispositivo da moral sexual conservadora, que as impulsionaram à união conjugal, demonstra os contornos que sustentam seus lugares generificados. O forte sentimento de menos-valia diante da perda da virgindade e do fato de ter que casar por estar grávida pôde ser, de alguma forma, amenizado por uma única alternativa, a de concretizar a união conjugal e circunscrever seus “papéis” como esposa e mãe. Desta forma, circunscrevem também a vivência de sua sexualidade ao espaço conjugal. Para as três, o primeiro namorado foi também o primeiro e único parceiro sexual, pai de todos os filhos. Este padrão é também mantido após a separação, pois mesmo desvinculadas de seus companheiros há mais de dois anos, não se envolveram com mais ninguém e, caso esta possibilidade venha a se concretizar, é somente dentro de uma nova relação conjugal estável que será permitido envolver-se com outro homem. O estudo

---

<sup>48</sup> O conceito de repúdio compulsivo diz respeito à operação de identificação com o ‘fantasma normativo do sexo’, o qual não é uma operação concluída e deixada para trás em um passado já vivido, mas uma identificação que deve ser reafirmada e enterrada uma ou outra vez, ou seja, a repetição em alguns momentos do repúdio contra aquilo “que não se deve ser” e pelo qual o sujeito sustenta as suas fronteiras, criando assim bordas precisas para sua identidade (Fuller, 1997).

de Salem (2004)<sup>49</sup> é representativo do que se quer argumentar aqui. A autora relata, entre outros aspectos estudados, que os homens de camadas populares, ao transitar simultaneamente entre diferentes modalidades de parceiras, ou seja, parceiras diferenciadas em “fixas” ou “mulher de casa”, e as “de fora” ou “só para sexo”, afiançam que as relações que estabelecem com elas são qualitativamente distintas, e são justamente estas diferenças que as tornam complementares entre si. O entendimento, então, desta complementaridade entre gêneros no âmbito sexual impõe considerar que, explícita ou implicitamente, se estabelece uma relação entre essas mulheres. Assim, um primeiro operador lógico que estrutura esta classificação é o que concerne à distinção entre vínculo afetivo e sexo. Esta distinção sofre a intervenção de um segundo critério classificatório, o ‘respeito’, que gera uma “apreciação moral que tende a coincidir, grosso modo, com a maneira como eles (*homens*) avaliam seu comportamento sexual” (p. 44). Ilustrativa, por exemplo, é a frase expressada por uma das entrevistadas:

*“(...) como diz a minha mãe, se a gente não se dá o respeito, não te respeitam, esse problema eu não tenho...”*. (Laura).

Além disso, são estes critérios que orientarão a escolha - dos homens entrevistados por Salem (2004) - de com quais mulheres manterão ‘vínculo com compromisso’, ‘vínculo sem compromisso’ ou ‘sexo sem vínculo’. Neste caso, é esperado das mulheres que detenham maior controle sobre sua sexualidade e assim, distinguiem-se moralmente das ‘outras’ mulheres, sustentando uma lógica masculina baseada na diferença radical entre as sexualidades masculinas e femininas, que é armada numa ‘natureza’ de cada sexo: “ao descontrole masculino corresponderia um maior autocontrole feminino na esfera da

---

<sup>49</sup> Estudo sobre as representações de gênero e sexualidade atribuídas por homens de camada popular desenvolvido por Salem (2004). “Homem... já, viu, né?”: representações sobre sexualidade e gênero entre homens de classe popular. In: Heilborn. Maria Luiza (org.). Família e sexualidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. (Família, geração e cultura).

sexualidade” (p. 22). O fato, então, de a mulher possuir um maior domínio sobre sua sexualidade explicaria o estilo peculiar de lidar com a esfera afetivo-sexual. É importante lembrar que o estudo da autora reflete o olhar masculino de camadas populares sobre o comportamento dos homens e das mulheres em relação às representações de gênero e sexualidade. Contudo, ao aproximar os dados das narrativas com estes construtos simbólicos, denota-se que estas mulheres entrevistadas também se vêem com “olhares masculinos”, através da apropriação de uma lógica hierárquica que define como devem se comportar enquanto mulheres. Uma vez que vivenciaram até então os “papéis” de esposa e mãe, ou seja, o de “mulher de casa”, atribuído e esperado em seus contextos sociais e culturais, é neste lugar que procuram se manter através de seu ‘recato sexual’ e se distinguindo das “outras mulheres” que se comportam de maneira diferente e inapropriada moralmente.

É de uma posição de exterioridade que falam enquanto mulheres, situando as posições de gênero identificadas com o masculino, ou seja, a partir de uma posição feminina tradicional. Posição identificada, desta forma, com um construto histórico proveniente, em grande parte, da exaltação do amor romântico e de suas derivações, entre elas a idealização da mãe e da moderna construção da maternidade como valor, bem como do confinamento da sexualidade feminina ao casamento como um importante símbolo da mulher ‘respeitável’ (Giddens, Anthony 1993). Para não haver o risco do ‘mau-exemplo’, seja para seus filhos ou perante a comunidade, se privam da possibilidade de exercer a sexualidade, já que o seu livre exercício é coisa de ‘mulher safada’. Para Coutinho (1994), esta “passividade erótica” da mulher no âmbito da conjugalidade é resultado – entre outros aspectos - do corte radical que foi dado entre função maternal ou de reprodução e prazer sexual, através, principalmente, de práticas maternais cada vez mais intensas e abrangentes. Algumas das narrativas de minhas entrevistadas são ilustrativas:

“(...) a mulher ganha nota em tudo, solta do marido e não cai no mundo, cai nas vagabunda é ele, luta pelos filho, né?”.

“(...) essas mulhé são tudo sem-vergonha, não é verdade? As menina solteira tem que achá rapais para casá,... não home casado...”.

“Eu penso assim, se eu conheço uma pessoa hoje, pode dar certo um ou dois meses, e daí nós tamo brigando tudo de novo, e daí eu tô separada de volta. Então não adianta, então eu vou esperá, se for pra aparecê alguém assim pra ficá pro resto da vida, tudo bem, daí eu podia ficá...”. (Laura).

“(...) fica com um monte por aí, parece como um bicho...”.

“Ela gosta mesmo é de uma gandainha, minha família não gosta disso, se sabe. Fico doente de sabê que ela conta essas coisa pra K.”. (Mirtes falando do comportamento da ex-cunhada, em relação a sua filha).

“É difícil, né...Pra suportá meus filho, porque é difícil, né...”. (Mirtes).

“Não...Porque eles são pequeno, então não dá...Porque eu esperá meus filho dormi para saí de tarde, saí sozinha, eu prefiro não saí. Daí eu fico!”. (Maria).

Mesmo historicamente existindo notadas e significativas mudanças quanto à posição feminina na cotidianidade, ainda há a permanência de uma normatividade conservadora. Diferentemente do proposto por Elisabete Bilac (1995), estas mulheres colocam em evidência, sim, a centralidade na relação mãe - filhos, porém, não há a “seqüência de monogamia” por parte das mulheres para que retorne ao lar a figura do homem provedor. A centralidade na relação mãe – filhos é evidenciada nas narrativas das entrevistadas pelo grande valor atribuído à maternidade por todas elas.

“E eu luto por eles! (filhos)”.

*“Tem só o exemplo que eu tô dando pra eles, né, a mulher que eu sou, sem o pai deles aqui, né, como se diz assim, né, é um ano, dois ano sozinha, aqui, lutando desse jeito, é vida, né, pra gente vive sozinha”.* (Laura).

*“Ah, eu nem penso nisso, eu penso mesmo é em pode criá meus filho, trabalhá e só”.* (Maria)

O amor materno, instituído historicamente como valor, ancorou-se como ‘origem’ e o ponto fundamental da criação do espaço sentimentalizado do lar. Passaram a ser demarcadas para as mulheres certas características e capacidades especificamente femininas, atribuindo ao sentimento materno um caráter ‘inato’ e, portanto, compartilhado por todas elas. É assim que características biológicas – a maternidade inscrita no corpo feminino – passam a assumir um significado social. Ela se transforma em um “ser para os outros”. (Coutinho, 1994). Este se torna o sentido maior de ser mulher, neste caso, um certo ‘sujeito-mulher’ fica secundário em relação a um ‘sujeito-mãe’. Adquirem respeitabilidade perante a comunidade e seus pares/familiares posicionando a vivência da conjugalidade como aquela que lhes possibilitou estarem hoje neste lugar, sendo que desta experiência são os filhos o que lhes restou “*de bom*”.

*“De bom...tê meus três filho é o que tem de bom...Coisa de bom que eu tenho é meus filho! Eles me incomodam um monte! Mas Deus me livre, ficá sem um deles...Coisa de bom que eu tenho é eles, a única coisa que eu tenho...”* (Maria).

*“Eu tô com 36 ano, mais eu tinha vontade de voltá a estudá, mais daí eu penso nas pequena, né, e a responsabilidade tá mais na criação...”*

*“Apareceu um serviço lá em Curitiba, mais eu não quero i pra lá, como é que eu vou largá meus filho aqui. Lá não tem creche, não tem nada, não posso i. Minha família qué que eu vá, mas eu disse, quem vai cuidá de meus filho de graça, e onde eu vou morá?...”* (Mirtes).

*“Eu me sinto uma mulher assim que...a gente é mais valorizada, a gente sabe que eles tão crescendo e tão tendo educação é porque eu tô dando!”*

*“Eu acho que as pessoa também pensam, pô, aquela mulhé que a gente pensava que era uma louca, o marido saiu de casa depois ia ficá igual uma doida aí, tinha que cuidá dessas criança, tá aí, é uma mulher, né, batalhadora, tá criando os filho sozinha, né? (Laura).*

Acolhendo os sentidos de gênero ancorados na posição da maternidade, estas mulheres os constroem e conduzem suas subjetividades generificadas no ‘ser mãe’. Isto põe à mostra aquilo a que Fuller (1997) se refere como a contradição entre a arbitrariedade cultural do gênero e a sua qualidade fixa e não aberta à eleição pessoal. Repetindo as normas sociais, os sujeitos concedem realidade às subjetividades generificadas prescritas provenientes da atuação e do repúdio. O que permitirá ao sujeito emergir e adquirir substância será a partir do repúdio àquilo que “não se deve ser” – no caso, uma mulher imoral sexualmente – e a atuação como mãe, mesmo que não mais esposa. Uma vez que estas normas não são invenção ou obra do sujeito, este atualiza definições pré-existentes e emerge do encontro de discursos pré-construídos. Desta forma, define seus contornos de gênero na maternidade, pois este é um valor histórico e cultural incontestável, proporcionando a si uma posição social de aceitação e respeitabilidade.

Ao refletir sobre a monoparentalidade conduzida pelas mulheres entrevistadas, parece não ser esta regida por um pensamento ou lógica moral “inadequada”, tendo em vista que tradicionalmente coube à mulher o cuidado e a educação de seus filhos, naquilo que de certa forma ainda é instituído como ‘natural’ para ela. Contrapondo esta forma de organização familiar categorizada como “famílias chefiadas por mulheres” a estudos sobre outras formas familiares monoparentais, como aquele realizado por Ana Paula Uziel

(2004) sobre famílias homoparentais<sup>50</sup>, torna-se possível um melhor entendimento desta lógica. A lógica à qual a autora se refere estaria pautada na afirmativa de que nos formatos de famílias homoparentais “falta um”. No caso das famílias chefiadas por mulheres, também “falta um”, o homem, cuja figura seria a de provedor. Recairia sobre a mulher, portanto, a dupla empreitada de prover e educar. Como prover é da ordem da sobrevivência, vai ao mundo do trabalho sem maiores questionamentos, sendo que pode contar, em alguns momentos, com dispositivos públicos ou outros auxílios externos, como os promovidos pelas associações comunitárias ou ajudas governamentais. Sua função maior, porém, é a de educar/maternar, valorizada socialmente e a qual continua exercendo. À poderosa e importante função da maternidade de nutrir e cuidar fisicamente dos filhos, foi sendo paulatinamente acrescida no decurso da história uma nova função, não menos importante: é preciso também saber educar os filhos. Desta forma, justifica-se a posição ocupada ‘valorosamente’ em detrimento de outras, mesmo que isto signifique expor que em suas trajetórias o casamento e, conseqüentemente, sua posição de esposa, fracassou, encontrando-se assim, em uma formação familiar distante da idealizada socialmente.

Estas considerações mostram que a realidade, como afirma Sérvulo Figueira (1987), apresenta-se bem mais hesitante e ambígua no que tange ao processo de modernização da família e do que socialmente se atribui a homens e mulheres em seu interior. O processo está longe de ser linear, e seus resultantes são complexos, revelando a contínua presença de características do modelo daquela que Figueira definiu de ‘família hierárquica’, isto é, um modelo ideal de família relativamente organizado onde “(...)

---

<sup>50</sup> Uziel (2004), em seu estudo sobre homossexualidade e parentalidade, traz uma interessante discussão sobre os formatos de famílias monoparentais, em especial, aquela que chamou de homoparental, ou seja, as famílias cujos pais são homossexuais. Em geral, segundo a autora, estas famílias são vistas como monoparentais, sobretudo porque, mesmo quando há um par parental, este não é reconhecido juridicamente, ainda que o reconhecimento social pareça caminhar mais rápido. Investiga, assim, quais seriam as peculiaridades das chamadas famílias monoparentais, uma vez que esta tem sido, na maior parte das vezes, a interpretação deste formato de família em que a parentalidade homossexual se encaixa.



homem e mulher se percebem como intrinsecamente diferentes, e esta diferença se cristaliza em sinais visíveis como o tipo de roupa, linguagem, comportamento e mesmo sentimento considerado próprio para cada sexo” (p. 15). Este ideal, marcadamente presente na década de 50 e posteriormente vindo a ser questionado em suas expressões concretas de organização familiar, foi sendo abandonado em consequência deste mesmo processo de modernização da família permeado pela ideologia do “igualitarismo”. O autor salienta que a ideologia igualitarista pode ter sido, em última instância, a responsável por uma certa erosão das fronteiras rígidas entre categorias sociais como as de homem e mulher. No entanto, este processo comporta algumas implicações - uma vez que ocorre em uma tal velocidade que propicia a coexistência de antigos e novos ideais. Vaitsman (1997), referindo-se aos estudos de Figueira (1987), entende que, ao apontar a convivência do ‘tradicional’ e do ‘moderno’ entre sujeitos pertencentes a segmentos médios urbanos, o autor toca na idéia pós-moderna de simultaneidade – no interior do sujeito – sem chamá-la deste modo. Afirma ainda que, “(...) se a fragmentação e a convivência entre passado e presente já eram detectados entre segmentos ‘modernos’ das camadas médias, talvez até porque fosse entre eles que as mudanças estivessem sendo mais sentidas – e estudadas -, nem por isso as camadas populares permaneceram à margem de processos que envolviam significativas transformações culturais” (p. 309).

Talvez justamente pela ambigüidade dos discursos coexistentes e disponíveis com os quais convivem em seus contextos sociais, urgiu a necessidade de se fundarem na posição da maternidade como valor ‘incontestável’, já que não conseguiram se manter – contraditoriamente, por iniciativa própria – em um outro lugar ‘possível’ destinado à mulher, qual seja, o de esposa na esfera conjugal e familiar. Em seu estudo sobre mulheres sem filhos, Lucia Mansur (2003) dialoga com algumas importantes autoras para revelar o quanto deste ‘ideal materno’ é um construto cultural e histórico, e que incide fortemente

não só sobre as mulheres que são mães, mas também sobre aquelas que, por diferentes motivos, não optaram pela maternidade. Alerta para o fato de que a circunscrição da mulher na maternagem/maternidade pode promover a exclusão dela em outros espaços sociais significativos.

Ao aproximar o material pesquisado com as observações do campo, as quais culminaram na tecitura da descrição do bairro e da cidade estudados, emerge um outro ponto convergente e que merece ser considerado, uma vez que complementa as discussões até aqui empreendidas. As três mulheres entrevistadas residem no bairro há aproximadamente cinco anos e, no entanto, o que se pôde observar quanto às formas de sociabilidade com a comunidade e com os instrumentos sociais coletivos, é que estas ainda não estão significativamente desenvolvidas, configurando uma rede social muito tênue e com a qual elas pouco podem contar nos momentos de necessidade. Estão, de certa forma, relegada a elas mesmas, pois a “rede de sociabilidade e solidariedade”, reiteradamente citada nos estudos realizados em camadas populares, não se apresentou no contexto destas mulheres. Considerando que Balneário Camboriú é nomeada como “cidade de forasteiros” por seus moradores, refletindo uma lógica de que é “terra de ninguém” (expressão comumente utilizada), há que se questionar se estas mulheres não mantêm também esta posição, a de “forasteiras”, em seu bairro, tendo em vista que são novas na localidade e provenientes de outras cidades. O que se pode inferir, principalmente a partir das narrativas das moradoras antigas, é ele – o bairro - estar igualmente marcado por uma certa dificuldade em aceitar os “novos moradores”, em especial, por parte daqueles que primeiramente ocuparam a localidade. Talvez no contexto estudado, cinco anos não tenham sido suficientes para que elas obtivessem uma significativa aceitabilidade por parte da comunidade, proporcionando uma efetiva inserção na rede de sociabilidade local.

As observações de campo revelaram também que as distintas posições geográficas das moradias são dificultadoras do acesso à rede social, sendo que a posição de Maria, moradora da última casa no Morro da Cotia, é a que mais reflete o afastamento da rede. Ao mesmo tempo, surge a questão: será que este maior afastamento poderia estar vinculado ainda a outros fatores, como sua cor de pele e história singular, uma vez que se registrou um número muito reduzido de moradores negros na comunidade?

A escolha do nome “São Judas”, através de uma mobilização comunitária por parte da população local, bem como a expressiva presença do número de igrejas em um pequeno espaço geográfico, podem ser indicadores de uma forte moral religiosa no bairro, a qual, provavelmente, esteja vinculada com a moral sexual conservadora tão fortemente sustentada pelas mulheres entrevistadas em seus discursos e práticas cotidianas, objetivando, desta forma, justamente adquirirem o “respeito” necessário enquanto ‘mulheres chefes de família’.

Apesar da presença de uma normatividade conservadora no conjunto das entrevistas, estas mulheres revelaram uma faceta diferenciada de seu ‘locus feminino’ ao romperem com a união conjugal, assumindo uma posição ativa diante da esfera da família e perante a comunidade. Ao tomarem para si o comando de suas famílias enquanto “chefes”, quebram com a permanência, mesmo que temporária, da clássica divisão de “papéis” que delega ao homem a função de provedor e à mulher a de dependência e subjugação ao homem e ao lar. Mesmo presumindo um certo ‘consentimento’ por parte destas mulheres em ser alocada/se alocar na posição maternal apresentada (Juan Rouco, 1999), pode-se pressupor também a possibilidade de rompimentos, de resistências, de redefinição de critérios, pois o cotidiano é permeado por pequenas rupturas expressas nas ações dos sujeitos. Remeter à idéia de ruptura implica considerar que se rompe com ‘algo’, neste caso, com uma determinada ordem simbólica historicamente instituída sobre os

gêneros. Ao pressupor rompimento, há que se considerar também a existência de um outro dispositivo, o poder<sup>51</sup>, ou melhor, a existência de relações de poder permeando as diferentes formas de relações sociais, em especial, as relações de gênero. Em suas discussões sobre a mulher brasileira e as relações familiares, Coutinho (1994) já alerta para as questões dos micro-poderes exercidos no cotidiano e formas de resistências femininas, ao afirmar que “nem vítimas nem algozes, acreditamos que as mulheres ao longo dos anos foram tecendo modos de resistência a esta opressão masculina, formas de exercer um certo controle sobre suas vidas a despeito de uma situação social tão adversa” (p.19). Assim, ao romperem com a união conjugal, cada uma a seu modo e no seu tempo, estas mulheres expressaram uma possibilidade outra de conduzirem as suas vidas. Mesmo demonstrando no discurso a presença de diferenças entre homens e mulheres, há também o reconhecimento de relações e posições de poder diferenciadas para homens e mulheres. Desta forma, com o rompimento, criam, mesmo sem atentar criticamente para isto, novos contextos de experiências em suas trajetórias, os quais possibilitam que a tradicional hierarquia entre homens e mulheres possa ser vista – e vivida – como derivada de uma situação circunstancial, e não mais como algo estável ou fixo.

Não há, entretanto, nenhuma idealização em estar situada neste lugar de “chefe de família”. As dificuldades e os desafios cotidianos são muitos.

*“E eu fui, achei que ia tê alguma mulhé lá (na reunião do bairro), só home, menina, eu com uma vergonha! Eu pensei, reunião pra todos, vai tê home e mulhé lá! Peguei e fui,*

---

<sup>51</sup> O conceito de poder utilizado para esta reflexão é proveniente dos pressupostos foucaultianos: “(...) não existe em Foucault uma teoria geral do poder. O que significa dizer que suas análises não consideram o poder como uma realidade que possua uma natureza, uma essência que ele procuraria definir por suas características universais. Não existe algo unitário e global chamado poder, mas unicamente formas díspares, heterogêneas, em constante transformação. O poder não é um objeto natural, uma coisa; é uma prática social, e como tal, constituída historicamente”. (Machado, Roberto. (org). 1979/2004, p. X). “Não existe de um lado os que têm o poder e de outro aqueles que se encontram dele alijados. Rigorosamente falando, o poder não existe; existem sim práticas ou relações de poder. O que significa dizer que o poder é algo que se exerce, que se efetua, que funciona”. (i.d. p. XIV).

*quando entrei só homem! Entrei, né, tive que entrá, fazê o quê, eu sô chefe de família agora, entrei!”*. (Laura).

*“Ah, eu chorava muito, chorava... sabe, vivia chorando, nossa, meu deus do céu... meu sonho era tá perto da minha mãe, (...) às vezes eu fico pensando, só eu aqui, longe da família, e daí ele fais tanta coisa e não dá nada, não tem como contá com ajuda, a gente passava muita dificuldade...”*. (Mirtes).

*“Ah, isso é dificuldade! Eu faço minhas contas, mas eu marco tudo no papel. Daí eu pego a nota das compra do mês passado e faço a desse mês, daí a gente vê como as coisa tão subindo! (...) Daí eu faço assim, às vezes me aperto um pouquinho, mais a gente vai levando...”*.

*“Isso aí que eu tenho pra gastá, é onde eu posso e onde eu quero! Não tenho que ficá pedindo permissão, pedindo eu posso fazê isso ou eu posso fazê aquilo... Mais é difícil, é!”*. (Maria).

Porém, a experiência de tocar suas vidas desde um outro lugar, até então ‘desconhecido’ e inviabilizado – seja por questões subjetivas singulares, circunstanciais, bem como por imposições sociais – promoveu a apropriação de outros saberes, outras significações, conforme o relato das entrevistadas.

*“Eu toda vida trabalhei, acho que me acostumei, eu acho que se um dia achá uma pessoa, eu acho que vai ser muito difícil de a pessoa me dizê, não, agora eu vô trabalhá e você vai cuidá da casa, acho que eu não vou me acostumar...”*. (Mirtes).

*“Essa parte já é uma experiência que eu já vi o que é vivê sozinha, e também já sei o que é vivê com home! A gente sabe como é e como não é! Então tem as duas experiência! Porque as pessoa falavam assim, pensa bem, Laura, se tá ruim com marido, pior sem ele! Falavam assim, eu pensava, será? Vou tentar pra ver! E não é um bicho de sete cabeça!”*

*“Ah, eu acho bom, menina, eu acho bom porque a gente se torna dona de si, porque um homem dentro de casa ele domina tudo! Deixa que eu vou porque eu tenho mais, deixa que eu pego porque... tem aquela coisa de não se senti capais, então você vai fazê e vê que é capais de fazê igual ou até melhor que ele, sente que é capais sozinha!”.*  
(Laura).

*“Mais, eu não quero! Decidi as coisa sozinha, não é nem que eu goste, mais já to acostumada a decidi sozinha... Eu gosto, sei lá, não é que eu gosto...eu acostumei e acho que até gosto... Não tê mais de noite ninguém incomodando...”.* (Maria).

As experiências proporcionadas pela conjugalidade, em especial a da separação e o processo posterior de se constituir ‘mulher chefe de família’, criaram um novo patamar de expectativas e possibilidades futuras, ao mesmo tempo em que, ainda no presente, novas estratégias de ação já estão sendo articuladas. As formas como lidam com as tarefas que o cotidiano lhes impõe, traduzem uma articulação diferenciada daquela vivenciada até então. Este caráter transformador da experiência vivida corrobora a idéia sustentada da capacidade do sujeito em ser, ao mesmo tempo, produto e produtor de sua história; que ao se apropriar ativamente dos construtos simbólicos, é capaz de executar pequenas - porém importantes - rupturas e transformações na construção de seus sentidos sobre si e sobre o mundo, operando, assim, também pequenas, singulares – mas igualmente importantes - e muitas vezes anônimas transformações nos padrões culturais vigentes. Como nos coloca Coutinho (1994), “neste movimento de acatar e obedecer aos discursos instituídos e criados na sua maioria pelos homens, as mulheres têm gerado historicamente seus sintomas e têm resistido sob muitas formas de ação – conscientes ou não, isoladas ou organizadamente -, começando, assim, a produzir sua própria palavra e a consolidar progressivamente práticas sociais transformadoras, ainda que com um alto custo tanto social quanto subjetivo” (p.60).

É, portanto, pela possibilidade de não se deixar capturar pelos discursos instituídos que se pode assumir a capacidade de agir sobre estes mesmos discursos, ainda que as opções sejam muito limitadas a um campo circunscrito de atuação. Ao revelar o desejo de trabalhar para manter a si e aos filhos, não vinculando esta experiência à necessidade de depender de um outro homem/marido, assim como no desejo expresso em retornar aos estudos - não só como uma forma de se capacitar para o trabalho, mas de se realizar pessoalmente - estas mulheres revelam que outras possibilidades de sentidos de gênero podem ser delineadas a partir, principalmente, de suas experiências. Para Nogueira (2003), o sujeito acaba por “assujeitar-se” aos discursos existentes ao considerar que não dispõem de muitos discursos alternativos. Crescemos e nos socializamos através de discursos, uns mais dominantes, outros menos. Há que se considerar, porém, que nada está totalmente determinado; que há, sim, a possibilidade de se construir novos discursos que partam do pressuposto de que o gênero não é algo fixo e imutável, e sim, que ele está principalmente nas relações sociais e são a partir delas e nelas que ele se constitui.

## CONCLUSÃO

Concluir um trabalho científico é sempre difícil, pois o próprio termo “conclusão” inevitavelmente nos remete à idéia de fechamento, pôr término, acabar, encerrar, não ter mais nada a dizer sobre o assunto. No entanto, o ato de concluir deve ser considerado, pelo menos aqui, como uma tentativa de finalizar – já que assim se faz necessário – o trabalho. Para tanto, tecerei alguns comentários resgatando os objetivos iniciais desta pesquisa tentando vincula-los com o material analisado.

A primeira consideração remete à pergunta de pesquisa, formulada inicialmente para a realização do projeto acadêmico de pesquisa. Ela continha, além da intenção de desvendar quais os sentidos de gênero atribuídos pelas mulheres entrevistadas, também os sentidos de conjugalidade atribuídos às experiências de vida destas mesmas mulheres. No decorrer das entrevistas, entretanto, o conceito de conjugalidade não se apresentou como uma categoria “nativa”. Paulatinamente, fui abandonando o uso desta categoria por perceber que ela era valorizada (apenas) pelo olhar da pesquisadora e que, para a pesquisa, a conjugalidade mostrou-se muito mais como uma posição situacional ocupada pelas entrevistadas em um determinado momento de suas trajetórias. Adquire relevância, pois foi pelo rompimento do laço conjugal que passaram a assumir o lugar de mulheres chefes de família. Assim, a importância analítica recai na posição generificada destas mulheres, considerando que é a partir da significação, da atribuição de sentidos ao gênero que se posicionam perante os outros e a si mesmas. O gênero, enquanto posição, é quem as localiza – ou não – na conjugalidade, entrelaçando sentidos e posições na constituição de suas subjetividades nas trajetórias percorridas, através de um processo dialético onde se “interpenetram” e “articulam” (Macedo, 2001). Isto confirma o quanto o (a) pesquisador(a) deve adotar a postura de estar aberto(a) para as possibilidades que do campo poderão



emergir, não permanecendo atrelado(a) rigidamente à categorias previamente estabelecidas. Como nos alerta Fonseca (2000), “(...) a complexidade do material colhido no campo coloca em questão os próprios termos da análise” (p.54).

O caminho da pesquisa e o pesquisar é que definem os contornos do qual se revestirá o trabalho final, demonstrando que este caminho sempre será modificado, pois não se pode imprimir previsibilidade nem qualquer linearidade neste trajeto. Esta, sem dúvida, é para mim, uma das faces mais intrigantes e ao mesmo tempo, mais fascinantes, da pesquisa.

As reflexões provenientes do material analisado, aprofundado no capítulo quatro, revelaram um ponto que merece novamente a atenção. Ao desvendar as convergências encontradas nas distintas trajetórias das três entrevistadas, reafirma-se a importância da contextualização histórica e cultural em qualquer análise que procure analisar a constituição dos sujeitos envolta em toda a sua complexidade. As informações colhidas tornaram-se relevantes e podem ser generalizadas a outros casos porque a abordagem analítica utilizada permitiu apreender as determinações constitutivas, e não porque os “resultados” sejam estendidos a outros sujeitos por serem pretensamente “semelhantes”. Assim, a generalização se define pela capacidade interpretativa alcançada sobre a diversidade, pois os sujeitos configuram o social em um movimento que, sem dúvida, é único, mas ao mesmo tempo, histórico e cultural. E ao lembrar daquilo que é único e singular no sujeito, reiteram-se as palavras de Safiotti (1992), de que “(...) as vivências humanas apresentam um colorido de classe e um colorido de gênero no seu cotidiano”, ou seja, mesmo pertencentes à mesma classe social ou categoria sexual, as mulheres pesquisadas se apropriam do mundo à sua volta de distintas formas e a ele dão sentidos de uma forma particular.

Gostaria de acrescentar que uma última visita, informal, foi realizada a cada uma das entrevistadas no final do trabalho, em dezembro passado. Como não foi possível (em função da escassez de tempo) organizar uma visita formal para a devolução das informações e do material analisado às entrevistadas, como fora pretendido no início da pesquisa, este último encontro objetivou situá-las quanto ao andamento da pesquisa, assim como firmar um agradecimento pela participação e colaboração ao longo de todo o trabalho. A interação com as mulheres nesta ocasião foi muito oportuna, porque possibilitou às três que falassem sobre suas expectativas em relação à pesquisa, agora de um jeito mais descontraído, visto que não estávamos mais gravando as entrevistas e um maior vínculo entre nós já se havia estabelecido. Suas expectativas e curiosidades giraram em torno do fato de terem realmente colaborado com os objetivos do meu trabalho, creditando pouca importância aos fatos cotidianos de suas vidas. Uma delas afirmou que *“coisa interessante de pobre é doença”*, e ela não tinha, assim, *“nada de importante”* para falar. Outra curiosidade que surgiu foi sobre *“o que o pessoal de lá (professora) achou do que eu disse”*, referindo ao fato de ter agradado ou não aos professores envolvidos na pesquisa. Além de questões referentes ao trabalho de pesquisa, todas relataram os seus projetos para o ano que estava por iniciar. Laura está organizando a sua rotina para poder retomar os estudos no período noturno, e para isto está tentando trazer o seu irmão mais novo, que é solteiro, para morar com ela e ajudar no cuidado com as crianças enquanto se ausentar para ir à escola. Maria conseguiu vaga na creche municipal do bairro para seus três filhos após uma longa espera pelas vagas, e já no início do ano pretende trabalhar fora. Mirtes conseguiu um novo emprego em uma pizzaria, como ajudante de cozinha, e conseguiu também vaga para seu filho mais velho trabalhar com ela no mesmo estabelecimento comercial, o que irá contribuir para o orçamento familiar.

Estes relatos corroboram o pressuposto do dinamismo e da mutabilidade no processo de vivência do cotidiano, e, por conseguinte, das posições que os sujeitos ocupam/são levados a ocupar no decorrer de suas trajetórias. Não considerar os diminutos avanços cotidianos dos sujeitos anônimos é, conforme Siqueira (1997b), “desconsiderar o caráter dinâmico e contraditório da própria realidade e pensá-la linearmente em termos de progressos” (p.11). Neste sentido, considera-se a capacidade humana em ser produto e produtor ao mesmo tempo, em ser capaz de promover transformações em suas trajetórias, mesmo que ínfimas e muitas vezes, desconhecidas de seu próprio autor.

Ao “entrar no universo do outro” quando se realiza uma pesquisa qualitativa com sujeitos singulares, há que se atentar para a questão de que, mesmo pretendendo, nunca teremos a noção exata, a mensuração necessária de como, quanto e até onde a pesquisa pode intervir, colaborar ou modificar o sujeito pesquisado. Certamente, considerando que toda a experiência humana evoca um movimento de apropriação e re-significação daquilo que até então estava posto, esta experiência não passou incólume, seja para o sujeito pesquisado, seja para o sujeito que pesquisou. Reafirma-se o compromisso social do pesquisador (a) em aceitar e lidar criticamente com a multiplicidade, com o paradoxo e até mesmo com a incoerência. (Nogueira, 2001a). Sendo assim,

A psicologia não pode pretender descobrir a “verdade” da natureza das pessoas e da vida social, porque as suas explicações estão limitadas no tempo e na cultura; devem essencialmente chamar a atenção para o estudo histórico da emergência das formas correntes da vida social, assim como das práticas sociais que as criam”. (Nogueira, 2001a, p. 13).

Da mesma forma como se torna difícil mensurar a implicação da pesquisa na vida dos sujeitos pesquisados, se torna difícil, ou melhor, quase impossível mensurar o como, quanto e até onde o estudo sobre as trajetórias destas três mulheres – Laura, Mirtes e Maria

– e os sentidos por elas atribuídos ao gênero interviu, colaborou ou modificou a minha trajetória. Posso afirmar, com uma grande dose de convicção, que a transformou, conduzindo o meu olhar, cada vez mais, para “além do aparente”.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Aguiar, Wanda Maria Junqueira. (2001). A pesquisa em Psicologia Sócio-Histórica: contribuições para o debate metodológico. In: A. M. B. Bock (org.). Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em Psicologia. São Paulo: Cortez Editora.

Aguiar, Nelma. (1997). Introdução: Para uma revisão das Ciências humanas no Brasil. Desde a perspectiva das mulheres. In: Nelma Aguiar (org.). Gênero e Ciências Humanas. Desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.

Amâncio, Lígia. (2001a) Gênero e Feminismo: as representações sociais nos cruzamentos entre o conceito e o movimento. Palestra proferida na “Jornadas Internacionais de Representações Sociais”, Florianópolis, Brasil. Calhamaço.

Amâncio, Lígia. (2001b). O gênero na Psicologia: uma história de desencontros e rupturas. Psicologia, XV (1), 9-26.

Amâncio, Lígia. (1994). Masculino e Feminino. A construção social da diferença. Porto: Edições Afrontamento.

Áries, Philippe. (1981). História Social da criança e da família. Rio de Janeiro: LTC.

Bakhtin, Michael. (1988). Marxismo e filosofia da linguagem. São Paulo: Hucitec.

Barsted, Leila. (1995). De igualdades e de diferenças: falando sobre mulheres. In: I. Ribeiro e A. C. Ribeiro (orgs.). Famílias em processos contemporâneos: inovações culturais da sociedade brasileira. São Paulo: Loyola.

Berquó, Elza. (2002). Perfil demográfico das chefias femininas no Brasil. In: C. Bruschini e S. Unbehaun (orgs.). Gênero, Democracia e Sociedade Brasileira. Rio de Janeiro: Fundação Carlos Chagas.

Biasoli-Alves, Z. M. M. (1998). A pesquisa psicológica: análise de métodos e estratégias na construção de um conhecimento que se pretende científico. In: G. Romanelli (org.). Diálogos Metodológicos Sobre Práticas de Pesquisa. Ribeirão Preto: Legis Summa.

Bilac, Elisabete. (1995). Sobre as transformações nas estruturas familiares no Brasil: notas muito preliminares. In: I. Ribeiro e A. C. Ribeiro (orgs.). Família em processos contemporâneos: inovações culturais da sociedade brasileira. São Paulo: Loyola.

Bock, Ana Mercês Bahia. (2000). Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em psicologia. In: A. M. B. Bock et. al. (orgs.). Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em psicologia. São Paulo: Cortez.

Bozon, Michel. (2004). A nova normatividade das condutas sexuais ou a dificuldade de dar coerência às experiências íntimas. In: M. L. Heilborn (org.). Família e Sexualidade. Rio de Janeiro: Editora FGV.

Castro, Carlos Moreira de (1978). Memórias de um orientador de tese. In: E. de A. Nunes. (org.). A aventura Sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social (pp. 307-326). Rio de Janeiro: Zahar.

Coutinho, Maria Lúcia R. (1994). Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares. Rio de Janeiro: Rocco.

Coutinho, Maria Lúcia R. (1998). A análise de discurso em psicologia: algumas questões, problemas e limites. In: L. de Souza, M. F. Quintal de Freitas e M. M. P. Rodrigues (orgs.) Psicologia: reflexões (im) pertinentes. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Costa, Jurandir Freire. (1989). Ordem médica e norma familiar. Rio de Janeiro: Graal.

Deslandes, S. (1994). A construção do projeto de pesquisa. In: M. Minayo (org.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis/RJ: Vozes.

D'Incao, Maria A. (1997). Mulher e família burguesa. In: Mari del Priore (org.). História das mulheres no Brasil. São Paulo: Editora Contexto.

Duarte, Luis Fernando. (1986). Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Duarte, Luis Fernando. (1987) Pouca vergonha, muita vergonha: sexo e moralidade entre as classes trabalhadoras urbanas. In: J. S. Lopes. (org.) Cultura e identidade operária. Rio de Janeiro: UFRJ/Marco Zero.

Duarte, Luis Fernando. (1995). Horizontes do indivíduo e da ética no crepúsculo da família. In: Ivete Ribeiro e Ana Clara Ribeiro (org.). Família em processos contemporâneos: inovações culturais na sociedade brasileira. São Paulo: Loyola.

Dumont, Louis. (1985). O individualismo. Uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Rio de Janeiro, Rocco.

Figueira, Sérvulo Augusto. (org.) (1987). Uma nova família? O moderno e o arcaico na família de classe média brasileira. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Fonseca, Cláudia. (1989) A história social no estudo da família: uma excursão interdisciplinar. BIB (ANPOCS) 27: 51-73.

Fonseca, Cláudia. (1995a). Caminhos da adoção. São Paulo: Cortez.

Fonseca, Cláudia. (1995b). Amor e família: vacas sagradas de nossa época. In: I. Ribeiro e A. Ribeiro (orgs.). Família em processos contemporâneos. São Paulo: Loyola.

Fonseca, Claudia. (1997). Ser mulher, mãe e pobre. In: M. Priore (org.). História das mulheres no Brasil. São Paulo: Editora Contexto.

Fonseca, Claudia. (2000). Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. Porto Alegre: Editora Universidade/ UFRGS.

Foucault, Michel. (1979/2004). Microfísica do poder. Organização, revisão técnica e introdução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal.

Franco, Maria Laura. (1998). Porque o conflito entre tendências metodológicas não é falso. Cadernos de Pesquisa, 66, 75-80.

Freitas, Maria A. (2002). A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa. Cadernos de Pesquisa, 116, 21-39.

Fuller, Norma. (1997). Identidades masculinas. Quito: Pontificia Universidad Católica Del Peru. Fondo Editorial.

Galli Fonseca, Tânia Mara. (1997). Psicologia e Relações de Gênero: O gênero da ciência psicológica. In: A. Zanella et. al. Psicologia a Práticas Sociais. Porto Alegre: ABRAPSOSUL.

Giddens, Anthony. (1992). A transformação da intimidade. Araraquara: UNESP.

Gregori, Maria Filomena. (1993). Cenas e queixas. Um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: ANPOCS.

Grossi, Miriam e Miguel, Sônia. (1995). A trajetória do conceito de gênero nos estudos sobre mulher no Brasil. Calhamaço, 2, 20-24.

Grossi, Miriam; Heilborn, Maria Luiza. & Rial, Carmem. (1998). Entrevista com Joan W. Scott. Revista de Estudos Feministas, 06 (1), p.115-124.

Harvey, David. (1993). Condição pós-moderna. São Paulo: Loyola.

Heilborn, Maria Luiza. (1993) Gênero e hierarquia: a costela de Adão revisitada. Estudos feministas, UFRJ/ECO/Ciec, v. 01, n. 01.

Heilborn, Maria Luiza. (1995) "O que faz um casal, casal?" Conjugalidade, igualitarismo e identidade sexual em camadas médias urbanas". In: I. Ribeiro e A. C. Ribeiro (orgs.) Famílias em processos contemporâneos: inovações culturais na sociedade brasileira. São Paulo: Loyola.

Heilborn, Maria Luiza. (1997). O traçado da vida: gênero e idade em dois bairros populares do Rio de Janeiro. In: F. Madeira (org.). Quem mandou nascer mulher? (pp. 291-342). Rio de Janeiro: UNICEF/Rosa dos Tempos.

Heilborn, Maria Luiza. (1998a). Gênero: um olhar estruturalista. In: J. Pedro et. al. (orgs.). Masculino, Feminino, Plural. Florianópolis: Editora Mulheres.

Heilborn, Maria Luiza. (1998b). Gravidez na Adolescência: considerações preliminares sobre as dimensões culturais de um problema social. In: E. M. Vieira; M. Fernandes; P. Bailey e A. Mackay (orgs.). Seminário Gravidez na Adolescência, Projeto de Estudos da Mulher, Associação Saúde da Família (pp. 23-32). Rio de Janeiro.

Heilborn, M. L. e Gouveia, P.F. (1999) “Marido é tudo igual”: mulheres populares e sexualidade no contexto da aids. In: R. Barbosa e R. Parker. (orgs.) Sexualidades pelo avesso. São Paulo: Editora 34.

Heilborn, Maria Luiza. (org.). (1999). Sexualidade: o olhar das ciências sociais. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.

Heilborn, Maria Luiza e Bozon, Michel. (2001) As carícias e as palavras: iniciação sexual no Rio de Janeiro e em Paris. Novos Estudos Cebrap, n. 59, p.111-136, março.

Heilborn, Maria Luiza. (org.). (2004). Família e sexualidade. Rio de Janeiro: Editora FGV.

Hita, Maria Gabriela. (2001). Família, pobreza urbana e saúde: na busca de relações mais plenas. Revista Antrhopológicas, 9, 30-54.

Kuhn, Thomas. (1969/200). A estrutura das revoluções científicas. São Paulo: Perspectiva.

Lago, Mara Coelho de Souza. (1999). Identidade: a fragmentação do conceito. In: A. Silva; M. Lago e T. Ramos (orgs.). Falas de Gênero. Teorias, Análises e Leituras. Florianópolis: Editora Mulheres.

Macedo, Maria dos S. (2001). Tecendo o fio e segurando as pontas: mulheres chefes de famílias em Salvador. In: C. Bruschini. e C. R. Pinto (orgs.). Tempos e Lugares de Gênero. São Paulo: Fundação Carlos Chagas.

Maheirie, Kátia. (1997). Identidade: o processo de exclusão/inclusão na ambigüidade dos movimentos sociais. In: A. Zanella et. al.(orgs.). Psicologia e Práticas Sociais. Porto Alegre: ABRAPSOSUL

Mansur, Lucia Helena B. (2003). Experiências de mulheres sem filhos: a mulher singular no plural. Psicologia: Ciência e Profissão, 23 (4). Disponível em: [www.revistacienciaeprofissao.org/artigos/23\\_04/artigo01\\_1.htm](http://www.revistacienciaeprofissao.org/artigos/23_04/artigo01_1.htm).

Mead, Margareth. (1988). Sexo e temperamento. São Paulo: Perspectiva.

Molon, Susana. (1997). O processo de exclusão/inclusão na constituição do sujeito. In: A. Zanella et al. (orgs.). Psicologia e Práticas Sociais. Porto Alegre: ABRAPSOSUL.

Morin, Edgar. (2001). A noção de sujeito. In: A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Nogueira, Conceição. (2001a). Contribuições do construcionismo social a uma nova Psicologia do Gênero. Cadernos de Pesquisa, 112, 137-153.

Nogueira, Conceição. (2001b). Feminismo e discurso do Gênero na Psicologia Social. Psicologia & Sociedade, 13 (1), 107-128.

Nogueira, Conceição. (2003). Ter ou Fazer o Gênero: o dilema das opções epistemológicas na psicologia social. Palestra proferida em 21/10, no Auditório do CED, UFSC, Florianópolis, SC.



Olabuénaga, J. I. R. (1999). Metodología de la Investigación Cualitativa (2a. Edição). Bilbao: Universidad de Deusto.

Olabuénaga, J. I. R. e Ispizua, M. A. (1989). La Decodificación de la vida cotidiana. Métodos de Investigación Cualitativa. Bilbao: Universidad de Deusto.

Orlandi, Eni. (1993). As formas do silêncio. No movimento dos sentidos. Campinas, SP: Editora da UNICAMP.

Orlandi, Eni. (2003). Análise do discurso: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes.

Prado Filho, Kléber (2003) Fundamentos Teóricos e epistemológicos em psicologia: aulas expositivas. 19/03/2003, 09/04/2003. Mestrado em Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Pós-Graduação em Psicologia, UFSC.

Queiroz, Maria Izaura P. de. (1988). Relatos Oraís: do “indizível” ao “dizível”. In: O. Simson (org.). Experimentos com histórias de vida. (Itália-Brasil). São Paulo: Vértice.

Rizzini, Irene. (1997) O Século perdido: raízes históricas das políticas para a infância no Brasil. Rio de Janeiro: Petrobrás-BR: Ministério da Cultura: USU Editora Universitária: Amais.

Roucco, Juan Jose. (1999). Sexualidade e mudanças de comportamentos: uma estratégia lúdica de prevenção da Aids. In: M. L. Heilborn (org.). Sexualidade: o olhar das ciências sociais. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.

Saffioti, Heleieth. (1992). Rearticulando gênero e classe social. In: A. Costa e C. Bruschini (orgs.). Uma questão de Gênero (pp. 183-215). Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas.

Saffioti, Heleieth. (1994). Posfácio: conceituando o gênero. In: H. Saffioti e M. Muñoz-Vargaz (orgs.). Mulher brasileira é assim (pp. 271-283). Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, NIPAS; Brasília, UNICEF.

Salem, Tânia. (1989) Casal igualitário: princípios e impasses. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 03, n. 09, fevereiro.

Salem, Tânia. (2004). “Homem...já viu, né?”: representações sobre sexualidade e gênero entre homens de classe popular. In: M. L. Heilborn (org.). Família e Sexualidade. Rio de Janeiro: Editora FGV.

Santamarina, C. e Marinas, J. M. (1987). Historias de Vida e Historia Oral. In: J. M. Delgado e J. Gutiérrez (org.). Métodos y técnicas cualitativas de investigación em Ciências Sociales. Madri: Editorial Síntesis S. A.

Santos, Boaventura S. (1989) Introdução a uma ciência pós-moderna. Porto: Afrontamento.

Santos, Boaventura Souza. (1995/2001). Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez Editora. 8<sup>a</sup> edição.

Sarti, Cinthia Andersen. (1996). A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres. Campinas, SP: Autores Associados.

Sawaia, Bader Burihan. (1997). O ofício da Psicologia Social à luz da idéia reguladora do sujeito: da Eficácia da Ação à Estética da Existência. In: A. Zanella et. al.(orgs.). Psicologia e Práticas Sociais. Porto Alegre: ABRAPSOSUL.

Scott, Joan. (1990). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Sociedade, 16 (2), 5-22.

Sennet, Richard. (1988) O declínio do homem público: as tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras.

Sohiet, R. (1997). Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: M. Priore (org.). História das mulheres no Brasil. São Paulo: Editora Contexto.

Siqueira, Maria Juracy Toneli. (1997a). A(s) Psicologia(s) e a categoria gênero: anotações para discussão. In: A. Zanella et. al. (orgs.). Psicologia e Práticas Sociais. Porto Alegre: ABRAPSOSUL.

Siqueira, Maria Juracy Toneli. (1997b). A constituição da identidade masculina: alguns pontos para discussão. Psicologia USP, 8 (1), 113-130.

Siqueira, Maria Juracy Toneli. (2002). Psicologia e estudos de gênero: aulas expositivas. Mestrado em psicologia, Florianópolis (SC), 15/10/2002, 22/10/2002, 26/10/2002. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Pós-Graduação em Psicologia, UFSC.

Smolka, Ana Luiza Bustamonte. (1995). Conhecimento e produção de sentidos na escola: A linguagem em foco. Cadernos Cedes, 35, 41-49.

Smolka, Ana Luiza Bustamonte. (1997). Esboço de uma perspectiva teórico-metodológica no estudo de construção do conhecimento. In: M. C. R. Góes e A. L. B. Smolka (orgs.). A significação nos espaços educacionais: interação social e subjetivação. Campinas, SP: Papyrus.

Spink, Mary Jane. e Medrado, Benedito. (2000). Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para a análise das práticas discursivas. In: M. J. Spink (org.). Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano. São Paulo: Cortez Editora.

Telles, Vera da Silva. (1992). A experiência da insegurança: trabalho e família nas classes trabalhadoras urbanas em São Paulo. Tempo Social, 4 (1-2), 53-93.

Thompson, Paul. (1992). A voz do passado. História Oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Uziel, Ana Paula. (2004). Homossexualidade e parentalidade: ecos de uma conjugação. In: M. L. Heilborn (org.). Família e Sexualidade. Rio de Janeiro: Editora FGV.

Vaitsman, Jeni. (1997). Pluralidade de mundos entre mulheres urbanas de baixa renda. Revista de Estudos Feministas, 5 (2), 303-319.

Velho, Gilberto. (1996). Violência, reciprocidade e desigualdade: uma perspectiva antropológica. In: G. Velho e M. Alvito (orgs.) Cidadania e violência. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.

Vygotski, Liev S. (1930/1991) Obras Escogidas I. Problemas de psicología general. Madri: Visor Distribuciones S.A.

Vygotski, Liev S. (1930/1991) Obras Escogidas III: Problemas Del desarrollo de la psique. Madri: Visor distribuciones S.A.

Vygotski, Liev S. (1987). Historia del desarrollo de las funciones psiquicas superiores. Ciudad de la7 Habana: Editorial Científico-Técnica.

Woortmann, Karl. (1987). A família das mulheres. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

Zaluar, Alba. (1985). A máquina e a revolta. São Paulo: Brasiliense.

Zanella, Andréa. (2003). A atividade e constituição do sujeito: considerações à luz da psicologia histórico-cultural. Manuscrito submetido para publicação.

**BIBLIOGRAFIA CONSULTADA**

- Almeida, Ana Maria et. al. (1987). Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo.
- Arantes, A. A. et. al. (1994). Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil. Campinas, SP: Editora da UNICAMP.
- Arendt, Hannah. (2004). A condição humana. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Bozon, Michel. (2004). Sociologia da sexualidade. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Butler, Judith. (2003). Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Carvalho, M. C. B. de. (org.). (2002). A família contemporânea em debate. São Paulo: Cortez Editora.
- Costa, Jurandir Freire. (1999). Sem fraude nem favor: Estudos sobre o amor romântico. Rio de Janeiro: Rocco.
- D’Incao, M. D. (1997). História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto.
- Freitas, Maria Fátima Quintal de. (1998). Novas práticas e velhos olhares em psicologia comunitária. Uma conciliação possível? In: M. F. Q. de Freitas et. al. (orgs.). Psicologia: reflexões (im)pertinentes. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Foucault, Michel. (2001). História da sexualidade 01: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Heilborn, Maria Luiza. (1992) Dois é par. Conjugalidade, gênero e identidade sexual em contexto igualitário. Tese de doutoramento. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu nacional, UFRJ, Rio de Janeiro.
- Koffes, Sueli. (2001). Uma trajetória, em narrativas. Campinas, SP.: Mercado das Letras.
- Lasch, Cristofher. (1999). A mulher e a vida cotidiana. Amor, casamento e feminismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Macfarlane, Anne. (1990). História do casamento e do amor. São Paulo: Contexto.
- Maheirie, Kátia. (2002). Constituição do Sujeito, Subjetividade e Identidade. Revista Interações, VIII (13), 31-44.
- Mello, Silvia Leser de (1988). Trabalho e sobrevivência. Mulheres do campo e da periferia de São Paulo. São Paulo: Ática.
- Orlandi, Eni. (1988) Discurso e leitura. São Paulo: Unicamp/Cortez Editora.

Orlandi, Eni. (1998). Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis, RJ: Vozes.

Paterman, Carole. (1993). O contrato sexual. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Priore, Mari del. (1997). História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto.

Sarti, Cynthia A. (1989) Reciprocidade e Hierarquia: relações de gênero na periferia de São Paulo. Cadernos de Pesquisa, Fundação Carlos Chagas, 70: 38-46.

Sawaia, Bader Burihan. (1999). Comunidade Como Ética e Estética da Existência. Uma reflexão mediada pelo conceito de identidade. Psykhe, 8 (01), 19-25.

Siqueira, Maria Juracy Toneli. (1997). A constituição do sujeito e a divisão sexual do trabalho na família. Análise do caso de um homem dono-de-casa. Tese de doutorado não-publicada, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Spink, Mary Jane. (org.). (2002). Práticas discursivas e Produção de sentidos no cotidiano. Aproximações teóricas e metodológicas. São Paulo: Cortez.

Zanella, Andréa. (1999). Aproximaciones a la temática de la constitución del sujeto en Vygotski e E. Morin. Psykhe, 9 (02), 75-81.

# ANEXOS

## ANEXO 1

## ANEXO 02 – ROTEIRO DE QUESTÕES PARA ENTREVISTAS

1. Família/Grupo familiar de Origem
  - 1.1. Fale-me um pouco de como era a sua família de origem, de quando você era criança.
  
2. Família ou grupo familiar atual
  - 2.1. Com é formada a sua família, quem mora junto com você em casa?
  
3. Relacionamentos amorosos/casamento
  - 3.1. Conte-me um pouco sobre seus relacionamentos amorosos. Como foram seus namoros, na juventude. E hoje? Como você escolheu seus companheiros?
  
4. Divisão de funções/atribuições entre os membros do grupo
  - 4.1. Como é a rotina de seu dia-a-dia? E das pessoas que moram com você?



ANEXO 03 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO<sup>51</sup>

Florianópolis, .....de .....de 200....

Meu nome é Raquel Jaqueline Freiburger Testoni e estou desenvolvendo uma pesquisa para saber como mulheres do seu bairro, que assim como você, é chefe de família, ou seja, sustentam a casa sem um companheiro ou marido, entendem as questões relacionadas com os relacionamentos amorosos, casamento, ser mulher ou ser homem, a família. O meu objetivo é o de melhorar a compreensão sobre estes sentidos que vocês atribuem a estas questões e com isto poder realizar trabalhos de maior qualidade em psicologia comunitária. Esta pesquisa é importante porque o fenômeno de chefias femininas vem crescendo em nosso país, assim como espero contribuir facilitando um espaço onde as mulheres possam dar a sua versão sobre estas questões. Poderei ampliar o conhecimento existente nesta área e colaborar para melhorar os trabalhos realizados em psicologia comunitária. Serão realizadas entrevistas individuais com mulheres que sejam chefes de sua casa e que no momento da pesquisa não tenham nenhum companheiro morando junto e ajudando na renda familiar. Estas entrevistas serão realizadas de preferência nas casas das mulheres a serem entrevistadas. Elas não trarão quaisquer custos, riscos ou desconfortos para quem participar da pesquisa. Estou à disposição para esclarecer todas as dúvidas que você tenha em relação ao assunto. Se você não quiser mais fazer parte do mesmo, poderá entrar em contato comigo pelo telefone (047) 366-3636. Se você concordar em participar da pesquisa, posso garantir que as informações fornecidas nas entrevistas serão confidenciais e sigilosas, ninguém mais terá acesso à sua identidade. Peço também seu consentimento para gravar a entrevista em fita cassete, objetivando melhorar a qualidade da análise da pesquisa.

---

Raquel J. Freiburger Testoni – pesquisadora

---

<sup>51</sup> Baseado em modelo fornecido no site do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade federal de Santa Catarina. <http://www.cepsh.ufsc.br> Acesso em 12/11/03.

Eu,.....  
.....

Recebi todas as informações necessárias sobre a minha participação nesta pesquisa e concordo em participar da mesma. Concordo também que a entrevista seja gravada em fita cassete.

Assinatura: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_